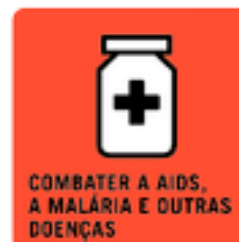




# REFLEXÕES SOCIOECONÔMICAS

Paulo Galvão Júnior



**ISBN: 978-85-5597-050-4**

# **Reflexões Socioeconômicas**

**Paulo Galvão Júnior**

Centro Universitário – UNIESP

Cabedelo - PB  
2018



## **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA – IESP**

### **Diretora Geral**

Érika Marques de Almeida Lima Cavalcanti

### **Diretora Acadêmica**

Iany Cavalcanti da Silva Barros

### **Diretor Administrativo/Financeiro**

Richard Euler Dantas de Souza

### **Editora IESP**

#### **Editores**

Cícero de Sousa Lacerda

Hercilio de Medeiros Sousa

Jeane Odete Freire Cavalcante

Josemary Marcionila Freire Rodrigues de Carvalho Rocha

#### **Corpo editorial**

Antônio de Sousa Sobrinho – Letras

Hercilio de Medeiros Sousa – Computação

José Carlos Ferreira da Luz – Direito

Marcelle Afonso Chaves Sodré – Administração

Maria da Penha de Lima Coutinho – Psicologia

Rafaela Barbosa Dantas - Fisioterapia

Rogério Márcio Luckwu dos Santos – Educação Física

Thiago Bizerra Fideles – Engenharia de Materiais

Thiago de Andrade Marinho - Mídias Digitais

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire - Ciências Contábeis

Copyright © 2018 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do(os) autor(es).

**Designer Gráfico:**

Samara Cintra

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)**

G182r Galvão Júnior, Paulo.

Reflexões socioeconômica [recurso eletrônico] / Paulo Galvão Júnior. - Cabedelo, PB: Editora UNIESP, 2018.

157 p.: il.

Tipo de Suporte: E-book  
ISBN: 978-85-5597-050-4

1. Economia mundial. 2. Economia global. 3. Capitalismo - Economia. 4. Adam Smith - Economista. 5. Copa do Mundo - Turismo. I. Título.

CDU: 330(100)

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

**Editora IESP**

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,  
Bloco Central – 2 andar – COOPERE  
Morada Nova – Cabedelo – Paraíba  
CEP: 58109-303

“Triste não é mudar de ideia. É não ter ideia para mudar”.

Francis Bacon, filósofo inglês (1561-1626)

“Aquilo que guia e arrasta o mundo não são as máquinas, mas as ideias”.

Victor Hugo, escritor francês (1802-1885)

“A verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas em escapar das velhas ideias”.

John Maynard Keynes, economista inglês (1883-1946)

Dedico aos economistas registrados no Conselho Regional de Economia –  
21ª Região-Paraíba (CORECON-PB), sempre exercendo com inteligência  
suas atividades em diversos setores da economia paraibana.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	07
O G-20 Juntos no Combate à Crise Econômica Global	08
A Influência do Pensamento Russo na Economia Mundial	13
Vinte Anos da Queda do Muro de Berlim: Incentivando os jovens para dias ensolarados e verdes no Pós-Guerra Fria	29
A Segunda Cúpula do BRIC	39
Principais Destinos Turísticos no mundo em 2008	53
A Nova Tabela da Copa do Mundo	56
O Papel do Estado na Intervenção da Economia Capitalista	75
Reflexões sobre os 220 anos de Adam Smith	103
A Classe D no Brasil	114
Uma Breve Análise dos Principais Indicadores da Paraíba	122
Os Oito Objetivos do Milênio na Paraíba	136
Novas Análises Geoeconômicas da CPLP	144
Reflexões Socioeconômicas sobre a Copa do Mundo de 2014 no Nordeste do Brasil	148
Projeto de Sinalização e Roteirização Turística para Pedestre no Centro Histórico de João Pessoa	153

## APRESENTAÇÃO

O Brasil será a quinta economia do mundo em 2030, segundo a consultoria inglesa PricewaterhouseCoopers. Vinte anos antes desta previsão positiva torna-se realidade, hoje, público o meu segundo livro digital de Economia. **Reflexões Socioeconômicas** é um eBook composto por sete artigos de Economia divulgados no Brasil e no mundo, com destaque no site em português do jornal russo Pravda.Ru. Todos com acréscimos e correções para o seu aprimoramento técnico. Acrescido de sete novos artigos.

Numa economia globalizada, é necessário conhecer, entender e analisar os principais indicadores econômicos e sociais dos países ricos, pobres e, sobretudo, dos países emergentes. Nós, dos BRICs, estamos investindo mais, produzindo mais, consumindo mais e competindo mais, pois almejamos superar o PIB do G-7 em 2050. Nós, dos RBCAIs, estamos estudando mais, trabalhando mais, pesquisando mais e vivendo mais, porque prevemos ingressar no seleto grupo de países com desenvolvimento humano muito elevado antes de 2050, no qual o G-7 já faz parte.

Desde 15 de setembro de 2008 com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, estamos preocupados com a maior crise da economia mundial, depois da Crise de 1929. O Brasil já saiu da crise econômica global, mas a desigualdade social é muita alta.

Numa economia baseada em conhecimentos, a criatividade e a inovação são fundamentais para realizar boas escolhas. Hoje, apresento 14 artigos e sempre encorajando reflexões críticas para solução de graves problemas socioeconômicos.

Nas comemorações alusivas aos 30 anos do Conselho Regional de Economia da Paraíba (CORECON-PB), a minha maior contribuição é o lançamento deste livro digital em seu site [www.corecon-pb.org.br](http://www.corecon-pb.org.br) no qual fui um dos grandes responsáveis pela manutenção e divulgação em sua primeira versão oficial.

Meus sinceros agradecimentos aos parceiros economistas e não economistas em vários artigos no Brasil e no exterior. Enfim, caros leitores, uma boa leitura e até o próximo livro digital de Economia.

João Pessoa, 28 de setembro de 2010.

Econ. **Paulo Galvão Júnior**



## O G-20 Juntos no Combate à Crise Econômica Mundial

Paulo Galvão Júnior<sup>1</sup>

O Grupo dos Vinte (G-20) é um grupo formado inicialmente pelos Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia (UE), representada no grupo pelo Presidente do Banco Central Europeu.

O G-20 foi estabelecido em 15 de dezembro de 1999, em Berlim, na Alemanha. O G-20 reúne os principais países ricos e emergentes do planeta para discutir assuntos da economia global. Após as sucessivas crises financeiras nos países emergentes (Crise do México em dezembro de 1994, Crise Asiática em julho de 1997, Crise da Rússia em agosto de 1998 e a Crise do Brasil em janeiro de 1999), ocorreu em 2000 a Primeira Cúpula do G-20, em Montreal, Canadá. Já em 2001, ocorreu a Crise da Turquia em janeiro e a Crise da Argentina em setembro. A Segunda Cúpula do G-20 em Ottawa, Canadá, foi em 2001.

Os 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) juntos compreendem 75,3% do Produto Interno Bruto (PIB) global, 60,7% da população mundial e 51,8% da área de terras emersas da Terra.

Já os 19 países mais a UE (atualmente, com 27 países membros) produziram um PIB de US\$ 54,790 trilhões PPC (paridade do poder de compra) em 2007, ou seja, detém 84,4% do PIB global; reúnem 4,447 bilhões de habitantes, ou seja, 64% da população mundial; e somam 80,6 milhões de km<sup>2</sup>, isto é, 53,8% da área territorial do mundo.

Em 14 de novembro de 2008, em Washington, nos Estados Unidos da América (EUA), pela primeira vez, os Chefes de Estado e de Governo dos países ricos e emergentes e da UE se reuniram e não somente os Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais. Esta inédita cúpula do G-20 foi o início da reforma do mercado financeiro internacional e da economia mundial. As principais metas foram: melhora da regulação e fortalecimento da transparência do mercado financeiro e reforço na cooperação internacional.

---

<sup>1</sup>Economista, especialista em Gestão de RH e autor do livro digital de economia intitulado RBCAI.

Em Pittsburgh, no estado da Pensilvânia, nos EUA, ocorreu entre 24 e 25 de setembro de 2009 a Cúpula do G-20. Os líderes de 19 países e o líder da UE (presidente do Conselho Europeu) revisaram o progresso feito em relação às últimas Cúpulas de Washington em novembro de 2008 e de Londres em abril de 2009 e juntos discutiram ações adicionais para assegurar uma recuperação sã e sustentável diante da crise econômica global, iniciada em 15 de setembro de 2008, com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers nos EUA.

Os líderes do G-20 chegaram a um acordo histórico, o centro dos esforços é para juntos trabalhar e construir uma recuperação econômica durável, evitando as fragilidades financeiras que conduziram à crise econômica global. Os países do G-20 precisam construir uma economia mundial mais forte, mais equilibrada (leia-se um aumento da poupança americana e do consumo chinês), reformar o sistema financeiro internacional, melhorar a qualidade de vida do cidadão mais pobre, diminuir a emissão de gases de efeito estufa e criar um fundo de combate à mitigação dos efeitos do aquecimento global (secas, enchentes, furacões, tufões, tempestades, elevação dos mares, etc.).

Nove países ricos, dez países emergentes e a UE chegaram a um consenso em Pittsburgh sobre os princípios para reequilibrar o crescimento da economia mundial. O G-20 será o principal fórum de debate da economia global; dará mais influência e poderes aos países emergentes como China, Índia e Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial; adotará regras mais rígidas de regulamentação sobre bancos e outras empresas financeiras e uma supervisão maior sobre os mercados de futuros e derivativos que deram origem a maior crise econômica global – desde a Crise de 1929, que gerou a Grande Depressão dos anos 30 – para que não se repita crises semelhantes no futuro.

Uma das principais características da economia capitalista mundial é o surgimento de crise. As crises econômicas mundiais são cíclicas e obstáculos ao crescimento econômico acelerado dos países e a maximização de lucros das empresas, provocando a falência ou a inadimplência de inúmeras empresas e aumentando o desemprego, a pobreza e a violência.

O G-20 se reunirá duas vezes por ano e debaterá os rumos do capitalismo globalizado tardio. Parafraseando outra obra do economista judeu-alemão Ernest Mandel: Fim da Crise Econômica Global ou Crise Econômica Global Sem Fim?

A crise econômica global foi superada apenas pelo programa nuclear do Irã nas entrevistas de líderes do G-20 em Pittsburgh. É muito alta a proporção dos gastos militares sobre o PIB em vários países do G-20. Desde 20 de março de 2003, a Guerra do Iraque provocou mais de quatro mil militares americanos mortos e mais de 30 mil feridos. Estima-se em mais de 654 mil mortos entre os iraquianos nos últimos seis anos.

Hoje, o Presidente dos EUA, Barack Hussein Obama, ganhou o Prêmio Nobel da Paz 2009, porque decretou o fim da Guerra do Iraque e estabeleceu uma agenda não apenas de retirada das tropas americanas, mas de construção dos alicerces necessários para uma democracia sustentável no país árabe.

Barack Obama discutiu os rumos da Guerra do Afeganistão (chamo atenção que a República Islâmica do Afeganistão encontra-se em penúltimo lugar no *ranking* mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com apenas 0,352 em 2007) que já dura oito anos com quase 800 militares americanos mortos e o número de mortos civis afegãos a cada ano aumenta cada vez mais desde 7 de outubro de 2001.

Barack Obama ajudou nos esforços de solução do conflito no Oriente Médio entre a Palestina e Israel. E, sobretudo, Barack Obama cancelou a instalação de sistemas de defesa antimísseis na Polônia e na República Tcheca e retomou com o presidente russo Dmitry Medvedev “um curso transparente e irreversível de redução de armamento”, aprofundando os diálogos à não-proliferação nuclear com a Federação Russa.

Observando os principais indicadores dos 19 países que compõem o G-20, percebemos muitos contrastes entre nações ricas e nações emergentes. Os EUA são o país mais rico do G-20 e do mundo, com o PIB de US\$ 13,8 trilhões PPC, mas a África do Sul é o país mais pobre do G-20 e o mais rico da África, com 467,3 bilhões de dólares PPC (ou seja, ajustado pelo dólar PPC – método que elimina as diferenças de custo de vida entre os países), segundo os dados de 2007 do FMI.

A China é a nação mais populosa do G-20 e do mundo, com 1,3 bilhões de habitantes, porém a Austrália é a nação menos populosa do G-20 e a mais populosa da Oceania, com 21,2 milhões de habitantes, segundo o Banco Mundial.

A Rússia é o maior país do G-20, do mundo e dos 10 países emergentes do G-20, com 17,0 milhões de km<sup>2</sup>, todavia a Coreia do Sul é o menor país do G-20 e dos nove países ricos que compõem o G-20, com apenas 100 mil km<sup>2</sup>. A Coreia do

Sul é frequentemente classificado como país desenvolvido, devido aos grandes investimentos em educação.

O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) recentemente divulgou o novo *ranking* mundial do IDH no Relatório do Desenvolvimento Humano 2009, Ultrapassar Barreiras: Mobilidade desenvolvimento humano. A Austrália tem o melhor IDH do G-20 e o 2º do mundo, com 0,970 em 2007, enquanto a Índia tem o pior IDH do G-20, com 0,612, segundo dados recentes do PNUD.

Hoje, o IDH da Rússia (0,817) é maior do que o IDH do Brasil (0,813), ou seja, a Rússia é agora o melhor IDH entre os BRICs. Antes era o Brasil. Outra mudança muito importante, o PNUD agora divide os países em IDH Baixo, IDH Médio, IDH Elevado (IDH entre 0,800 e 0,899) e IDH Muito Elevado (IDH entre 0,900 e 1). Esta mudança começou este ano, logo, Argentina (0,866), México (0,854), Arábia Saudita (0,843), Rússia (0,817), Brasil (0,813) e Turquia (0,806) são países de desenvolvimento humano elevado, segundo o PNUD. Já a Austrália (0,970), Canadá (0,966), França (0,961), Japão (0,960), EUA (0,956), Itália (0,951), Reino Unido (0,947), Alemanha (0,947) e Coreia do Sul (0,937) agora são países de desenvolvimento humano muito elevado.

Cabe observar que o G-20 tem nove países de IDH muito elevado, seis países de IDH elevado e quatro países de IDH médio (IDH entre 0,500 e 0,799), logo nenhum país de IDH baixo (IDH entre 0 e 0,499). Os países de desenvolvimento humano médio do G-20 são: China (0,772), Indonésia (0,734), África do Sul (0,683) e Índia (0,612). O grupo CIAI é uma sigla formada pelas iniciais em português de países do G-20 que ainda não são aceitos no grupo de países de desenvolvimento humano elevado. Requerem grandes investimentos em saúde os dez países emergentes do G-20, sobretudo do grupo CIAI.

Como os dados do PNUD são do ano de 2007, eles não absorvem os impactos negativos da crise econômica global, iniciada em setembro de 2008. No próximo Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, os novos IDHs revelaram as melhorias ou principalmente os declínios na qualidade de vida entre os 19 países membros do G-20.

De acordo com os dados recentes do PNUD, o Japão tem a maior esperança de vida ao nascer do G-20 e do mundo, com 82,7 anos em 2007, e a África do Sul

tem a menor expectativa de vida ao nascer do G-20, com 51,5 anos, em outras palavras, um japonês vive 31,2 anos a mais do que um sul-africano.

Cabe observar também que no G-20 tem cinco países (Japão, Austrália, Itália, França e Canadá) com esperança de vida ao nascer maior do que 80 anos; 11 países (Alemanha, Reino Unido, Coreia do Sul, EUA, México, Argentina, China, Arábia Saudita, Brasil, Turquia e Indonésia) com expectativa de vida ao nascer maior do que 70 anos; dois países com esperança de vida ao nascer menor do que 70 anos (Rússia e Índia) e apenas um país (África do Sul) com expectativa de vida ao nascer menor do que 60 anos.

Constatamos que a República Federativa do Brasil é a nona economia do G-20 e do mundo; é o 5º país mais populoso e mais extenso do G-20 e do planeta; tem IDH elevado (14º lugar no *ranking* do G-20) e esperança de vida ao nascer de 72,2 anos (14ª posição no *ranking* do G-20). O Brasil é um país emergente, é o 3º maior exportador agrícola do mundo (atrás apenas dos EUA e da UE) e sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

É visível a motivação, a mudança e o otimismo na cooperação econômica do G-20 e na construção de soluções eficazes para enfrentar os graves problemas econômicos, sociais e ambientais do mundo. É fundamental um pacto global para um crescimento vigoroso, sustentável e equilibrado da economia com uma nova ordem mundial. Os líderes do G-20 estão juntos no combate à crise econômica global. Enfim, a próxima cúpula do G-20 será na Coreia do Sul em 2010.

## A Influência do Pensamento Russo na Economia Mundial

Paulo Galvão Júnior<sup>2</sup>  
Luiz Alberto Machado<sup>3</sup>

Algumas vezes na vida é preciso se dar um passo atrás, para dar dois passos à frente.  
*Lênin*

A Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que a Revolução Francesa (1789) e produziu, de longe, o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna.  
*Eric Hobsbawm*

**Resumo:** No início do século XX, a Rússia era um império muito extenso, mas de economia extremamente atrasada, em relação aos outros impérios europeus. A condição de vida dos trabalhadores era de extrema miséria e pobreza. Então, em 25 de outubro de 1917 ocorreu a Revolução Bolchevique liderada por Lênin e Trotsky. O presente artigo faz parte das comemorações alusivas aos 92 anos da Revolução Russa. Este artigo apresenta alguns dos grandes pensadores (a maioria economistas) nascidos na Rússia: Bakunin, Baran, Bortkiewicz, Bukharin, Chayanov, Gorbachev, Hurwicz, Kantorovith, Kondratieff, Kuznets, Lênin, Leontief, Plekhanov, Slutsky, Stalin, Trotsky e Tugan-Baranovski. O objetivo principal deste artigo é divulgar mais entre os jovens a influência do pensamento russo na economia mundial.

**Palavras-chave:** Economistas russos, Revolução Russa, Rússia, Socialismo.

### 1 INTRODUÇÃO

No famoso Dicionário de economia do século XXI, o economista brasileiro Paulo Sandroni aborda as biografias dos principais economistas e não economistas nascidos na Rússia. Este artigo utilizará de uma breve biografia, que precede aos pensamentos e a principal obra de cada grande pensador russo analisado.

A Revolução Russa de 25 de Outubro de 1917 (Revolução Vermelha ou Revolução de Outubro), marca o início da escalada da Rússia em direção à condição de uma das grandes superpotências do século XX. Durante boa parte desse século, Rússia (depois União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS) e Estados Unidos da América (EUA) disputaram a hegemonia mundial, exercendo influência sobre parcela considerável da população do planeta. Essa escalada e o

---

<sup>2</sup>Economista, formado pela UFPB em 1998. Especialista em Gestão de RH pela UNINTER em 2009. É Chefe da DPTI da SETUR da PMJP e autor do eBook de economia intitulado RBCAI.

<sup>3</sup>Economista, formado pela Universidade Mackenzie em 1977. É Vice-Diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP, na qual é Professor Titular das disciplinas de História do Pensamento Econômico e História Econômica Geral.

posterior esfacelamento da URSS após 74 anos do regime comunista são rapidamente retratados na parte 2 deste artigo, de caráter eminentemente histórico.

Atualmente, a Rússia é uma das 19 maiores economias do mundo. A Rússia é um país emergente e integrante do famoso BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Segundo a Forbes, existem 500 bilionários na nova Rússia capitalista. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,817, ou seja, de desenvolvimento humano elevado. A taxa de alfabetização de adultos é de 99,5%. Entretanto, enfrenta uma grave crise demográfica. Hoje, o número de russos mortos aumenta a cada ano por causa dos assassinatos, suicídios, acidentes de trânsito, envenenamentos, drogas, AIDS e alcoolismo. A esperança de vida ao nascer na Rússia é de apenas 66,2 anos em 2007, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Enquanto, a taxa de fecundidade total é, em média, de 1,4 filho por mulher.

Desde 2006, o governo russo vem oferecendo estímulos financeiros aos casais para ter o segundo filho. Outra estratégia do governo é estimular a imigração de pessoas que falem russo. A Rússia tem sérios problemas sociais, econômicos e ambientais como qualquer nação capitalista.

Em nossa opinião, contam-se nos dedos da mão esquerda os cidadãos brasileiros que possam citar no mínimo quatro grandes economistas russos. Portanto, nosso objetivo é levar ao conhecimento de um número bem maior de pessoas os nomes de alguns dos maiores pensadores – economistas em sua maioria – oriundos da Rússia e da URSS (atual Federação Russa) que tiveram influência nacional e na economia mundial.

## **2 UM POUCO DE HISTÓRIA DA RÚSSIA**

Coube a Lênin (Vladimir Ilyich Ulyanov) viabilizar o marxismo na Rússia, o que se torna possível com a vitória dos Bolcheviques na Revolução de 1917, em 25 de outubro no calendário Juliano, então seguido na Rússia.

Para uma visão detalhada da evolução das ideias socialistas até a chegada de Lênin ao poder, recomendamos a leitura do livro Rumo à Estação Finlândia, do crítico literário norte-americano Edmund Wilson. Já para uma boa compreensão da Revolução e tomada do poder, nossa indicação é para o livro Os dez dias que abalaram o mundo, do jornalista americano John Reed, que foi posteriormente a

base do filme *Reds*, grande sucesso do cinema na década de 80, com uma inesquecível atuação de Warren Beatty (que também dirigiu o filme).

Partindo de uma economia predominantemente agrária, o país já havia atingido aquele estágio último do desenvolvimento capitalista que, segundo o filósofo e economista alemão Karl Marx (1818-1883), constitui a pré-condição de uma revolução econômica bem sucedida.

Entre 1917 e 1921, ou seja, durante o período chamado de Comunismo de Guerra, não se podia pensar numa economia planejada do lado industrial, e ainda era impossível enquadrar os camponeses dentro de um sistema de produção coletivizada. Sendo assim, esse foi um período de consolidação da revolução, ao longo do qual os bolcheviques procuraram esmagar os focos de resistência ainda existentes.

O período seguinte, caracterizado pela Nova Política Econômica (NEP), foi aquele em que se conseguiu colocar ordem no caos predominante, a fim de se atingir um estágio posterior onde fosse possível um planejamento centralizado da atividade econômica. De fato, só em 1928 é adotado o I Plano Quinquenal.

Se Lênin foi o responsável pela estruturação do Capitalismo de Estado, foi nos anos seguintes, com Stalin (que venceu a disputa sucessória com Trotsky), que o marxismo-leninismo efetivamente se consolidou. Nas quase três décadas em que permaneceu no poder, Stalin fez uso de fortíssima repressão, com a eliminação de todos aqueles sobre os quais pairasse alguma dúvida a respeito de sua fidelidade ao regime. Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), teve início o esforço de ampliação da influência socialista, através da anexação das repúblicas que deram origem à União Soviética e do apoio à conversão de diversos países do Leste Europeu ao regime socialista.

Com a morte de Stalin, em 1953, Krushev assumiu o poder e, com ele, ocorreu um período de tentativa de suavização. Em meio a essa tentativa, porém, teve lugar a “crise dos mísseis” (1962) que levou à tensão máxima entre as superpotências. Em 1964, Krushev foi afastado do cargo de presidente por rivais na liderança do partido. Ascendeu ao poder Leonid Brezhnev e, com ele, a volta da linha dura. Nos anos 70, ocorreu um esforço generalizado das lideranças das grandes potências em direção a um melhor entendimento e Brezhnev foi quem conduziu as negociações pela União Soviética. Sua morte deu lugar a uma fase em que o poder foi ocupado rapidamente, primeiro por Yuri Andropov, depois por



Konstantin Chernenko. Até que, em 1985, surgiu Mikhail Gorbachev, que com suas políticas de abertura (glasnost) e reestruturação (perestroika), deu início a uma das mais espetaculares reviravoltas do cenário político contemporâneo.

Boris Yeltsin, seu sucessor, tentou, em meio a enormes dificuldades, manter a situação sob controle nessa longa fase de transição rumo à democracia no plano político e à economia de mercado. No último dia de 1999, diante dos constantes problemas de saúde e de inúmeras denúncias de corrupção envolvendo membros de seu governo, acabou renunciando, sendo sucedido por Vladimir Putin, a princípio, interinamente, e depois eleito de forma definitiva. Putin presidiu a Rússia até 2008, quando passou a ser primeiro-ministro. Foi sucedido na presidência por Dmitry Medvedev que se tornou o terceiro presidente da Rússia, ao vencer as eleições de 2 de março de 2008, com 71,25% dos votos. Seu mandato teve início em 7 de maio de 2008.

### **3 OS GRANDES PENSADORES (ECONOMISTAS E NÃO-ECONOMISTAS) DA RÚSSIA**

São expostos, na nova ordem alfabética da língua portuguesa, alguns dos maiores pensadores (economistas e não-economistas) que nasceram no país de maior extensão territorial do mundo: Bakunin, Baran, Bortkiewicz, Bukharin, Chayanov, Gorbachev, Hurwicz, Kantorovith, Kondratieff, Kuznets, Lênin, Leontief, Plekhanov, Slutsky, Stalin, Trotsky e Tugan-Baranovski.

Começamos pelo filósofo russo Mikhail Alexandrovitch BAKUNIN (1814-1876). Em 1873, BAKUNIN escreveu o livro intitulado O Estado e a Anarquia. Segundo BAKUNIN, o Estado é tido como a base de todos os males sociais. BAKUNIN defendia que as energias revolucionárias deveriam ser concentradas na destruição das “coisas”, no caso, o Estado, e não das “pessoas”. BAKUNIN identifica a fonte de todo problema na centralização da autoridade e do Estado, que acabam por criar um obstáculo ao desenvolvimento das pessoas e das nações, razão pela qual deve ser eliminado, pelo menos na forma com que costuma existir até então. Portanto, no final do século XIX, BAKUNIN foi o criador do anarquismo, proposta que teve no francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) seu seguidor de maior expressão.

Em seguida, observamos o pensamento do economista Paul Alexander BARAN (1910-1964). Em 1975, BARAN escreveu a obra intitulada A Economia Política do Desenvolvimento. BARAN foi precursor e estudioso da problemática do subdesenvolvimento. Em seu livro explorou as razões do subdesenvolvimento, relacionando-as com o imperialismo e o colonialismo. BARAN analisou e mostrou as diferentes problemáticas que os países subdesenvolvidos enfrentam em relação àquelas que os países como Japão e Austrália enfrentaram. Distinguiu o papel dos setores agrícola e industrial nos países subdesenvolvidos considerando que o desenvolvimento deveria vir do setor industrial. Entretanto, concluiu que esse desenvolvimento não é possível pela falta de um mercado interno e pela concorrência simultânea dos países desenvolvidos.

Para BARAN (1977, p. 42):

(...) as massas que acabam de passar por uma revolução, que lutaram e sofreram em combates amargos contra seus inimigos de classe e seus exploradores, internos e externos, buscam, e sentem-se no direito a uma melhoria imediata na vida diária, na cidade e no campo.

Mais adiante, BARAN (1977, p. 237) afirma que:

As forças que moldaram o destino do mundo subdesenvolvido ainda hoje influenciam poderosamente as condições econômicas e sociais que aí prevalecem. Suas formas mudaram e variou sua intensidade; suas origens e direções, porém, permaneceram inalteráveis.

Por tudo isso, de acordo com BARAN (1977, p. 399):

A função mais nobre, a única função legítima do esforço intelectual, é contribuir para a emergência de uma sociedade em que o desenvolvimento suplantar a estagnação, em que o crescimento substituirá a decadência, em que a cultura porá fim ao barbarismo.

O próximo a ser abordado é o economista Ladislaus von BORTKIEWICZ (1868-1931). Segundo o Prof. Paulo Sandroni (2008, p. 94):

Nasceu em São Petersburgo, Rússia, de uma família de origem polonesa, e estudou na Universidade de Estrasburgo. Lecionou durante 30 anos na Universidade de Berlim. A obra de Bortkiewicz abrange um leque bem amplo de assuntos envolvendo a estatística, a economia e a matemática, entre outros.

Em 1906, escreveu o livro denominado O Principal Erro da Teoria dos Juros de Böhm-Bawerk. BORTKIEWICZ não considerou o lucro como o fruto da exploração, mas como uma dedução do valor de uma mercadoria.

Nikolai Ivanovitch BUKHARIN (1888-1938), de acordo com o Prof. Paulo Sandroni (2008, p. 101), “Economista e político russo, um dos principais teóricos do Partido Bolchevista”. BUKHARIN publicou sua principal obra *O Imperialismo e a Economia Mundial*, em 1915. Nela, BUKHARIN foi contra as medidas de STALIN durante a coletivização forçada da agricultura e foi a favor do prolongamento da NEP instituída por LÊNIN. Entre as medidas da NEP destacam-se a liberdade de comércio externo, o investimento direto, o mercado livre e a privatização de empresas com menos de 20 operários. Adotada ainda na fase de afirmação da Revolução, a NEP é considerada uma etapa de transição rumo à coletivização dos meios de produção, durante a qual mesclam-se algumas características do futuro socialismo com outras do velho capitalismo, numa espécie de (um passo para trás e dois para frente).

O economista Alexander Vasilevitch CHAYANOV (1888-1939) foi um dos mais destacados estudiosos da economia camponesa da Rússia. CHAYANOV explicou a organização da unidade econômica camponesa; seus objetivos e planos; a circulação de capital e riqueza; a relação entre terra, capital, trabalho e família; e as consequências de todo elo para a economia nacional e internacional e a articulação da economia camponesa com o conjunto econômico. De acordo com o Prof. Paulo Sandroni (2008, p. 138):

Conhecido em toda a Europa, teve vários de seus escritos publicados em alemão, dentre eles *A Teoria da Economia Camponesa*, editados em Berlim em 1923, que pode ser considerado uma versão abreviada de sua principal obra, *Peasant Farm Organization*, editada em 1966 nos Estados Unidos pela American Economic Association.

Mikhail Serguéievich GORBACHEV (1931-) foi o grande responsável pelas transformações da ex-URSS. GORBACHEV estudou Direito na Universidade de Moscou e completou os estudos no Instituto Agrícola como economista-agrônomo. Em novembro de 1987, o último secretário-geral do Comitê Central do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), Mikhail GORBACHEV, publicou um livro que mudou a história da economia mundial, *PERESTROIKA: novas ideias para o meu país e o mundo*.

Logo no início do livro, ele diz: “Eu o escrevi porque acredito no bom senso das pessoas. Tenho certeza de que, como eu, elas se preocupam com o futuro de nosso planeta. Esta é a questão mais importante de todas” (1988, p. 7).

Prossegue, logo adiante:

A URSS está vivendo um período realmente dramático. O Partido Comunista fez uma análise crítica da situação em meados dos anos 80 e formulou sua política da perestroika (ou reestruturação) – uma política de aceleração do progresso social e econômico do país e de renovação de todas as esferas da vida. [...] É claro que precisamos de condições externas normais para nosso progresso interno. Mas queremos um mundo livre da guerra, sem corrida armamentista, sem armas nucleares e violência, não somente porque isto constitui a condição ideal para nosso desenvolvimento nacional: é uma exigência objetiva global que nasce da realidade dos tempos atuais (GORBACHEV, 1988, p. 8-10).

Na sequência, referindo-se aos ideais da Revolução, afirma:

As obras de Lênin e seus ideais socialistas permaneceram conosco como fonte inesgotável de pensamento dialético criativo, riqueza teórica e sagacidade política. Sua própria imagem constitui um exemplo imortal de força moral grandiosa, cultura espiritual versátil e devoção desprendida à causa popular e ao socialismo. Lênin continua a viver nas mentes e corações de milhões de pessoas (GORBACHEV, 1988, p. 25).

Em seguida, reforça: “Sempre gostei da famosa fórmula sugerida por Lênin: o socialismo é a criatividade viva das massas” (1988, p. 29). Explicando as duas iniciativas que se transformaram numa espécie de “marca registrada” de seu governo, diz GORBACHEV (1988, p. 36):

Perestroika significa iniciativa de massa: é o total desenvolvimento da democracia, autogestão socialista, encorajamento da iniciativa e empenho criativo, disciplina e ordem melhoradas, mais glasnost, críticas e autocríticas em todos os campos de nossa sociedade.

Bem mais adiante, expõe:

Marx, Engels e Lênin, que deram forma teórica aos princípios sobre os quais se ergue o conceito de socialismo, não procuram apresentar um quadro detalhado sobre como seria a sociedade do futuro. Coisa que, além do mais, seria impossível. Esse quadro se foi delineado e ainda está em processo de definição, como resultado do trabalho revolucionário criativo de todos os Estados socialistas (GORBACHEV, 1988, p. 191).

No socialismo, sempre é bom lembrar, os meios de produção pertencem ao Estado. A economia é planejada e comandada pelo Estado, que controla os setores de produção. O Estado decide “o que”, “como” e “quanto” produzir. Não há a lei da

oferta e da procura. Gorbachev renuncia em 25 de dezembro de 1991 e a URSS deixa de existir em dezembro de 1991.

O mais velho ganhador de um Prêmio Nobel de Economia foi o economista Leonid Leo HURWICZ (nascido em Moscou, na Rússia, em 1917 e naturalizado norte-americano), aos 90 anos. HURWICZ e outros dois economistas norte-americanos Eric Maskin e Roger Myerson, foram laureados com o Prêmio Nobel em 2007, por terem criado as bases da teoria do desenho de mecanismos, uma teoria que permite distinguir as situações em que os mercados funcionam bem daquelas em que isso não acontece, sendo esta considerada uma teoria essencial para diversas ciências sociais.

HURWICZ escreve livros de Economia desde 1944. Destacamos a obra intitulada em inglês *On Allocations Attainable through Nash Equilibria*, publicada em 1979.

O economista Leonid Vitaliyevich KANTOROVITCH (1912-1986) foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1975 por suas aplicações da Matemática aos problemas econômicos. Em 1959, publicou sua mais famosa obra, *O Melhor Uso dos Recursos Econômicos*. KANTOROVITCH foi um dos pioneiros da técnica de programação linear como instrumento de planejamento econômico. O matemático e economista russo dividiu com o holandês Tjalling Koopmans o Prêmio Nobel pelo trabalho sobre como otimizar a distribuição de recursos escassos. Em 1939, desenvolveu um modelo de programação linear que o levou à demonstração de como a descentralização do processo decisório numa economia planificada depende de um sistema de preços determinados pela escassez dos recursos.

De acordo o Prof. Fred Leite Siqueira Campos (2009):

Kantorovitch foi o primeiro ser humano que, em 1947, encontrou soluções ótimas econômicas com a aplicação de programação linear (unindo matemática e economia). Os modelos de programação linear são formados sempre por uma função linear (que é a função objetivo) e por um conjunto de inequações lineares (restrições do problema).

Nicolai Dmitrievich KONDRATIEFF (1892-1938), foi o grande responsável pelo estudo dos ciclos econômicos longos, ou ciclos seculares, de 40 a 60 anos, mundialmente conhecidos como “ciclos de KONDRATIEFF” (graças ao economista austríaco Joseph Alois Schumpeter). KONDRATIEFF foi um dos mais talentosos

economistas russos e ajudou a escrever o primeiro Plano Quinquenal da URSS e, sobretudo, escreveu a famosa obra *Os Ciclos Longos da Conjuntura*, em 1928.

Segundo o Prof. Hindenburgo F. Pires (2009):

Kondratieff, recorrendo a um método estatístico para analisar esses dados, constatou que suas tentativas de periodização incorriam num erro de 5 a 7 anos na determinação dos anos de tais tendências (ver Quadro I), e concluiu que os limites destes ciclos podiam todavia ser representados como sendo aqueles mais prováveis:

Quadro I. Longos Ciclos de Kondratieff

LONGOS CICLOS: FASES A (1ª Expansão); B (2º Declínio)

□ Primeira longa onda

1ª A expansão durou do fim dos anos de 1780 ou começo dos anos de 1790 até 1810-17;

2º O declínio durou de 1810-17 até 1844-51.

□ Segunda longa onda

1ª A expansão durou de 1844-51 até 1870-1875;

2º O declínio durou de 1870-75 até 1890-1896.

□ Terceira longa onda

1ª A expansão durou de 1890-1896 até 1914-20;

2º O declínio provável começa nos anos de 1914-20.

Fonte: KONDRATIEFF (1944, p. 32) *In The Long Waves in Economic Life*.

Ao examinar a natureza dos longos ciclos, do ponto de vista das modificações nas técnicas de produção, KONDRATIEFF observou que as regularidades do processo ajudam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das longas ondas. E dentro desta perspectiva, em um curto, mas importante trecho, KONDRATIEFF revelou o papel das modificações nas técnicas nos longos ciclos.

Simon Smith KUZNETS (1901-1985) foi o primeiro economista que nasceu na Rússia a ganhar o Prêmio Nobel de Economia. Em 1971, KUZNETS escreveu a famosa obra *Crescimento Econômico Moderno* no mesmo ano que ganhou o Nobel em Estocolmo, Suécia, já como economista norte-americano. Depois da Segunda Guerra Mundial o mundo foi dividido em países ricos (leia-se Primeiro Mundo), países socialistas (Segundo Mundo) e países pobres (Terceiro Mundo).

As teorias e as práticas do crescimento econômico foram repensadas pelo Prof. KUZNETS, da Universidade de Harvard. KUZNETS mostrou que o crescimento econômico pressupõe o aumento per capita da produção e exige mudanças estruturais, tanto nas instituições, quanto nas práticas sociais e econômicas.

Vladimir Ilyich Ulyanov, LÊNIN (1870-1924), foi o principal líder da Revolução Russa em 1917. A sua principal obra, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*

(1899), completou, em 2009, 110 anos de publicação. Nela, afirma LÊNIN (1982, p. 120):

Quando nós voltamos para a Rússia, o problema a ser resolvido é o seguinte: o capital comercial e usurário está ligado ao capital industrial? Ambos, operando a decomposição do velho modo de produção, preparam a sua substituição pelo modo de produção capitalista ou por outro qualquer? Estas são as questões reais que devem ser respondidas em relação a cada aspecto da economia nacional russa.

Mais à frente, observa LÊNIN (1982, p. 203):

O capitalismo amplia e aprofunda em gigantescas proporções, entre a população rural, as contradições sem as quais não pode existir esse modo de produção. Apesar disso, dada a sua significação histórica, o capitalismo agrário é, na Rússia, uma força progressista notável.

E, mais adiante:

O assalariado agrícola ou diarista dotado de um lote de terra é um tipo comum a todos os países capitalistas. Um dos principais erros dos populistas é ignorar que, na Rússia, forma-se um tipo análogo. Em quinto lugar, é absolutamente falso colocar o problema do desemprego da temporada de inverno para os agricultores independentemente do problema mais amplo da superpopulação capitalista. A formação de um exército de reserva de desempregados é um fenômeno próprio do capitalismo em geral, e as peculiaridades da agricultura apenas determinam as formas específicas desse fenômeno. É por isso que o autor de *O Capital* estuda a questão da distribuição dos trabalhos agrícolas relacionando-a à da 'superpopulação relativa', retornando a ela num capítulo especial consagrado à diferença entre 'o período de trabalho' e o 'tempo de produção' (LÊNIN, 1982, p. 208).

E, em seguida enfatiza:

Concluindo, resta-nos fazer apenas o balanço daquilo que a nossa literatura econômica chama de 'missão' do capitalismo, vale dizer, do seu papel histórico no desenvolvimento econômico da Rússia. [...] as profundas contradições do capitalismo russo, obnubilando a desintegração do campesinato, o caráter capitalista da evolução da nossa agricultura, a formação de uma classe de operários assalariados industriais e agrícolas como posse de um lote de terra, escamoteando o absoluto predomínio das formas inferiores e piores do capitalismo na famigerada indústria 'artesanal' (LÊNIN, 1982, p. 373).

Em 25 de outubro de 1917, os bolcheviques (representantes da maioria) cercaram a cidade de Petrogrado, que sediava o governo provisório russo com o intuito de tomar o poder. O líder do governo, Aleksander Kerensky, conseguiu fugir, mas diversos outros governantes foram presos. Os soviets reuniram-se num

congresso e delegaram o poder governamental para o Conselho dos Comissários do Povo, presidido por LÊNIN. Sem demora, esse conselho tomou medidas de grande impacto revolucionário, como:

(i) Pedido de paz imediata: Retirou a Rússia da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e assinou com a Alemanha o Tratado de Brest-Litovsk, firmando a paz com os alemães;

(ii) Confisco de propriedades privadas: Reforma Agrária, ou seja, grandes propriedades foram tomadas dos aristocratas e da Igreja Ortodoxa para serem distribuídas entre o povo;

(iii) Estatização da economia: Controle operário das fábricas, isto é, o novo governo passou a intervir diretamente na vida econômica, nacionalizando diversas empresas e bancos estrangeiros.

LÊNIN fechou a Assembleia Constituinte e instalou a Ditadura do Proletariado, renomado o Partido Bolchevique para Partido Comunista.

O economista russo Wassily LEONTIEF (1906-1999), radicado nos EUA desde 1931, foi o criador da análise de input-output (insumo-produto) dos grandes agregados econômicos que estimulou e desenvolveu o enfoque macroeconômico com base em dados reais. LEONTIEF recebeu em 1973 o Prêmio Nobel de Economia. A principal obra de LEONTIEF foi intitulada A Economia do insumo-produto, publicada em 1966. LEONTIEF é considerado o “Apóstolo do Planejamento Econômico”.

De acordo com LEONTIEF (1988, p. 10):

No Japão, o único país não-comunista a igualar e mesmo a superar a taxa de crescimento econômico da União Soviética, existe uma estreita cooperação entre o Governo e o setor privado no desenvolvimento e aplicação da análise chamada de insumo-produto, desde 1956.

Ainda segundo LEONTIEF (1988, p. 29):

Estimativas sobre o produto nacional bruto, o consumo total, a renda per capita, a taxa de investimento e índices semelhantes da atividade econômica são hoje em dia compiladas e publicadas praticamente por todos os países. Tais números dão uma expressão quantitativa para o fato evidente de que alguns países são ricos e outros pobres. Quando se calculam esses números baseando-se em um passado recente, eles indicam que a separação entre os ricos e os pobres está aumentando.



LEONTIEF, agraciado com o Prêmio Nobel, a maior láurea que pode ser conseguida por um economista, cita o maior economista do Brasil, o paraibano Celso Furtado (1920-2004):

Em seu artigo 'O Desenvolvimento do Brasil', publicado na Scientific American de setembro de 1963, Celso Furtado menciona a escassez de carvão nesse país e fala da necessidade de uma nova tecnologia para extrair o ferro das abundantes minas locais. Deixando de lado o mérito intrínseco de tais propostas, o fato é que a escolha de tecnologias alternativas quase não existe. O processo de desenvolvimento consiste essencialmente na instalação e construção de um sistema que se aproxime daquele existente nas economias avançadas dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, e, mais recentemente, da União Soviética – com o devido desconto para as limitações impostas pela mistura local de recursos e possibilidade de tecnologia para explorá-los (LEONTIEFF, 1988, p. 33-34).

O filósofo Gueórgui Valentinovitch PLEKHANOV (1857-1918) foi o pioneiro na divulgação do marxismo na Rússia. PLEKHANOV escreveu O Papel do Indivíduo na História, cuja publicação se verificou no ano de 1898. De acordo com PLEKHANOV (1977, p. 101):

Perguntem, por exemplo, ao conde Leon Tolstoi se é justa a opinião de Chenischevski sobre a guerra. Tolstoi dirá que é absolutamente falsa, dado que a guerra é um mal e o mal nunca pode ser o bem. O conde de Tolstoi julga todos os problemas do ponto de vista da abstração 'ou uma coisa ou outra', o que retira às suas conclusões toda a seriedade. Como pensador, é completamente alheio à dialética e isto explica, entre outras coisas, a sua instintiva repugnância pelo marxismo.

O economista Eugen SLUTSKY (1880-1948) escreveu O Somatório de Causas Aleatórias como Fonte de Processos Cíclicos em 1927. SLUTSKY ficou conhecido pelo seu trabalho de derivações na popular Equação de SLUTSKY, que é muito utilizada em microeconomia, na teoria do consumidor, para separar o efeito-substituição do efeito-renda, quando ocorre uma mudança no preço de um bem demandado.

De acordo com o Prof. Paulo Sandroni (2008, p. 781):

Ele provou que as oscilações 'periódicas' em séries temporais econômicas, meteorológicas etc. não necessariamente evidenciam a presença de qualquer causa periódica subjacente; essas oscilações seriam típicas de todas as sequências aleatórias correlacionadas serialmente.

Já Iossif Vissarionovitch Dzhugashvili, vulgo Joseph STALIN (1879-1953), foi o grande líder russo. STALIN foi responsável pelos planos de desenvolvimento econômico da URSS que definiu metas de produção para a economia estatal soviética. O Primeiro Plano Quinquenal foi implementado em 1928. STALIN, antes de morrer, escreveu Problemas Econômicos do Socialismo na URSS em 1952. Com STALIN, foi abandonada a política gradualista da NEP e implantados os Planos Quinquenais. STALIN criou os *sovkhozes* (fazendas estatais), nos quais a produção agrícola iria para o governo comunista e os *kolkhozes* (cooperativas de produção), nos quais a produção era dividida entre os camponeses.

Mais uma vez citando o Prof. Paulo Sandroni (2008, p. 797), observamos que:

Durante seu longo governo, Stalin dirigiu a execução de cinco planos quinquenais. (...) fortaleceu seu poder pessoal após a derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, feito do qual foi um dos principais artífices. No pós-guerra, empreendeu a reconstrução econômica do país, recusando-se a participar do Plano Marshall, por considerá-lo instrumento da hegemonia norte-americana.

Mais de 26 milhões de pessoas da União Soviética morreram na Segunda Guerra Mundial. "Estamos cem anos atrasados em relação às nações desenvolvidas. Precisamos ultrapassar esta distância em 10 anos. Ou faremos isto ou seremos esmagados!". Num histórico discurso de fevereiro de 1931, STALIN indicou a proeminência de seu projeto de crescimento econômico na URSS, que resultou numa das mais violentas ditaduras do século XX.

TROTSKY (1879-1940) foi, ao lado de LÊNIN, um dos principais líderes da Revolução de Outubro. Em 1930, escreveu A História da Revolução Russa. Lev Davidovich Bronstein, é um russo de origem judaica que, mais tarde, assumiria o nome de guerra de Leon TROTSKY. Em 1923 aprofundou-se a cisão entre ele e seu camarada STALIN do Partido Comunista, provocada pela ascendência deste na crescente burocracia partidária e por divergências políticas relacionadas aos rumos da revolução. TROTSKY propugnava a expansão da revolução por outros países, enquanto STALIN formulava a doutrina do socialismo em único país.

De acordo com TROTSKY (1978, p. 15):

A Rússia, ainda nos primeiros meses de 1917, era a monarquia dos Romanov. Oito meses mais tarde os bolcheviques apoderavam-se do leme, eles que, no princípio do ano, eram desconhecidos, e cujos líderes, no momento mesmo do acesso ao poder, foram inculcados de alta traição.

Não encontramos na história outro exemplo de uma reviravolta tão brusca, sobretudo se nos lembramos de que se trata de uma nação contando com 150 milhões de habitantes. Claro está que os acontecimentos de 1917 – sob qualquer prisma em que os consideremos – merecem ser estudados.

Para TROTSKY (1978, p. 184):

Nenhuma classe historicamente definida pode sair da situação de subalterna para, numa noite, elevar-se ao poder, e mesmo que se tratasse de uma noite de revolução. Seria necessário que ocupasse desde a véspera uma situação de extraordinária independência em relação à classe dominante.

Ainda segundo TROTSKY, “Proletariado era a força motriz da Revolução. Concomitantemente a Revolução formava o proletariado. E disto estava ele bastante necessitado” (1978, p. 351).

TROTSKY foi o grande comandante da Guarda Vermelha na Revolução de Outubro. TROTSKY disputou a sucessão de LÊNIN com STALIN e, sendo derrotado, foi para o México, a fim de escapar da perseguição que certamente lhe seria feita pela polícia política de STALIN. Não adiantou, pois acabou sendo assassinado por um terrível golpe de picareta de alpinismo na cabeça em agosto de 1940. Pouco antes de sua morte, disse: “Mas sejam quais forem as circunstâncias da minha morte, morrerei com fé inabalável no comunismo”.

O último economista russo que gostaríamos de mencionar é Mikhail TUGAN-BARANOVSKI (1865-1919). Sua principal obra, denominada *As Crises Industriais na Inglaterra Contemporânea*, foi publicada em 1894. O Prof. Paulo Sandroni escreve que o TUGAN-BARANOVSKI, “Enfatiza que o capitalismo é feito pelos capitalistas e para eles, e, segundo esse ponto de vista, não haveria nunca escassez de demanda para o que produzem, não existindo, portanto, perigo de crise” (2008, p. 859-860).

Segundo o Prof. Jorge Miglioli, TUGAN-BARANOVSKI deixou bem claro que o desenvolvimento da economia capitalista depende não apenas da expansão das forças produtivas, mas também da ampliação dos mercados para absorver a produção.

## 4 CONCLUSÕES

A Revolução Russa foi a primeira experiência concreta do socialismo revolucionário, baseado, em princípio, nas doutrinas socialistas propostas por Marx e Engels.

Na data em que se comemoram os 92 anos da Revolução de Outubro de 1917, quase todos os livros indicados na bibliografia poderão ser lidos pelos jovens brasileiros em várias bibliotecas nas cinco regiões do País, por exemplo, na biblioteca da FAAP, em São Paulo, e na biblioteca do UNIPÊ, em João Pessoa. Os jovens russos e estrangeiros fluentes em russo ou em inglês podem ler boa parte das obras citadas em material digital da Biblioteca Nacional da Rússia (<http://www.nlr.ru/eng/>).

Os jovens russos enfrentam grandes desafios no século XXI. De acordo com o Presidente dos EUA e Prêmio Nobel da Paz de 2009, Barack Obama, “(...) vocês são o maior recurso de qualquer nação no século 21. São as pessoas; especialmente, os jovens. E o país que usar esse recurso terá êxito”. Manter os costumes de ler e escrever muito aliada à sua rica cultura é extremamente importante para que os jovens russos possam obter mais benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Os jovens russos e estrangeiros não podem esquecer a Revolução Russa de 1917, razão pela qual precisam ler as obras dos grandes pensadores nascidos na terra de Tolstoi, ouvindo as músicas de Tchaikovsky.

Não temos dúvida de que o pensamento econômico russo evoluirá e continuará influenciando a economia mundial. Enfim, na nova Rússia, assim como em todo o mundo, é preciso encontrar novos rumos para o desenvolvimento econômico sustentável, pois enfrentamos hoje o grave problema do aquecimento global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Os Economistas. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1982.

LEONTIEF, Wassily. **A Economia do insumo-produto**. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika: novas ideias para o meu país e o mundo**. 25ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

MIGLIOLI, Jorge. **Kalecki**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PLEKHANOV, George. **O Papel do Indivíduo na História**. 2ª ed. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

REED, John. **Os dez dias que abalaram o mundo**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. São Paulo: Record, 2008.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

## REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

CAMPOS, Fred Leite Siqueira. **Lembranças de um grande gênio: Leonid Vitalievitch Kantorovitch**. Disponível em: <http://outroladodanoticia.wordpress.com/2009/01/25/lembrancas-de-um-grande-genioleonid-vitalievitch-kantorovitch/>. Acesso em 23 Out. 2009.

OBAMA, Barack Hussein. **Pronunciamento do Presidente dos EUA na Cerimônia de Formatura da Nova Escola de Economia em Moscou**. Disponível em: <http://www.america.gov/st/texttransenglish/2009/July/20090708134836abretnuh0.8099896.html&distid=ucs>. Acesso em 23 Out. 2009.

PIRES, Hindenburgo F. Pires. **Teoria das longas ondas e os ciclos da industrial mundial**. Disponível em: <http://www.cibergeo.org/dgeo/geoecon/ciclos.htm>. Acesso em 24 Out. 2009.

PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2009**. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf). Acesso em 23 Out. 2009.

## REFERÊNCIA CINEMATOGRÁFICA

**Reds**. Direção de Warren Beatty. Roteiro de Warren Beatty e Trevor Griffiths. Elenco: Warren Beatty, Diane Keaton, Jack Nicholson e Maureen Stapleton. EUA, 1981.

## Vinte Anos da Queda do Muro de Berlim: Incentivando os jovens para dias ensolarados e verdes no Pós-Guerra Fria

Paulo Galvão Júnior<sup>4</sup>

As concepções de vida, que são como muros nas cabeças das pessoas e repetidamente impedem ou dificultam a compreensão mútua.  
Chanceler alemã Angela Merkel

Os heróis foram o povo.  
Prêmio Nobel da Paz de 1990 Mikhail Gorbachev

Em 09 de novembro de 1989 caiu o Muro de Berlim, que dividia Berlim Ocidental e Berlim Oriental. Eu era um jovem estudante de Economia da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), no Campus II da fria Campina Grande, quando assisti a Queda do Muro de Berlim pela televisão. As frias Alemanhas eram divididas em República Democrática da Alemanha (RDA) ou Alemanha Oriental e em República Federal da Alemanha (RFA) ou Alemanha Ocidental.

O líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) era Mikhail Gorbachev. A glasnost (transparência) e a perestroika (reconstrução) do Secretário-Geral do Comitê Central do Partido Comunista da URSS, Mikhail Gorbachev, aceleraram o fim do regime comunista nos oito países da Europa Oriental (Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Iugoslávia, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia) e da própria União Soviética em 1991.

Após duas décadas da derrubada histórica do Muro da Vergonha, os jovens atuais podem perguntar aos jovens da minha época: Qual era a altura do Muro de Berlim? Qual era a extensão do Muro de Berlim? Qual foi o motivo da construção do Muro de Berlim? Quem derrubou o Muro de Berlim?

Primeiro, precisamos analisar a Alemanha há 70 anos passados. Em 1º de setembro de 1939, a Alemanha invadiu a Polônia, começava a Segunda Guerra Mundial. Em 1945, a Alemanha nazista foi à grande derrotada no final da II Grande Guerra. De acordo com o livro A Alemanha de hoje (1979, p. 44):

Após a capitulação da Alemanha as potências vencedoras a dividiram em quatro Zonas de Ocupação. (...) Berlim, entretanto, não pertencia a nenhuma Zona de Ocupação, sendo administrada conjuntamente pelas quatro potências aliadas vencedoras da guerra: Estados Unidos, União

---

<sup>4</sup>Economista, especialista em Gestão de RH pela FATEC INTERNACIONAL. É Chefe da DPTI da SETUR da PMJP e autor do livro digital de Economia intitulado RBCAI.

Soviética, Inglaterra e França, ocupando cada uma delas um setor da cidade.

A revista SuperInteressante numa reportagem intitulada A Nova 2ª Guerra Mundial (set./2009, p. 65), relata que:

Então finalmente, em agosto, chegou o Dia D. Foi uma operação bastante arriscada, magnificamente executada e de importância vital para os interesses ocidentais. Caso tivesse falhado, o destino da Europa seria exclusivamente decidido pelo Exército Vermelho, (...). No fim, os comunistas passaram a decidir o destino de pelo menos metade do continente, desde a queda de Berlim, em 1º de Maio de 1945, até a queda do muro, longos 44 anos depois.

As duas Alemanhas ficaram divididas entre 1949 e 1990. A Berlim da Alemanha socialista (RDA) e a Berlim da Alemanha capitalista (RFA) por 28 anos foram separadas pelo muro. Do lado capitalista, existiam três setores: o setor americano, o setor inglês e o setor francês. Do lado socialista, existia apenas o setor soviético. Esta divisão em quatro setores foi outro grande motivo para a construção do Muro de Berlim.

Na madrugada de 13 de agosto de 1961, iniciou-se a construção do Muro de Berlim. Não houve festa de inauguração pelos comunistas e sim famílias separadas por atos autoritários. O Muro de Berlim foi construído pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA ou SED, do alemão Sozialistische Einheitspartei Deutschlands). O grande idealizador e responsável foi o Chefe de Estado da RDA e do SED, Walter Ulbricht.

O Muro de Berlim tinha quase 4 metros de altura e cerca de 155 km de extensão. O Muro de Berlim era uma fronteira blindada com 700.000 toneladas de aço. O grande objetivo do Muro de Berlim era deter o fluxo de refugiados da RDA para RFA em dias sombrios. Por isso colocaram uma cerca de arame farpado de 148 km de extensão além do fosso com quase 2 metros de profundidade, para evitar fugas em dias nublados através de buracos cavados próximo ao muro. Muitas pessoas morreram tentando fugir para Berlim Ocidental, devido à forte repressão das torres de vigilância do Muro de Berlim.

É muito importante enfatizar que, um alemão oriental que tentasse atravessar ou pular o Muro de Berlim para o lado ocidental poderia ser fuzilado pelos guardas de fronteira, ou ser preso por até dois anos ou pelo menos cinco anos de prisão. Estima-se que mais 3.000 pessoas foram presas e mais de 190 pessoas morreram

ao tentar fugir da RDA. A primeira vítima foi um jovem de 24 anos, o alemão oriental Günter Litfin, morto a tiros pelos guardas de fronteira da RDA em 24 de agosto de 1961. Já a última vítima foi Chris Gueffroy, morto a tiros em 5 de fevereiro de 1989, aos 20 anos.

No livro *A Alemanha de hoje* (1979, p. 51) explica que:

(...) a RDA construiu, em agosto de 1961, um muro fortemente vigiado, que atravessa toda a cidade de Berlim. Até aquela data haviam fugido da Zona de Ocupação Soviética ou da RDA 3,5 milhões de pessoas. Ainda hoje algumas centenas de habitantes da RDA arriscam a fuga, mas as possibilidades são reduzidas. Muitos foram atingidos por tiros ou minas, nas tentativas de fuga.

Em seguida, o livro da RFA de 1979 enfatiza que:

As fugas estavam enfraquecendo a economia da RDA, porque perdia mão de obra qualificada. Após a construção do muro deu-se uma certa consolidação e impulso econômico. (...) A RDA passou a segundo lugar dentro do bloco oriental, tanto em produção como em comércio exterior, seguindo a União Soviética.

Com certeza absoluta, foi uma grande iniciativa popular as ações para abrir a fronteira entre as duas Alemanhas, e, sobretudo, para derrubar o Muro de Berlim em 09/11/1989. Os alemães orientais na histórica e fria noite gritavam: “Wir sind das Volk! Wir sind das Volk!” (“Nós somos o povo! Nós somos o povo!”). O Muro de Berlim caiu e o medo virou a alegria de viver em liberdade e em família na futura Alemanha!

No livro intitulado *1989: O Ano que Mudou o Mundo – A Verdadeira História do Muro de Berlim*, o escritor americano Michael Meyer conta que:

(...) em 9 de novembro de 1989, depois das 7 da noite, as pessoas começaram a se reunir nas proximidades do Muro. As pessoas gritavam ‘Sofort!’ (“Abram!”). Os indivíduos foram chegando e, logo, formavam uma massa compacta. Eles vinham hesitantes, amontoavam-se em pequenos grupos, a certa distância da polícia, fazendo perguntas tímidas e segurando suas carteiras de identidade. Mas, à medida que a quantidade de pessoas aumentava — primeiro às dezenas, depois às centenas, finalmente aos milhares —, elas ficavam mais ousadas. Às dez horas já estavam a poucos passos dos guardas formados para enfrentá-las. E continuaram chegando ao posto de controle, vindas de três ruas que convergiam como rios afluentes que se acumulam em uma barragem. A multidão de vozes gritava em uníssono: ‘Abram! Abram!’. Do lado da Alemanha Ocidental, as pessoas gritavam: ‘Venham! Venham!’.

Alarmados, sem saber o que fazer, os soldados buscavam orientação, mas não conseguiam obter nenhuma. Às 11h17, o guarda da fronteira ordenou



‘Alles auf!’ (‘Abram tudo!’). Os portões foram escancarados. A multidão soltou um grande rugido enquanto avançava. De repente não havia mais Muro de Berlim. ‘Die Mauer weck’, gritavam as pessoas enquanto celebravam no alto do Muro, diante das câmeras, ao longo da noite. ‘O Muro acabou!’, registra Meyer. “De repente os alemães eram de novo alemães. Berlinenses eram berlinenses, não havia mais ‘oriental’ e ‘ocidental’.

Segundo a minha querida Professora Zélia Almeida (2007, p. 162), num artigo intitulado Berlim do Muro e a Destruição de Cenários:

Através de revistas e jornais acompanhei a construção do Muro da Vergonha (1961) com a ajuda de meus pais, um comunista, outro anti-comunista. Não me fez confusão, mas me indicaram uma área de interesse técnico, científico e artístico. (...) em 1989, a Queda do Muro de Berlim, tive viagem quase imediata, após acompanhar as negociações de Gorbachev, Vaticano, Pink Floyd (O Muro) e toda a torcida internacional do Ocidente e Oriente. Da Inglaterra a URSS viajei recolhendo restos da Guerra Fria, escultura orientada por mim que deverá ser doada a algum grande museu que a valorize.

Jovens atuais e jovens da minha época, vamos comemorar o vigésimo aniversário da Queda do Muro de Berlim! Vamos lembrar no tradicional Portão de Brandemburgo (Brandenburger Tor), em Berlim (atual capital da Alemanha), os alemães orientais, os alemães ocidentais, os trabalhadores estrangeiros e os turistas derrubando o Muro de Berlim! Era o fim da Cortina de Ferro e da Guerra Fria, posteriormente, o surgimento de uma só Alemanha em 03 de outubro de 1990.

Hoje, a Alemanha é o país mais rico da Europa e da União Europeia (UE). A moeda oficial é o euro. A República Federal da Alemanha tem a maior população da UE, e a segunda mais populosa do continente europeu, atrás da Rússia, com 82,3 milhões de habitantes em 2007, segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A Alemanha é o quarto país mais rico do mundo, com o PIB (Produto Interno Bruto) nominal de US\$ 3,2 trilhões em 2008, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), atrás apenas dos EUA (US\$ 14,2 trilhões), do Japão (US\$ 5,0 trilhões) e da China (US\$ 4,7 trilhões).

Atualmente, a Alemanha tem IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,947, revelando um país de desenvolvimento humano muito elevado, de acordo com dados recentes do PNUD. Na Alemanha, em 2007, a esperança de vida ao nascer era de 79,8 anos. Hoje, a maior e mais populosa (3,3 milhões de habitantes) cidade da Alemanha é Berlim! É também uma das mais ricas cidades da UE!

Segundo o célebre economista paraibano Celso Furtado (1998, p. 31):

A União Europeia nasceu por iniciativa da França, tendo como principal objetivo um entendimento político consistente com a Alemanha. (...) Pela primeira vez, um grupo significativo de países soberanos e com perfil cultural próprio abdicam de prerrogativas nacionais para se integrar política e economicamente.

De acordo com a Professora Zélia Almeida (2007, p. 170-171) num artigo denominado Berlim do Muro Sem Turismo:

Apesar do Muro haver caído, corria o ano de 1990, as tropas soviéticas ainda estavam em todos os postos. Novas contra-ordens poderiam chegar da URSS, e poderia reverter toda uma situação definida, a qualquer momento. Sempre foi assim. O Muro caiu em 9 de novembro de 1989. Os estaleiros da Polônia, a Igreja Católica, leia-se João Paulo II, Gorbachev, e a presidência dos Estados Unidos, passaram a conceituar o Muro como atentado diário aos direitos humanos e a diversidade ideológica, a nível mundial.

Em 12 de junho de 1987, o presidente dos EUA (Estados Unidos da América), Ronald Reagan, discursou em Berlim Ocidental:

Congratulamo-nos com a mudança e abertura, pois acreditamos que a liberdade e segurança caminham juntos, que o progresso da liberdade humana só pode reforçar a causa da paz no mundo. Há um sinal dos soviéticos que pode fazer isso seria inconfundível, que iria avançar dramaticamente a causa da liberdade e da paz. Secretário Geral Gorbachev, se você procurar paz, se você procurar a prosperidade para a União Soviética e Europa Oriental, se você procurar liberalização, venha aqui a esta porta. Sr. Gorbachev, abra o portão. Sr. Gorbachev, derrube esse muro!

Em 09/11/1989, o Secretário-Geral da RDA, Egon Krenz, em Berlim Oriental “sob pressão, Krenz ordena a abertura do Muro de Berlim, que logo é derrubado pela população” (Almanaque Abril, 19.dez./2008, p. 383). Citando novamente a renomada economista paraibana Zélia Almeida (2007, p. 171-172):

(...), não havia um Muro. Havia três etapas de Muro. Havia três Muros. O primeiro que dava à frente a Berlim Ocidental. O segundo, era constituído de arames em profusão acrescentados de grossas barreiras de ferro cruzadas. O terceiro, outro muro de concreto, tão firme quanto o primeiro.

De acordo com o jornalista americano Thomas L. Friedman (2005, p. 62):

A queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, liberou forças que acabariam libertando todos os povos dominados pelo Império Soviético – mas, na realidade, fez também muito mais que isso: inclinou a balança do poder mundial para o lado dos defensores da governança democrática,

consensual, voltada para o livre mercado, em detrimento dos adeptos do governo autoritário, com economias de planejamento centralizado. A Guerra Fria foi um embate entre dois sistemas econômicos – capitalismo e comunismo. Com a queda do Muro, sobrou apenas um sistema, pelo qual todos, de alguma forma, tiveram de se orientar.

Posteriormente, o jornalista norte-americano Friedman (2005, p. 64) expôs:

A queda do Muro de Berlim não contribuiu apenas para o achatamento das alternativas ao capitalismo de livre mercado e a libertação das gigantescas reservas reprimidas de energia de centenas de milhões de pessoas de lugares como Índia, Brasil, China e o antigo Império Soviético; ela também nos permitiu encarar o mundo como um todo de uma nova forma, vendo-o como uma unidade mais homogênea.

Em seguida, o conceituado jornalista Friedman (2005, p. 65) afirma que, “(...) Se comemoro a queda do Muro, é por estar convencido do quanto podemos aprender uns com outros. A maior parte do conhecimento reside em aprender com o outro do outro lado da fronteira”. No best-seller *O Mundo é Plano: Uma Breve História do Século XXI*, o jornalista Thomas Friedman enfatiza na mesma página 65:

Por fim, a queda do Muro abriu caminho não só para que mais pessoas pudessem explorar os fundos de conhecimento uma das outras, como também para a adoção de parâmetros comuns com relação a como gerir economias, como fazer a contabilidade, como conduzir o sistema bancário, como construir computadores pessoais e como redigir trabalhos sobre economia.

De acordo a revista *Veja*, na reportagem intitulada *Revolução que Salvou o Mundo* (11. Dez./2009, p. 136), “O fim do comunismo, representado pela derrubada do muro, também propiciou a aceleração do processo de globalização econômica e o enfraquecimento de visões estatizantes em países como o Brasil e a Índia, hoje duas potências emergentes”. Mais na frente, na página 138, a revista *Veja* relata que:

Em 1948, Stalin, que queria Berlim inteira para si, ordenou um bloqueio à parte ocidental – furado por uma ponte aérea organizada pelos americanos. Ninguém resumiu tão bem o significado de Berlim como centro de resistência ao totalitarismo comunista quanto o presidente americano John Kennedy, em visita à cidade em 1963. Em discurso aos moradores da parte ocidental, ele disse: ‘Todos os homens livres, onde quer que vivam, são cidadãos de Berlim. E é assim, como um homem livre, que me orgulho dessas palavras: eu sou berlinense!’.

No prefácio do livro do ex-presidente da Romênia, Ion Iliescu, o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, expôs (2003, p. 8), “A queda do Muro de

Berlim pôs abaixo não apenas a separação física entre a Europa Ocidental e a Europa do Leste. Como acontecimento simbólico, marcou o fim de uma época, e o começo de outra”. Em 1989, foi um ano histórico também para o Brasil, pela primeira vez os brasileiros depois de trinta anos, escolheriam o seu Presidente e Vice-Presidente da República pelo voto direto. Eu com 19 anos votei pela primeira vez nas eleições presidenciais. Meu primeiro voto em 15 de novembro de 1989 (seis dias depois da Queda do Muro de Berlim) foi para o candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), o então senador paulista Mário Covas, que ficou em quarto lugar no primeiro turno.

Os jovens atuais cometem erros, equívocos e falhas. Quando jovem também cometi erros! Por exemplo, no segundo turno das eleições direitas, em 17 de dezembro de 1989, votei no candidato mais apoiado pela mídia (leia-se Rede Globo) e com perfil não-comunista, o economista Fernando Collor de Mello do então PRN (Partido da Reconstrução Nacional); e, sobretudo, não obedecia aos meus queridos pais (ao ponto de não frequentar por vários meses a casa do meu pai, Prof. Paulo Galvão, e evitar ao máximo os conselhos da minha mãe, Dona Vera). Quando somos jovens erramos muito! Não foi fácil conviver com tantas incertezas, tantos planos econômicos, tantos semblantes frios, tantas separações em minha vida! Mas faz parte do amadurecimento para nova fase da vida!

Os erros também mudam a História! O erro burocrático de Günter Schabowski mudou os rumos da Guerra Fria. O porta-voz do Politburo da RDA em entrevista coletiva a jornalistas, transmitida ao vivo pela TV estatal, disse aos cidadãos da RDA, “Poderão viajar para fora da RDA sem autorização especial!”. Um jornalista perguntou: “Quando vai entrar em vigor?”. Respondeu Schabowski: “Segundo entendi, imediatamente!”. Em 09 de novembro de 1989 o último porta-voz da RDA leu a nota do seu superior, Egon Krenz, sem conhecer o conteúdo. Os berlinenses orientais não demoraram a tomar a iniciativa para viajar para Berlim Ocidental. A fronteira mais defendida do mundo em poucas horas depois do erro de Schabowski virou palco de uma grande festa do povo alemão, comemorando a queda do Muro de Berlim, um dos acontecimentos mais importantes do século XX.

Diante de um cenário econômico cada vez mais competitivo e em plena crise econômica mundial, agora você, jovem atual ou da minha época, pode estar perguntando: Durante a Queda do Muro de Berlim que lembrança mais forte lhe trás de volta ao passado? Com certeza absoluta, não foram às aulas de Economia nem

tão pouco os debates em sala de aula sobre o capitalismo versus o comunismo! Não foi o revolucionário videoclipe da banda de rock inglesa Pink Floyd com sua famosa canção *Another Brick in the Wall* com cenas da “zona da morte”. Não foi também a derrota na disputa pelo CA (Centro Acadêmico) de Economia no Campus II da ex-UFPB (atual UFCG), na qual era integrante da chapa “PERESTROIKA”, cujo adesivo de campanha era um jovem fera e careca do Curso de Graduação em Ciências Econômicas derrubando o “Muro de Berlim”.

Acredite, a minha maior lembrança dos dias frios de novembro de 1989 era a vontade de voltar para casa. Viajar para João Pessoa, a minha terra natal, onde o Sol nasce primeiro em todo o continente americano. Vontade de mergulhar e nadar nas águas tranquilas e mornas do mar. A vontade de encontrar dias ensolarados! De beber água de coco na Praia de Manaíra contemplando a beleza das mulheres paraibanas. Para gozar da liberdade de ir e vir de pés descalços na areia fina da Praia do Bessa até a Praia da Penha! Para passear de bicicleta e admirar o verde dos coqueiros e das águas das Praias de Tambaú e do Cabo Branco!

A ideia do presidente fundador da *Green Cross International*, Mikhail Gorbachev, com apoio do Ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Jürgen Trittin. O Brasil é um país emergente e membro do BRIC (iniciais em inglês de *Brazil, Russia, India and China*) e do G-20 (Grupo dos Vinte) com potencial gigantesco na Economia Verde.

A República Federativa do Brasil tem excelentes relações financeiras, diplomáticas, comerciais, econômicas, culturais, esportivas e científicas com a República Federal da Alemanha como também com a Federação Russa e com outros países integrantes do BRIC e do G-20. Hoje, podemos e devemos aumentar a parceria Brasil-Alemanha, Brasil-Rússia e BRIC-G-20 a favor da redução das emissões globais de gases de efeito-estufa e da geração de empregos “verdes”. Todos contra o aquecimento global!

Eu não sou comunista nem capitalista, eu sou economista. Economista paraibano, com uma visão generalista da economia globalizada. No Brasil, o dia 13 de agosto é comemorado o Dia do Economista! O maior economista do Brasil nasceu em 26 de julho de 1920, em Pombal, no estado da Paraíba. Na era do conhecimento, o economista é um profissional muito importante para interpretar e discutir sobre os novos rumos da economia mundial, sul-americana, brasileira, nordestina, paraibana e pessoense. Precisamos de conhecimento, habilidade,

atitude, competência, valores e, sobretudo, de criatividade para gerar novas ideias, novas mudanças, novas siglas, novas perguntas em prol do desenvolvimento econômico sustentável.

Questionou o Prof. Celso Furtado em 1974, no famoso livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974, p. 19):

(...) que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo de controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico entraria necessariamente em colapso.

Em seguida, Prof. Celso Furtado (1974, p. 20) enfatizou:

A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los.

Morando na terceira cidade mais antiga do Brasil e trabalhando na segunda cidade mais verde do mundo, finalizo com a compreensão de que a Queda do Muro de Berlim em 09 de novembro de 1989 foi o fim do maior símbolo da Guerra Fria. Em especial, na comemoração alusiva aos 20 anos da Queda do Muro de Berlim, estou incentivando os jovens para dias ensolarados e verdes no Pós-Guerra Fria. Novos “Muros de Berlim”, visíveis e invisíveis, físicos e virtuais, são construídos ou levantados na madrugada (...). Separando e dificultando os avanços da humanidade.

Enfim, urge que os jovens atuais e da minha época se mobilizem para derrubar os “Muros de Berlim” do século XXI!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL, Almanaque. **Alemanha**. 35ª ed. São Paulo: Abril, 19. dez./2008, p. 381-383.  
ALMEIDA, Zélia Maria de. **Cenários Turísticos**: Potencial e Crise. João Pessoa: Idéia, 2007.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Mundo é Plano**: Uma Breve História do Século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

ILIESCU, Ion. **Romênia: o renascimento de esperança**. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso, tradução Iulia Baran. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

SUPERINTERESSANTE, Revista. **A Nova 2ª Guerra Mundial**. Edição nº 269. São Paulo: Editora Abril, setembro de 2009.

VEJA, Revista. **Revolução que Salvou o Mundo**. São Paulo: Editora Abril, 11. nov./2009, p. 126-140.

VERLAG, Lexikothek. **A Alemanhade Hoje**. Munique: Lexikon-Institut Bertlesmann, 1979.

## REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

DEUSTSCHE WELLE. **Especial: 20 Anos da Queda do Muro de Berlim**. Disponível em: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4600550,00.html>. Acesso em 02 de novembro de 2009.

DEUSTSCHE WELLE. **Uma faixa verde no lugar da cortina de ferro**. Disponível em: <http://www.dwworld.de/dw/article/0,,922576,00.html>. Acesso em 07 de novembro de 2009.

PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2009**. Mobilidade e desenvolvimento humano. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf). Acesso em 07 de novembro de 2009.

REGAN, Ronald. **Põe abaixo esse muro**. Disponível em: [http://en.wikipedia.org/wiki/Tear\\_down\\_this\\_wall](http://en.wikipedia.org/wiki/Tear_down_this_wall). Acesso em 05 de novembro de 2009.

REVISTA BULA. **A Queda do Muro de Berlim e o Gorbachev da Hungria**. Disponível em: <http://www.revistabula.com/materia/a-queda-do-muro-de-berlim-e-o-gorbachev-dahungria-1428>. Acesso em 07 de novembro de 2009.

## **A Segunda Cúpula do BRIC**

Paulo Galvão Júnior<sup>5</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo de Economia intitulado A Segunda Cúpula do BRIC tem como objetivo analisar os principais países emergentes do mundo: China, Índia, Brasil e Rússia.

Os estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior com conhecimentos ainda incipientes em economia internacional, dentro e fora da sala de aula, precisam refletir sobre a importância dos países emergentes no mundo globalizado.

Apresentaremos uma visão abrangente com contribuições e estímulos a reflexões críticas sobre a economia brasileira em duas partes: a 1ª parte sobre o BRIC e a 2ª parte abordando o RBCAI. Em seguida, as conclusões.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) já aponta o Brasil como a 9ª maior economia do mundo, pelo critério de paridade do poder de compra (PPC). O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) divulga que o Brasil é um país de desenvolvimento humano alto. E é justamente esse crescimento econômico aliado ao desenvolvimento humano que está transformando o Brasil no BRIC da vez ou no RBCAI da vez.

### **PAÍSES EMERGENTES**

A aceitação mundial que teve o BRIC, incentivou a necessidade de preparação de artigos especializados na problemática dos países emergentes e diretamente orientados para os estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior, em especial, para os universitários dos Cursos de Graduação de Economia, Administração, Geografia, Turismo, Comércio Exterior e Sociologia.

Este artigo apresenta informações e dados estatísticos. As informações e os dados são de fontes secundárias. A organização e a análise dos dados estatísticos nos permite descobrir os principais indicadores dos países, especialmente de nações emergentes.

---

<sup>5</sup>Economista, especialista em Gestão de RH e autor do livro digital de economia intitulado RBCAI.



Os países emergentes são aquelas nações que, conhecidos outrora como de Terceiro Mundo, se industrializaram e continuam se desenvolvendo.

País emergente é um país que possui um padrão de vida relativamente baixo, uma base industrial em desenvolvimento e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando entre médio e elevado.

Os países emergentes dos BRICs são industrializados e têm um grande peso econômico no cenário global, porém falham na distribuição equitativa de renda, fazendo com que haja pobreza e miséria e problemas de educação, de saúde, de habitação e de infraestrutura.

## **BRIC**

A sigla BRIC (iniciais em inglês de *Brazil, Russia, India and China*) aborda os quatro países emergentes que devem superar economicamente os países do G-6 (Grupo dos Seis), ou seja, Estados Unidos da América (EUA), Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália até 2050, segundo o economista britânico Jim O'Neill do banco de investimentos norte-americano Goldman Sachs.

O BRIC é um acrônimo criado em novembro de 2001 pelo economista Jim O'Neill no relatório intitulado *Building Better Global Economic BRICs* do Goldman Sachs.

Segundo o economista Jim O'Neill, a China será a maior economia do mundo em 2050, à frente dos EUA que ocupará o 2º lugar. A Índia será a 3ª economia do planeta, à frente do Japão que estará em 4º lugar. O Brasil ficará em 5º lugar no *ranking* das dez maiores economias do mundo em 2050. Já a Rússia projeta-se na 6ª posição no *ranking* do PIB global, na frente do Reino Unido, da Alemanha, da França e da Itália.

A projeção do BRIC é baseada na análise demográfica, na acumulação de capital e no crescimento da produtividade de cada país emergente.

O termo criado pelo economista inglês faz uma alusão à palavra inglesa *brick* que significa tijolo em português. Para o economista do Goldman Sachs, esses quatro países emergentes deverão liderar a economia mundial, se cumprirem todas as reformas necessárias, algo que pode ser materializado e concretizado até 2050.

## **A PRIMEIRA CÚPULA DO BRIC**

O presidente da Federação Russa, Dmitry Medvedev, foi o grande anfitrião da primeira cúpula dos quatro países emergentes do BRIC, em 16 de junho de 2009, na Rússia.

Em Ecaterimburgo, a maior cidade a leste dos Montes Urais, o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente russo Dmitry Medvedev e o presidente chinês Hu Jintao, debateram por quatro horas a crise econômica internacional, a formação oficial do grupo BRIC, a redução da grande dependência do dólar americano e, sobretudo, a nova ordem mundial.

## **DESTAQUES DO COMUNICADO CONJUNTO DA 1ª CÚPULA DO BRIC**

Os líderes do grupo BRIC, na Rússia, assinaram o primeiro comunicado em conjunto:

Nós, líderes da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia e da República Popular da China, discutimos a situação atual da economia global e outros problemas urgentes do desenvolvimento global, e, também, as perspectivas para reforçar ainda mais a colaboração no âmbito do BRIC, no encontro de Ecaterimburgo, no dia 16 de junho de 2009. Chegamos às seguintes conclusões: (i) Enfatizamos o papel central das Cúpulas do G-20 para lidar com a crise financeira. Elas estimularam a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo político a respeito de questões econômicas e financeiras. (ii) Comprometemo-nos com o avanço da reforma do sistema financeiro internacional para refletir as mudanças na economia global. As economias emergentes e em desenvolvimento têm de ter maior representação e voz nas instituições financeiras internacionais e seus dirigentes e executivos devem ser indicados através de um processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos que existe uma forte necessidade de um sistema internacional estável, previsível e mais diversificado. (iii) Estamos convencidos de que uma arquitetura econômica e financeira reformada deve se basear, entre outras coisas, nos seguintes princípios: decisões e processos de implementação, democráticos e transparentes, nas organizações financeiras internacionais; base legal sólida; compatibilidade de atividades entre as instituições de regulação nacional e as entidades que estabelecem os padrões internacionais; e fortalecimento das práticas de supervisão e controle de risco. (iv) Reconhecemos o papel importante desempenhado pelo mercado internacional e os investimentos diretos estrangeiros na recuperação da economia mundial. Instamos todas as partes a trabalharem juntos para aprimorar o mercado internacional e o ambiente de investimentos. Exortamos a comunidade internacional a manter o sistema multilateral de comércio estável, a evitar o protecionismo comercial e a buscar resultados abrangentes e equilibrados na Agenda para o Desenvolvimento de Doha da OMC. A implementação do conceito de desenvolvimento sustentável,

incluindo entre outros, a Declaração do Rio, a Agenda para o Século 21 e os acordos multilaterais ambientais, deve ser o maior vetor na mudança de paradigma para o desenvolvimento econômico. (v) Apontamos a cooperação internacional na área da eficiência energética. Estamos pronto para um diálogo construtivo sobre como lidar com a mudança climática, baseada no princípio de responsabilidade respectiva porém diferenciada, tendo em vista a necessidade de combinar as medidas para o proteger o clima e para cumprir as tarefas de desenvolvimento socioeconômico. (vi) Reafirmamos a necessidade de incrementar a cooperação entre os nossos países em áreas sociais vitais e reforçar a participação na ajuda humanitária internacional e na prevenção dos riscos de desastres naturais. (vii) Tomamos nota da declaração sobre a segurança alimentar global como uma maior contribuição dos países BRIC aos esforços multilaterais para estabelecer condições sustentáveis para este objetivo. (viii) Reafirmamos a importância de avançar na cooperação entre nossos países na área da ciência e educação, com o objetivo, entre outros, de se comprometer com a pesquisa fundamental e o desenvolvimento de tecnologias avançadas. (ix) Enfatizamos nosso apoio a um mundo multipolar mais democrático e justo, baseado no direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na decisão coletiva de todos os estados. Reiteramos o apoio aos esforços políticos e diplomáticos para a resolução pacífica de disputas no âmbito das relações internacionais. (x) Concordamos mutuamente com os objetivos de promover o diálogo e a cooperação entre nossos países de maneira incremental, proativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação entre os países BRICs são úteis não apenas para servir aos interesses comuns das economias emergentes e dos países em desenvolvimento, mas também para construir um mundo equilibrado de paz durável e prosperidade comum. Rússia, Índia e China saúdam o convite feito pelo Brasil para sediar a próxima reunião do BRIC em 2010. Fonte: Notícias da Índia (Vol. 3, nº. 13, 01/07/2009).

## A SEGUNDA CÚPULA DO BRIC

Em 16 de abril de 2010, em Brasília, no Brasil, ocorrerá a Segunda Cúpula do BRIC. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva será o anfitrião e receberá o presidente russo Dmitry Medvedev, o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh e o presidente chinês Hu Jintao. Na 2ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRIC, os quatro líderes mundiais debaterão e intensificarão a cooperação econômica.

País	PIB (US\$ trilhões PPC)	População (milhões de hab.)	Área Territorial (milhões de km <sup>2</sup> )	IDH	Índice de Gini	Esperança de Vida ao Nascer (anos)	PIB per capita (US\$ PPC)
<b>Brasil</b>	<b>1,833</b>	<b>190,1</b>	<b>8,5</b>	<b>0,813</b>	<b>55,0</b>	<b>72,2</b>	<b>9.567</b>
<b>Rússia</b>	<b>2,087</b>	<b>141,9</b>	<b>17,0</b>	<b>0,817</b>	<b>37,5</b>	<b>66,2</b>	<b>14.690</b>
<b>Índia</b>	<b>3,096</b>	<b>1.164,7</b>	<b>3,2</b>	<b>0,612</b>	<b>36,8</b>	<b>63,4</b>	<b>2.753</b>
<b>China</b>	<b>7,096</b>	<b>1.329,1</b>	<b>9,6</b>	<b>0,772</b>	<b>41,5</b>	<b>72,9</b>	<b>5.383</b>
<b>BRIC</b>	<b>14,112</b>	<b>2.825,8</b>	<b>38,3</b>	<b>0,754</b>	<b>SD</b>	<b>68,7</b>	<b>4.903</b>
<b>Mundo</b>	<b>64,909</b>	<b>6.670,8</b>	<b>149,6</b>	<b>0,753</b>	<b>SD</b>	<b>67,5</b>	<b>9.345</b>

**Tabela 1.** Principais Indicadores Econômicos, Demográficos e Sociais do BRIC e do Mundo em 2007.  
**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir dos dados do Relatório do Desenvolvimento 2009 do PNUD.  
**Nota:** SD significa Sem Dados.

A milenar China já é o maior parceiro comercial do secular Brasil. A China é hoje o maior exportador do mundo, enquanto o Brasil não passa de 1% das exportações mundiais.

Na pauta da cúpula prevemos discussões sobre os efeitos da crise econômica mundial, a reforma no sistema financeiro internacional, o combate ao aquecimento global, os terremotos no Haiti e no Chile, os ataques terroristas na Rússia, as enchentes no estado do Rio de Janeiro e, sobretudo, as novas propostas para o crescimento econômico mundial e a governança global.

Um dos aspectos mais positivos da 2ª Cúpula do BRIC será o esforço das quatro potências mundiais em aumentar as relações econômicas entre os países. Existe interesse em expandir a cooperação nas áreas de energia, ciência & tecnologia e agricultura.

Segundo a Revista Fortune, na lista das 500 maiores empresas do mundo, 53 empresas são dos BRICs. De 2000 a 2008, os BRICs foram responsáveis por 46,3% do crescimento econômico do mundo, de acordo com o FMI.

Segundo Paulo Sandroni (2008, p. 100), BRIC é:

Termo usado pelas iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, que são os países com maiores perspectivas de crescimento econômico, e cujos mercados emergentes representam boas alternativas de investimentos de médio e longo prazo. Embora o Brasil, nos últimos anos, tenha apresentado um índice de crescimento menor do que os outros três, há um reconhecimento da expansão do seu mercado interno, da melhora de sua infraestrutura e de seus indicadores sociais. Mas, entre os quatro países aquele que tem apresentado melhor desempenho econômico na última década é a China, seguida pela Índia e pela Rússia.

Portanto, no presente momento, é muito importante conhecer, analisar, comparar e discutir os principais indicadores (PIB, População, Área Territorial, IDH, Índice de Gini, Esperança de Vida ao Nascer e PIB per capita) dos países do BRIC.

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado lugar, durante um período determinado.

Para medir e comparar os PIBs dos países o PNUD adota a Paridade do Poder de Compra (PPC), em inglês Purchasing Power Parity (PPP). A PPC mede quanto uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (em dólar), corrigindo as diferenças de preço de um país para outro e permitindo que se chegue mais perto de números realistas.

De acordo com o PNUD, no Relatório do Desenvolvimento Humano 2009, o PIB da China foi de US\$ 7,096 trilhões PPC (considera uma taxa de câmbio que elimina as diferenças de custo de vida entre os países analisados), sendo superior ao PIB da Índia (US\$ 3,096 trilhões PPC) na comparação entre os dois países asiáticos. O PIB russo (US\$ 2,087 trilhões PPC) foi superior ao PIB brasileiro (US\$ 1,833 trilhões PPC). O PIB total dos BRICs é de US\$ 14,112 trilhões PPC, ou seja, 21,7% do PIB mundial.

A População é o número total de habitantes do país. Na Tabela 1, a China e a Índia juntas têm 2,4 bilhões de habitantes, ou seja, detém 37,4% da população mundial.

A população brasileira é de 190,1 milhões de habitantes, e é superior à população russa de 141,9 milhões de pessoas. A população total do BRIC é de 2,8 bilhões de habitantes; os quatro países juntos correspondem a 42,3% da população mundial.

Área Territorial é a área em quilômetros quadrados de cada país. A Rússia é o maior país do mundo e do BRIC, com 17,0 milhões de quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>). A China é o terceiro mais extenso do planeta e o segundo dos BRICs, com 9,6 milhões de km<sup>2</sup>.

O Brasil é o 5º mais extenso do mundo e o terceiro do BRIC, com 8,5 milhões de km<sup>2</sup>. A Índia é o 7º maior do globo e o 4º no grupo, com 3,2 milhões de km<sup>2</sup>.

Com uma área territorial de 38,3 milhões de km<sup>2</sup> (25,6% da área do planeta), os BRICs têm peso significativo na economia global.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador usado para medir a qualidade de vida das pessoas em vários países do mundo.

Na Tabela 1 o Brasil aparece no *ranking* do BRIC em segundo lugar no IDH (0,813) em 2007, atrás apenas da Rússia (0,817) e na frente dos outros dois países do grupo, China (0,772) e Índia (0,612).

O IDH do BRIC é estimado em 0,754. O IDH do mundo é de 0,753. Logo, os IDHs dos BRICs e do mundo são de desenvolvimento humano médio.

O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 a 100: quando zero não há desigualdade, quando cem a desigualdade é máxima.

O pior Índice de Gini entre os BRICs é do Brasil com 55,0. O segundo pior Índice de Gini é da China com 41,5. Já a Rússia e a Índia estão quase empatadas, com Índice de Gini de 37,5 e 36,8, respectivamente.

A esperança de vida ao nascer representa o número de anos que se espera que um recém-nascido viva. A expectativa de vida ao nascer na China foi de 72,9 anos em 2007. A esperança de vida ao nascer do Brasil foi de 72,2 anos, Rússia de 66,2 anos e Índia de 63,4 anos, segundo o PNUD. Um chinês vive 9,5 anos a mais do que um indiano. Um russo vive 6,0 anos a menos do que um brasileiro.

O PIB per capita é o PIB dividido pela População Total. Representa quanto cada habitante receberia, em dólares, se o valor do PIB fosse distribuído igualmente entre todos.

O PIB per capita russo foi de 14.690 dólares PPC, sendo superior ao PIB per capita brasileiro (US\$ 9.567 PPC). Já o PIB per capita chinês (US\$ 5.383 PPC) foi superior ao PIB per capita indiano (US\$ 2.753 PPC).

Contudo, é preciso considerar que o PIB per capita de US\$ 4.093 PPC no BRIC omite informações importantes, como o tocante à qualidade de vida da população. Por isso, o IDH é melhor indicador para medir o grau de desenvolvimento de um país.

Na verdade, trata-se de um crescimento econômico forte nos dois países mais populosos do grupo BRICS, a China e a Índia. A taxa de crescimento do PIB chinês foi de 8,7% no ano de 2009. Já a taxa de crescimento do PIB indiano foi de 6,8% em 2009.

País	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,2
Rússia	7,3	7,2	6,4	7,7	8,1	5,6	-7,9
Índia	6,9	7,9	9,2	9,8	9,4	7,3	6,8
China	10,0	10,1	10,4	11,6	13,0	9,0	8,7
BRIC	6,3	7,7	7,3	8,3	9,1	6,7	1,8

**Tabela 2.** Taxa de crescimento do PIB real em % no BRIC no período 2003-2009.

Fonte: FMI.

País	Reservas Internacionais (US\$)	Carga Tributária (% do PIB)	Taxa de Investimento (% do PIB)	Taxa de Poupança (% do PIB)
Brasil	239 bilhões	38	22,3	25,3
Rússia	434 bilhões	31	20,6	33,5
Índia	289 bilhões	17	30,6	39,3
China	2,2 trilhões	16	43,8	47,8

**Tabela 3.** Indicadores Econômicos do BRIC em 2008.

Fonte: FMI.

Conforme projeção de Jim O'Neill, é o ritmo de crescimento econômico desses quatro países emergentes que deve ser levado em conta. Tal projeção indica que, em 2050, eles em grupo, terão PIB superior ao do G-6.

Em 2009, fortemente afetada pela crise econômica mundial, pela queda nos preços internacionais do petróleo e pela gripe A (H1N1), a taxa de crescimento do PIB da Rússia teve uma queda de 7,9%. Já o PIB do Brasil caiu apenas 0,2% no ano passado. Nos países asiáticos, China e Índia, a taxa de crescimento do PIB foi de 8,7% e 7,5% ao ano, respectivamente, segundo o Banco Mundial.

## RBCAI

Para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2009 do PNUD, o IDH apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida ao nascer), ter estudos (medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo PIB per capita em dólares PPC).

O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Sendo os países classificados deste modo:

- Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado um país de desenvolvimento humano baixo;

- Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado um país de desenvolvimento humano médio;

- Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado um país de desenvolvimento humano elevado;

•Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado um país de desenvolvimento humano muito elevado.

Quando escrevendo em parceria com o então estudante de Economia da UFPB e atual assessor técnico do CORECON-PB, o economista Rodrigo Barbosa, o artigo de Economia intitulado O Futuro G-13: um novo pensamento mundial, publicado em janeiro de 2007 no site do COFECON, descobrimos que no futuro G-13 (Grupo dos Treze), oito países eram classificados de IDH alto (acima de 0,800): Canadá, Japão, EUA, França, Itália, Reino Unido, Alemanha e México. Enquanto cinco países eram classificados de IDH médio (0,500 a 0,799): Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia.

A sigla RBCAI (iniciais em português de Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia) aborda os cinco países de desenvolvimento humano médio que se tornarão antes de 2050 países de desenvolvimento humano alto, ou seja, IDH igual ou maior que 0,800.

O acrônimo RBCAI agora trata de dois países de desenvolvimento alto (Rússia e Brasil) e de três países de desenvolvimento humano médio (China, África do Sul e Índia). Eles se tornarão antes de 2050, países de desenvolvimento humano muito alto, ou seja, IDH entre 0,900 e 1, de acordo com a nova classificação do PNUD.

De acordo com o PNUD, o IDH do RBCAI em 1995 foi: Rússia com 0,771, o Brasil com 0,753, a China com 0,691, a África do Sul com 0,745 e a Índia com 0,551.

Observamos que nenhum país do bloco chamado RBCAI encontrava-se no seletto grupo dos países de desenvolvimento humano elevado.

Constatamos que em 1995 a África do Sul ficou em terceiro lugar no *ranking* dos países componentes do RBCAI, à frente da China.

O IDH do RBCAI em 2000 foi: Rússia com 0,782, o Brasil com 0,789, a China com 0,732, a África do Sul com 0,707 e a Índia com 0,578.

Verificamos que, cinco anos depois, nenhuma nação do grupo RBCAI ingressou no seletto grupo das nações de desenvolvimento humano elevado.

Constatamos também que o IDH da Rússia sobe de 0,771 para 0,782, o IDH do Brasil sobe de 0,753 para 0,789, o IDH da China sobe de 0,691 para 0,732 ultrapassando após cinco anos o IDH da África do Sul, que cai de 0,745 para 0,707, mas continua superior ao IDH da Índia, que sobe de 0,551 em 1995 para 0,578 em 2000.



O IDH do RBCAI em 2004 foi: Rússia com 0,797, o Brasil com 0,792, a China com 0,768, a África do Sul com 0,653 e a Índia com 0,611.

Observamos que os cinco países integrantes do RBCAI continuam no grupo dos países de desenvolvimento humano médio.

Constatamos que o IDH da Rússia sobe de 0,782 para 0,797, o IDH do Brasil sobe de 0,789 para 0,792, o IDH da China sobe de 0,732 para 0,768. Após quatro anos, novamente o IDH da África do Sul cai de 0,707 em 2000 para 0,653 em 2004, todavia continua superior ao IDH da Índia, que sobe de 0,578 em 2000 para 0,611 em 2004.

Baseado nos dados do Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008, o IDH do RBCAI em 2005 foi Rússia com 0,802, o Brasil com 0,800, a China com 0,777, a África do Sul com 0,674 e a Índia com 0,610.

Verificamos que dois dos cinco países emergentes do RBCAI entram no seleto grupo dos países de desenvolvimento humano alto, a Rússia e o Brasil.

Constatamos que o IDH da Rússia sobe de 0,797 para 0,802, o IDH do Brasil sobe de 0,792 para 0,800, o IDH da China sobe de 0,768 para 0,777. Já o IDH da África do Sul sobe de 0,653 em 2004 para 0,674 em 2005, enquanto o IDH da Índia, a maior democracia do mundo, cai de 0,611 em 2004 para 0,610 em 2005.

No RBCAI, observamos que dois países são de desenvolvimento humano alto, Brasil e Rússia. E observamos também que três países são de desenvolvimento humano médio, China, África do Sul e Índia.

O Brasil foi o país com o mais alto IDH (0,807) entre os RBCAIs, conforme dados de 2006 do PNUD. A Rússia ficou em segundo lugar, com o IDH de 0,806. A China com IDH de 0,762 estava em 3º lugar. A África do Sul com IDH de 0,683 ficou na 4ª posição. Já na última colocação encontrava-se a Índia, com o IDH de 0,609.

## **RÚSSIA**

Desde 1998 a Rússia é um país membro do G-8, ou seja, grupo de sete países mais industrializados, ricos e poderosos do mundo mais a Federação Russa.

As duas principais riquezas naturais da Rússia são o petróleo e o gás natural. Hoje, a Rússia encontra-se na 1ª posição no *ranking* do RBCAI e no 71º lugar no *ranking* do mundo referente ao IDH, com 0,817.

A Rússia possui um dos níveis de analfabetismo mais baixos do mundo apenas 0,5%, ou seja, 99,5% da população sabe ler e escrever em russo. A Rússia é o maior país do mundo com 17.075.200 km<sup>2</sup>. É a segunda maior potência militar e espacial do planeta Terra.

A Rússia é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). Recentemente, a Rússia (4.830 ogivas nucleares) e os EUA (5.200 ogivas nucleares) assinaram um tratado de não-proliferação e desarmamento nuclear no qual se comprometerão a reduzir 1.550 ogivas nucleares para cada país.

## **BRASIL**

O Brasil é o país mais rico, populoso e extenso da América do Sul e da América Latina, e encontra-se na 2ª posição no *ranking* do RBCAI e no 75º lugar no *ranking* mundial, com o IDH de 0,813.

O Brasil é a 5ª nação mais populosa do planeta e tem grandes disponibilidades de recursos naturais renováveis e não renováveis. O Brasil tem estabilidade na economia.

Em 2006, pela primeira vez o Brasil entrou no seleto grupo dos países de IDH alto, com o aumento da esperança de vida ao nascer e sobretudo, o crescimento do PIB per capita desde 1995.

No Brasil, são 14 milhões de pessoas analfabetas. A taxa de analfabetismo é de 9,8%, de acordo com o IBGE. O analfabetismo é um dos grandes entraves para o crescimento econômico e o desenvolvimento humano do País. Na lista de grandes desafios que o Brasil terá que superar, um deles é erradicar o analfabetismo.

O Brasil já é o 2º país do mundo que mais investe dinheiro público em educação. O Governo Federal investiu R\$ 19 bilhões no ano de 2003. Segundo o Ministério da Educação, em 2010, está investindo R\$ 59 bilhões, mas nenhuma universidade pública (nem privada) brasileira está entre as 100 melhores universidades do mundo.

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), comparando o Índice de Desenvolvimento da Educação de 128 países, o Brasil encontra-se em 88º lugar no *ranking* mundial.

Segundo o Ministério da Educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade do ensino no País, no Ensino Médio é de 3,5 em 2007 e a meta para 2021 é de 5,2.

## **CHINA**

A China é o país mais populoso do mundo, e o governo comunista estimula a política de controle da natalidade, a chamada política do filho único.

A China integra o Conselho de Segurança da ONU desde 1946, cuja cadeira permanente o Brasil almeja ocupar, por isso o Brasil declarou a China como uma economia de mercado em 2004.

A China encontra-se no 3º lugar no *ranking* do RBCAI e na 92ª posição do *ranking* mundial, com o IDH de 0,772. A taxa média de crescimento do PIB chinês nos últimos 10 anos é de quase 10% ao ano. A China é a terceira economia do mundo e já é líder mundial em exportações, graças sobretudo as ZEE (Zonas Econômicas Especiais).

## **ÁFRICA DO SUL**

A República da África do Sul é o país mais rico e industrializado do continente africano e encontra-se na 4ª posição no *ranking* do RBCAI e em 129º lugar no *ranking* mundial, com IDH de 0,683.

A expectativa de vida ao nascer da África do Sul é de apenas 49,3 anos em 2009. A baixa produtividade, o crescimento populacional, o aumento da violência e das doenças (sobretudo da AIDS) aliado ao baixo investimento em educação e em saúde estão a contribuir para o IDH médio da África do Sul nos últimos doze anos.

As principais riquezas da África do Sul são o ouro, os diamantes, o carvão, o cobre, o manganês, o urânio, o minério de ferro e a platina.

Os modernos estádios de futebol da África do Sul serão palcos das históricas partidas da Copa do Mundo FIFA 2010. A África do Sul é um dos três países emergentes do IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul). O IBAS foi estabelecido em junho de 2003.

O Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza foi criado em março de 2004 pelos Chefes de Estado e de Governo dos três países para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

## **ÍNDIA**

A Índia é o segundo país mais populoso do mundo e encontra-se no 5º lugar no *ranking* do RBCAI e na 134ª posição no *ranking* mundial, segundo o PNUD, com o IDH de 0,612.

A Índia amarga uma taxa de alfabetização de adultos de apenas 61,0% das pessoas com 15 anos e mais de idade. Mas destaca-se na formação de mão de obra especializada na produção de softwares, aviões, pesquisas espaciais e supercondutores.

A Índia é a nação que mais cresce no mundo depois da China (média de 6% ano do PIB nos últimos dez anos) e deve assumir o papel de terceira economia do mundo no ano de 2040, de acordo as projeções do Goldman Sachs.

## **CONCLUSÕES**

O BRIC não é uma organização internacional nem um bloco econômico, mas sim um grupo de quatro países emergentes com enorme potencial de crescimento econômico e que possuem características comuns, porém com estruturas diferentes.

O Brasil será a quinta economia do mundo em 2050. O Brasil desempenharia no BRIC o papel de país exportador agropecuário, sendo que a sua produção de soja, de carne de frango e de carne bovina seria suficiente para alimentar mais de 40% da população mundial.

Dois países emergentes do RBCAI, Rússia (0,817) e Brasil (0,813) já são países de desenvolvimento humano elevado, e três países emergentes, China, África do Sul e Índia, são países de desenvolvimento médio, com IDHs atuais de 0,772, 0,683 e 0,612, respectivamente.

Rússia, Brasil, China, África do Sul e Índia conseguirão o IDH muito elevado antes de 2050, com mais investimentos nas áreas de educação, saúde, habitação, infraestrutura, agropecuária, turismo e ciência & tecnologia.

No Brasil a prioridade deve ser o investimento maciço em educação de qualidade, que é a base de todo crescimento econômico sustentado e do desenvolvimento humano elevado de um país desenvolvido. A educação é primordial para o processo de integração do Brasil na economia mundial. A educação de qualidade é o caminho para mudar o destino do Brasil.

Enfim, precisamos propagar a educação de qualidade para todos no BRIC e no RBCAI, assim melhorar a vida de milhões de pessoas nos países emergentes.

## Principais Destinos Turísticos no mundo em 2008

Paulo Galvão Júnior<sup>6</sup>

Entre os 50 principais destinos turísticos mais procurados no mundo, os cinco países líderes são França, EUA, Espanha, China e Itália, de acordo com dados recentes da Organização Mundial de Turismo (OMT).

O TOP 50 é o resultado de uma pesquisa anual da OMT sobre os destinos turísticos mais requisitados do planeta. Os 50 destinos turísticos são bem diferentes nos cinco continentes.

A França é a campeã no *ranking* mundial do turismo, com 79,3 milhões de turistas estrangeiros atraídos pela belíssima Torre Eiffel, pela gastronomia requintada, pelos queijos e vinhos, e pelos museus como o famoso Museu do Louvre.

Em segundo lugar, no *ranking* mundial da OMT, encontra-se os EUA com 58,0 milhões de turistas internacionais. A maioria dos turistas visitam a famosa Estátua da Liberdade em Nova York, a Golden Gate em San Francisco, e os parques de diversão da Walt Disney em Orlando.

Em terceiro lugar, encontra-se a Espanha, com 57,3 milhões de turistas estrangeiros em 2008, atraídos pelo charme e as cores latinas, pela arte, pela gastronomia e a rica cultura de cidades como Madri e Barcelona.

Em 4º e 5º lugares, respectivamente, encontram-se a China e a Itália, um país emergente e um país rico. A China recebeu 53,0 milhões de turistas estrangeiros em 2008, enquanto a Itália recebeu 42,7 milhões de turistas.

Entre os BRICs, a China se destaca, é o quarto país mais visitado do mundo, e os turistas vão visitar os seus principais atrativos turísticos como a Grande Muralha, a Cidade Perdida, a Praça da Paz Celestial, os Guerreiros de Terracota e o Museu de Xangai.

Os BRICs têm atrativos turísticos como o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, a Catedral de São Basílio em Moscou, o Taj Mahl em Agra e a Muralha da China em Pequim.

---

<sup>6</sup>Economista, especialista em Gestão de RH e autor do livro digital de economia intitulado RBCAI.

O Brasil é o 42º receptor mundial de turistas internacionais, com 5,1 milhões de visitantes em 2008. Temos condições de atrair mais turistas estrangeiros do que Portugal com 12,3 milhões.

O Brasil enquanto destino turístico tem enorme potencial de crescimento. Em 2008, estamos à frente de apenas 8 países no TOP 50, Bahrain (4,9 milhões), Dinamarca (4,7 milhões), Argentina (4,7 milhões), Noruega (4,4 milhões), Vietnã (4,2 milhões), República Dominicana (4,0 milhões), Porto Rico (3,9 milhões) e Formosa (3,8 milhões).

O Brasil apresenta um número de turistas estrangeiros inferior a destinos turísticos europeus como República Tcheca (6,6 milhões), Bulgária (7,1 milhões), Irlanda (8,0 milhões) e Polônia (13,0 milhões).

A maioria dos participantes desta palestra terão dificuldades de citar pelo menos quatro pontos turísticos da República Tcheca, da Bulgária, da Irlanda ou da Polônia.

A Índia, a África do Sul e o Brasil são os novos destinos turísticos mundiais! Com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil vai se tornar um dos grandes destinos turísticos.

Precisamos oferecer mais voos internacionais e capacitar a nossa mão de obra. O Brasil é o país que tem o maior potencial no Ecoturismo. É a nação sul-americana com a maior floresta tropical do mundo, a maior biodiversidade do planeta e a maior reserva hídrica da Terra.

O turismo é vital nas estratégias dos agentes econômicos (Governos, empresários e trabalhadores) para gerar mais emprego, mais renda e mais consumo. Os empresários dos BRICs poderão construir resorts, hotéis, pousadas, restaurantes e bares nos próximos dez anos.

Estamos distantes da Rússia, da Índia e sobretudo da China. O Brasil precisa abrir os olhos para o maior mercado em potencial de turistas do mundo. Vamos atrair mais turistas chineses, indianos e russos para o Brasil.

No TOP 50 dos Destinos Turísticos no Mundo, podemos indagar: Por que a Índia recebe menos turistas internacionais do que a Itália? Até quando o Brasil ficará atrás de Portugal?

O Brasil tem recursos naturais e uma população empreendedora. Necessita investir mais em treinamento e melhorar a dimensão Monitoramento nos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

O Brasil tem potencial para estar entre os 20 maiores destinos turísticos do mundo, e isto poderá ocorrer nos próximos 20 anos.



## A Nova Tabela da Copa do Mundo

Paulo Galvão Júnior<sup>7</sup>  
Luiz Alberto Machado<sup>8</sup>

De 11 de junho a 11 de julho, bilhões de pessoas de todos os continentes do mundo estarão com suas atenções voltadas para a África do Sul, onde estará sendo realizada a décima nona edição, daquele que é considerado o maior evento esportivo do planeta, a Copa do Mundo de Futebol.

Mesmo tratando-se de um evento que envolve uma única modalidade, o futebol, a verdade é que esta modalidade possui um número tão extraordinário de aficionados – praticantes, torcedores, curiosos etc. – que o interesse despertado supera inclusive o das Olimpíadas, evento que também é realizado de quatro em quatro anos e que reúne diversas modalidades esportivas (atletismo, ciclismo, hipismo, iatismo, natação, ginástica artística, basquete, vôlei, handebol, tênis, esgrima, boxe etc.).

Sobre essa paixão despertada pelo futebol e sobre as possibilidades de vitória dos 32 países participantes da Copa da África do Sul muito já se falou e escreveu. Pouco ou nada teríamos a acrescentar a respeito desses dois aspectos. Apenas a título de sugestão, recomendamos o livro de Franklin Foer, *Como o futebol explica o mundo: um olhar inesperado sobre a globalização* (Jorge Zahar, 2005), para os que quiserem conhecer detalhes interessantes da paixão despertada pelo futebol.

Nosso enfoque, portanto, desloca-se para um aspecto muito menos explorado que é o da relação entre o futebol e o desenvolvimento, relacionando a Copa do Mundo a indicadores socioeconômicos dos países participantes.

Como é do conhecimento geral, a responsabilidade de sediar um evento de tamanha magnitude envolve enorme complexidade e as exigências tanto da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association*, responsável pela Copa do Mundo), como do COI (Comitê Olímpico Internacional, responsável pelos Jogos Olímpicos), tornam cada vez mais difícil a sua realização por países não desenvolvidos.

---

<sup>7</sup>Economista, chefe da DPTI da SETUR da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

<sup>8</sup>Economista, vice-diretor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

Tais exigências englobam não apenas instalações e equipamentos esportivos sofisticadíssimos, mas também uma rede hoteleira capaz de hospedar milhares de turistas e inúmeros jornalistas que se deslocam de todo o mundo para acompanhar as competições, sem contar os custos envolvidos nos investimentos em infraestrutura e logística, com aeroportos, rodovias, metrô, estacionamentos, segurança, etc.

Nesse sentido, e caso a atual tendência permaneça a mesma – e não há nada que indique que venha a mudar, dada a busca incessante pela excelência – será cada vez mais difícil para países não desenvolvidos assumirem a responsabilidade de sediar eventos de tão grande porte. Assim, vale a pena prestar um pouco de atenção ao fato de que três dos próximos quatro maiores eventos esportivos mundiais serão realizados em países não desenvolvidos, a Copa de 2010, na África do Sul, a Copa de 2014, no Brasil, e os Jogos Olímpicos de 2016, também no Brasil (Rio de Janeiro), ficando como exceção os Jogos Olímpicos de 2012 que serão disputados em Londres, na Inglaterra.

Nosso artigo começa com uma rápida comparação entre Brasil e África do Sul; segue com uma análise do rigoroso empate existente até agora entre países desenvolvidos e não desenvolvidos campeões do mundo; e se encerra com uma série de considerações sobre a Copa da África do Sul com base em indicadores socioeconômicos dos países participantes.

### **Brasil e África do Sul: algumas analogias e diferenças**

Brasil e África do Sul são países que apresentam o amarelo e o verde em suas camisas oficiais da seleção de futebol. São nações com diversas características em comum. É sobre algumas dessas características dos dois países – e de seus povos – que discorreremos a seguir, procurando dar ênfase à importância do atual momento de transição vivido pelos dois países. Se conseguirem de forma definitiva se livrar dos fantasmas do passado recente, os dois países poderão olhar para o futuro com perspectivas bastante favoráveis.

## **Grande extensão territorial**

Embora o Brasil, com seus 8.514.876 km<sup>2</sup>, seja muito maior do que a África do Sul, este não pode deixar de ser considerado um país de grande extensão territorial. Com área de 1.221.037 km<sup>2</sup>, a África do Sul está dividida em nove províncias e, a exemplo do Brasil, possui acentuadas disparidades regionais, quer em termos de condições climáticas, quer em termos de condições econômicas e sociais.

## **Influência continental**

Os dois países, além da grande extensão territorial, possuem elevado grau de influência econômica em seus respectivos continentes. De acordo com os dados do Banco Mundial, Brasil e África do Sul são os países com maior Produto Interno Bruto (PIB) em seus respectivos continentes. Em 2009, o PIB do Brasil foi de US\$ 1,6 trilhão, o 8º do mundo, enquanto o da África do Sul foi de US\$ 276,7 milhões, o 32º do planeta.

## **Miscigenação cultural**

Pelos mais diferentes motivos, Brasil e África do Sul são países que abrigam em seus territórios um verdadeiro mosaico humano. Ambos os países receberam imigrantes de todas as partes do mundo e esses imigrantes, integrando-se às populações locais, deram origem a uma incrível miscigenação étnica, religiosa e cultural. O Bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz em 1984, utilizou a expressão “rainbow people” para definir a mistura de raças que compõem a população da África do Sul.

Chama a atenção, dentro desse aspecto da miscigenação, o fato de serem falados, com certa regularidade, nada menos do que 11 idiomas na África do Sul. O inglês e o afrikaner são praticamente do conhecimento geral. Além deles, outros nove idiomas ou dialetos dos diversos grupos étnicos locais são também conhecidos e utilizados por parcela considerável da população.

A exemplo do que se verifica com os brasileiros, também os sul-africanos se notabilizam pelo calor humano de seu povo. Por essa razão, recomendamos aos

brasileiros que irão à África do Sul para torcer por nossa seleção que guardem bem a seguinte saudação: “*Dis lekker om hier te wees*” (“É muito bom estar aqui”, em afrikaner).

### **Contrastes acentuados**

Não é difícil observar a existência de acentuadas desigualdades regionais e sociais na África do Sul. A má distribuição de renda pode ser notada em praticamente todo o país e evidencia-se através das mais variadas formas. Bairros elegantes, com mansões belíssimas, estão situados a distâncias não muito grandes de outros onde a pobreza predomina. Além disso, o país também enfrenta o problema do déficit habitacional, uma vez que nem todos conseguem ter acesso à própria residência, o que tem provocado nos últimos tempos – em especial nas grandes cidades – o aparecimento cada vez maior de favelas (*townships*), nas quais as condições de vida não diferem muito das observadas em diferentes partes de nosso próprio país.

A favela mais conhecida da África do Sul é Soweto. Como na Rocinha, no Rio de Janeiro, o fluxo de turistas vem aumentando nas últimas décadas. Os passeios pelas ruas de Soweto revelam a pobreza e os fatos históricos da luta contra a segregação racial. Paralelamente aos problemas na área habitacional, a África do Sul enfrenta também – provavelmente numa escala menor do que o Brasil – dificuldades no que se refere à saúde, à educação, à violência e ao desemprego, que não para de crescer.

### **Democracias recentes**

Brasil e África do Sul só recentemente adotaram o regime democrático. Conseqüentemente, os povos dos dois países estão ainda numa fase de aprendizado, dando os passos iniciais do exercício permanente que caracteriza a vida democrática. Tendo vivido por longo período sob regimes autoritários, as populações de ambos os países dão mostras, vez por outra, de que ainda têm alguma desconfiança quanto à solidez do regime democrático ora vigente.

Será que é pra valer? Esta dúvida parece estar presente ainda na cabeça de muita gente. Neste caso, provavelmente mais lá do que aqui, o que é

compreensível, visto que a transição política em direção à democracia é bem mais recente na África do Sul (1994) do que no Brasil (1985). Por essa razão, não é de estranhar que ainda se faça certa confusão entre igualdade e liberdade como atributos da democracia, principalmente se levarmos em conta que nos dois países continuam existindo acentuadas disparidades regionais e sociais.

### Momentos de transição

Os dois países vivem hoje um momento de transição: ambos olham para frente com otimismo; e ambos procuram se livrar de um passado extremamente difícil (ver Quadro 1):

País	Passado	Presente	Futuro
África do Sul	☹️ Apartheid	😊 Igualdade Racial	😊 ?
Brasil	☹️ Inflação crônica e elevada	😊 Estabilização Econômica	😊 ?

**Quadro 1.** África do Sul e Brasil olham para o futuro com otimismo e tentam se livrar de um passado muito difícil.

**Fonte:** Machado & Galvão Júnior.

Talvez não seja possível para nós, brasileiros, ter uma avaliação precisa dos efeitos que a política oficial de segregação racial – *apartheid* – acarretou para a África do Sul. É possível identificá-los nos mais variados aspectos. No plano interno, o apartheid representava uma influência terrível nas relações sociais, na ordem econômica, na organização política, na cultura e em quase tudo que se possa imaginar. No plano das relações internacionais, praticamente a mesma coisa, a África do Sul enfrentou problemas seríssimos nas relações políticas, diplomáticas, comerciais e até esportivas, já que seus atletas ou seleções não eram admitidos nas grandes competições como as Olimpíadas, ou nos campeonatos mundiais de diversas modalidades.

Aliás, o mundo teve recentemente uma ótima oportunidade de aferir o que estamos afirmando. O filme INVICTUS do famoso diretor Clint Eastwood nos traz a

inspiradora história de como Nelson Mandela (interpretado pelo ator Morgan Freeman) uniu forças com o capitão da seleção de rúgbi Francois Piennar (interpretado por Matt Damon), para ajudar a unir a nação sul-africana. Em 11 de fevereiro de 1990, Nelson Mandela é libertado após vinte e oito anos de prisão. O filme oferece em diversas cenas a chance para constatar a complexidade da transição pós apartheid. O filme começa com a libertação de Mandela e os carros da polícia transportando o preso (terrorista para os brancos) numa longa avenida, no qual dos dois lados ocorrem práticas de esportes. De um lado, brancos jogando rúgbi. Do outro lado, negros jogando futebol.

O primeiro presidente negro da República da África do Sul foi Nelson Mandela. Ele governou o país de 27 de abril de 1994 até 16 de junho de 1999. Num filme, o recém-eleito presidente percebe que seu país permanece dividido racial, social e economicamente após o fim do apartheid. Mandela acreditando ser capaz de unificar a população sul-africana por meio da linguagem universal do esporte, apoia o desacreditado time da África do Sul na Copa Mundial de Rúgbi de 1995. O slogan em inglês era "*ONE TEAM, ONE COUNTRY*" (UM TIME, UM PAÍS). Mandela veste a camisa da seleção sul-africana, usa o boné do time e aprende os nomes dos jogadores. Ele acompanha os resultados dos jogos numa grande tabela da Copa do Mundo, os treinamentos e, sobretudo, estende a mão e apresenta os seus pensamentos ao capitão Piennar, ao ponto que na final contra a seleção da Nova Zelândia, ele usa a camisa número 6 do capitão branco.

Da mesma forma, é praticamente impossível para os sul-africanos entenderem o que é viver – e sobreviver – num país que teve, de janeiro de 1980 a junho de 1995, uma inflação acumulada de 8.071.420.072.698%. É isso mesmo!!! Nesse intervalo, a inflação acumulada do Brasil atingiu, em termos percentuais, a casa dos trilhões.

Essa prolongada convivência com taxas elevadas de inflação teve efeitos sobre a nossa sociedade que vão muito além dos aspectos eminentemente econômicos. Como muito bem observou o Prof. Eduardo Giannetti da Fonseca em brilhante trabalho de pesquisa sobre a relação entre ética e inflação:

A convivência com a inflação é uma escola de oportunismo, imediatismo e corrupção. A ausência de moeda estável encurta os horizontes do processo decisório, torna os ganhos e perdas aleatórios, acirra os conflitos pseudodistributivos, premia o aproveitador, desestimula a atividade produtiva, promove o individualismo selvagem, inviabiliza o cálculo econômico racional e torna os orçamentos do setor

público peças de ficção contábil (O ESTADO DE SÃO PAULO, 14 de julho de 1992, p. 2).

Tal quadro – verdadeira fotografia do Brasil do final dos anos 80 e início dos 90 – trouxe como consequências imediatas, a proliferação da corrupção, o declínio da moralidade fiscal no setor privado e a malversação (dolosa ou culposa) de recursos públicos.

A igualdade racial para a África do Sul e a estabilização econômica para o Brasil são, portanto, condições essenciais para que esses países, livres dos fantasmas do passado, possam deslanchar daqui para frente, recuperando o atraso decorrente do apartheid e da inflação crônica e elevada.

Aliás, de acordo com o IMD, o respeitado instituto suíço que publica anualmente o relatório do estudo que mede a competitividade de 58 países, incluindo o Brasil e a África do Sul, ambos encontram-se muito próximo no *ranking* mundial de competitividade, alternando pouco suas posições ao longo dos últimos dois anos (ver Quadro 2):

País	2009	2010
África do Sul	48º	44º
Brasil	40º	38º

**Quadro 2.** Classificação da África do Sul e do Brasil no *Ranking* Mundial da Competitividade.  
**Fonte:** IMD.

Numa perspectiva histórica, a igualdade racial para os sul-africanos e a estabilização econômica para os brasileiros são experiências relativamente recentes. E, a exemplo do que foi afirmado com relação à democracia, ainda há muito chão pela frente para que se possa afirmar, com absoluta convicção, que são realidades definitivas, sem risco de retrocesso. Essa convicção, só o tempo poderá garantir.

## **Futebol e desenvolvimento: a Copa do desempate**

Chamamos a atenção, a seguir, para a relação entre futebol e desenvolvimento, tendo por pano de fundo as dezoito edições da Copa do Mundo realizadas até agora.

Nosso principal objetivo, aqui, é mostrar que o futebol é uma das modalidades esportivas mais democráticas entre as existentes, razão pela qual é a mais popular, com praticantes espalhados em países de todos os continentes, dos mais desenvolvidos aos mais subdesenvolvidos, passando por cima de questões econômicas, políticas, raciais, étnicas, ideológicas ou religiosas.

Citamos apenas dois fatos que se constituem em provas incontestes desta verdadeira adoração pelo futebol: o primeiro é que a Copa do Mundo é o evento esportivo que atrai maior número de espectadores, superando até os Jogos Olímpicos, que reúnem diversas modalidades (nas Olimpíadas de Pequim em 2008 foram 38 modalidades); o segundo é que a FIFA possui um número de filiados superior ao da Organização das Nações Unidas (ONU), como assinalou o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, admitindo que ficava “verde de inveja” da Copa do Mundo por sua capacidade de unir os povos. Na mesma entrevista concedida ao jornal alemão *Bild am Sonntag*, afirmou Annan: “É o único jogo do mundo que se realiza em qualquer país e por gente de todas as raças e religiões”.

De fato, ao contrário do que ocorre com outras modalidades, que exercem enorme atração em alguns países, mas são completamente ignoradas em outros, o futebol tem admiradores e praticantes em todos os lugares. Um dos motivos disso é que, para jogá-lo, não há necessidade de muitos recursos. Em qualquer espaço disponível, intrépidos jogadores improvisam um campo de futebol, utilizando materiais diversos para servir como traves e outros tantos para fazer o papel da bola. E haja criatividade: bola de capotão, bola de borracha, bola de plástico, bola de papel, bola de meia.

Consequência desta popularidade do futebol é que a chance de vitória, nas competições internacionais, é bastante democrática, como pode ser visto na Tabela 1, na qual se verifica que nas dezoito edições da Copa do Mundo realizadas até 2006, há um rigoroso empate: países considerados desenvolvidos conquistaram nove títulos, exatamente o mesmo número de títulos conquistados por países considerados não desenvolvidos.



ANO	LOCAL	CAMPEÕES	
		DESENVOLVIDO	NÃO DESENVOLVIDO
1930	Uruguai		Uruguai
1934	Itália	Itália	
1938	França	Itália	
1950	Brasil		Uruguai
1954	Suíça	Alemanha	
1958	Suécia		Brasil
1962	Chile		Brasil
1966	Inglaterra	Inglaterra	
1970	México		Brasil
1974	Alemanha	Alemanha	
1978	Argentina		Argentina
1982	Espanha	Itália	
1986	México		Argentina
1990	Itália	Alemanha	
1994	Estados Unidos		Brasil
1998	França	França	
2002	Japão/Coreia do Sul		Brasil
2006	Alemanha	Itália	

**Tabela 1.** Sedes e campeões das Copas do Mundo.

**Fontes:** FIFA e Machado & Galvão Júnior.

Entre os países desenvolvidos, os títulos foram obtidos pela Itália (4 títulos), Alemanha (3), Inglaterra (1) e França (1); já entre os países não desenvolvidos, os vitoriosos foram Brasil (5), Uruguai (2) e Argentina (2).

### **A nova tabela da Copa do Mundo**

Os 32 países participantes da XIX Copa do Mundo FIFA iniciarão em 11 de junho de 2010, na mais rica e mais populosa cidade sul-africana, uma disputa mundial nos estádios de futebol. Johannesburgo é a maior cidade da África do Sul, principal núcleo urbano, industrial, comercial e cultural do país. Com cerca de 4 milhões de habitantes, ela está situada entre as seis maiores e mais populosas do continente africano.

As economias e populações com suas principais características também entrarão em campo, onde o crescimento econômico é medido pelo Produto Interno

Bruto (PIB) e o desenvolvimento humano é mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

País	PIB	População	PIB per capita	IDH	Esperança de Vida ao Nascer	Índice de Gini	Taxa de Alfabetização de Adultos	Gastos Públicos em Educação
<b>GRUPO A</b>								
ÁFRICA DO SUL	466,9	49,2	9.757	0,683	51,5	57,8	88,0	5,3
MEXICO	1.484,9	107,5	14.104	0,854	76,0	48,1	92,8	4,8
URUGUAI	37,3	3,3	11.216	0,865	76,1	46,2	97,9	2,8
FRAÇA	2.078,0	63,7	33.674	0,961	81,0	32,7	100,0	5,6
<b>GRUPO B</b>								
ARGENTINA	522,9	39,5	13.238	0,866	75,2	50,0	97,6	4,5
NIGERIA	291,4	147,7	1.969	0,511	47,7	42,9	72,0	SD
COREIA DO SUL	1.201,8	48,0	24.801	0,937	79,2	31,6	100,0	4,2
GRÉCIA	319,2	11,1	28.517	0,942	79,1	34,3	97,1	4,0
<b>GRUPO C</b>								
INGLATERRA	2.772,0	60,9	35.130	0,947	79,3	36,0	100,0	5,6
ESTADOS UNIDOS	13.751,4	308,7	45.592	0,956	79,1	40,8	100,0	5,7
ARGÉLIA	262,0	33,9	7.740	0,754	72,2	44,0	75,4	SD
ESLOVÊNIA	54,0	2,0	26.753	0,929	78,2	31,2	99,7	5,7
<b>GRUPO D</b>								
ALEMANHA	2.830,1	82,3	34.401	0,947	79,8	28,3	100,0	4,4
AUSTRÁLIA	733,9	20,9	34.923	0,970	81,4	35,2	100,0	5,2
SÉRVIA	75,6	9,8	10.841	0,826	73,9	SD	100,0	SD
ARGENTINA	31,3	22,9	1.334	0,526	56,5	42,8	65,0	5,4
<b>GRUPO E</b>								
HOLANDA	633,9	16,5	38.694	0,964	79,8	30,9	100,0	5,5
DINAMARCA	197,3	5,4	36.130	0,955	78,2	24,7	100,0	7,9
JAPÃO	4.297,3	127,4	33.632	0,960	82,7	24,9	100,0	3,5
CAMARÕES	39,4	18,7	2.128	0,523	50,9	44,6	62,3	3,9
<b>GRUPO F</b>								
ITALIA	1.802,2	59,3	30.353	0,951	81,1	36,0	98,9	4,7
PARAGUAI	27,1	6,1	4.243	0,761	71,7	53,2	94,6	4,0
NOVA ZELÂNDIA	115,6	4,2	27.336	0,950	80,1	36,2	100,0	6,2
ESLOVÁQUIA	108,4	5,4	20.076	0,880	74,6	25,8	100,0	3,8
<b>GRUPO G</b>								
BRAZIL	1.833,0	190,1	9.567	0,813	72,2	55,0	90,0	5,0
COREIA DO NORTE	SD	23,7	SD	SD	67,1	SD	100,0	SD
COSTA DO MARFIM	32,6	20,1	1.690	0,484	56,8	48,4	62,3	4,6
PORUGAL	241,5	10,6	22.765	0,909	78,6	38,5	94,9	5,3
<b>GRUPO H</b>								
ESPANHA	1.416,4	44,1	31.560	0,955	80,7	34,7	97,9	4,3
SUIÇA	307,0	7,5	40.658	0,960	81,7	33,7	100,0	5,5
HONDURAS	27,0	7,2	3.796	0,732	72,0	55,3	83,6	SD
CHILE	230,3	16,6	13.880	0,878	78,5	52,0	96,5	3,4

**Tabela 2.** A Nova Tabela da Copa do Mundo.

**Fontes:** PNUD, UNESCO e Machado & Galvão Júnior.

A crise econômica mundial ainda estará presente nas torcidas, que lotarão os dez moderníssimos estádios de futebol da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul. A grande maioria dos torcedores assistirá pela televisão e pela internet o esporte mais popular do planeta. São 32 países, dos cinco continentes do mundo: África (6 países), América (8 países), Ásia (3 países), Europa (13 países) e Oceania (2 países).

Os 32 países foram divididos em 8 grupos (A, B, C, D, E, F, G e H) de quatro países. Por ordem alfabética na língua portuguesa, os candidatos ao título de campeão da Copa do Mundo de 2010 são: África do Sul, Alemanha, Argentina, Argélia, Austrália, Brasil, Camarões, Chile, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, França, Gana, Grécia, Holanda, Honduras, Inglaterra, Itália, Japão, Nigéria, Nova Zelândia, México, Paraguai, Portugal, Sérvia, Suíça e Uruguai.

No presente artigo os trinta e dois países são analisados e comparados com base em dois indicadores econômicos (PIB e PIB per capita), três indicadores sociais (esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos e gastos públicos em educação), um indicador demográfico (população) e dois índices (IDH e Índice de Gini).

O Grupo A é composto pela África do Sul, México, Uruguai e França. O Grupo A tem um PIB total de US\$ 4,067 trilhões PPC (paridade do poder de compra), que ajusta os valores absolutos do PIB de acordo com o custo de vida em cada país. Tem uma população total de 223,7 milhões de habitantes e, logo, um PIB per capita de US\$ 18.181 PPC.

O Grupo B é formado pela Argentina, Nigéria, Coreia do Sul e Grécia. O Grupo B tem um PIB total de US\$ 2,335 trilhões PPC. O Grupo B tem a segunda maior população da Copa do Mundo, com uma população total de 246,3 milhões de habitantes, e logo, um PIB per capita de US\$ 9.482 PPC.

Inglaterra, Estados Unidos, Argélia e Eslovênia são do Grupo C. É o grupo mais rico da Copa, com PIB total de US\$ 16,839 trilhões PPC em 2007. O Grupo C tem o maior contingente populacional da Copa, com 405,5 milhões de pessoas em 2007. O Grupo C é também o que possui o maior PIB per capita da Copa do Mundo, com uma renda per capita de US\$ 41.527 PPC em 2007.

O Grupo D é formado por Alemanha, Austrália, Sérvia e Gana. O PIB total do Grupo D é de US\$ 3,670 trilhões PPC. A população total do Grupo D é de 135,9 milhões de habitantes. Logo, o PIB per capita é de US\$ 27.012 PPC.

O Grupo E é composto pela Holanda, Dinamarca, Japão e Camarões. O Grupo E é o segundo mais rico da Copa, com um PIB total de US\$ 5,167 trilhões PPC. O Grupo E é também a segunda maior renda per capita da Copa, com US\$ 30,761 PPC. A população total do Grupo E é de 168,0 milhões de pessoas.

Itália, Paraguai, Nova Zelândia e Eslováquia são do Grupo F. É o de menor contingente populacional da Copa do Mundo, com apenas 75,0 milhões de habitantes. O Grupo F tem US\$ 2,053 trilhões no PIB total e US\$ 27.377 PPC no PIB per capita.

O Grupo G é composto pelo Brasil, Coreia do Norte, Costa do Marfim e Portugal. O Grupo G tem a terceira maior população da Copa, com 244,5 milhões de pessoas. O Grupo G tem PIB total de US\$ 2,107 trilhões PPC e PIB per capita de US\$ 8.618 PPC, o menor PIB per capita da Copa.

O Grupo H é formado por Espanha, Suíça, Honduras e Chile. Acredite, o Grupo H é o mais pobre da Copa do Mundo, com apenas US\$ 1,980 trilhão PPC em 2007. O Grupo H é o segundo menos populoso da Copa, com 75,4 milhões de habitantes. O Grupo H tem quinta maior renda per capita da Copa, com US\$ 26.269 PPC.

Os dados de 2007 foram coletados no Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Analisando os dados recentes do PNUD, observamos claramente a divisão dos 32 países participantes da Copa do Mundo de 2010 em quatro grupos de desenvolvimento humano: i) 16 países de desenvolvimento humano muito elevado; ii) 7 países de desenvolvimento humano elevado; iii) 7 países de desenvolvimento humano médio; e iv) 1 país de desenvolvimento baixo. Existe apenas um país sem dados de desenvolvimento humano.

Os 16 países de desenvolvimento humano muito elevado (com IDH entre 0,900 e 1) são: Austrália (0,970), Holanda (0,964), França (0,961), Suíça (0,960), Japão (0,960), Estados Unidos (0,956), Espanha (0,955), Dinamarca (0,955), Itália (0,951), Nova Zelândia (0,950), Inglaterra (0,947), Alemanha (0,947), Grécia (0,942), Coreia do Sul (0,937), Eslovênia (0,929) e Portugal (0,909). Se o critério principal da economia global fosse o IDH, com certeza absoluta, o campeão da Copa do Mundo seria a Austrália com o IDH de 0,970 em 2007, segundo o PNUD. Já Holanda seria a vice-campeã mundial com o IDH de 0,964, repetindo os dois vice-campeonatos nas Copas do Mundo de 1974 e 1978.

Os sete países de desenvolvimento humano elevado (com IDH entre 0,800 e 0,899) são: Eslováquia (0,880), Chile (0,878), Argentina (0,866), Uruguai (0,865), México (0,854), Sérvia (0,826) e Brasil (0,813). Os sete países de desenvolvimento humano médio (com IDH de 0,500 até 0,799) são: Paraguai (0,761), Argélia (0,754),

Honduras (0,732), África do Sul (0,683), Gana (0,526), Camarões (0,523) e Nigéria (0,511).

O único país de desenvolvimento humano baixo (com IDH entre 0 e 0,499) da Copa é um país africano – Costa do Marfim, com IDH de 0,484. Os marfinenses jogarão de camisa laranja contra a seleção canarinho no dia 20 de junho de 2010, no segundo jogo dos pentacampeões mundiais. A Costa do Marfim é a melhor seleção africana e de pior IDH da Copa. E o Brasil é a melhor seleção sul-americana e encontra-se na 23ª posição no *ranking* do IDH da Copa.

Infelizmente, o único país sem dados de desenvolvimento humano é a Coreia do Norte. Por que a Coreia do Norte não tem todos os dados na nova tabela da Copa do Mundo? Porque é um país comunista, de economia planejada e extremamente fechada. O governo ditatorial de Kim Jong IL, em nome do proletariado, tem um caríssimo e perigosíssimo programa nuclear. A República Democrática Popular da Coreia, que volta a disputar uma Copa do Mundo após 44 anos, enfrenta sérios problemas de alimentação da sua população desde 1948. A Guerra Fria já acabou, mas os testes nucleares ainda continuam. Recentemente, a Coreia do Norte lançou um torpedo que atingiu um navio da marinha sul-coreana, matando 46 marinheiros e dando início a uma tremenda tensão mundial, com a possibilidade de uma nova guerra entre as Coreias, na fronteira mais militarizada do mundo.

O primeiro jogo do Brasil, na primeira fase do Grupo G, será contra a Coreia do Norte. A Coreia do Norte (122.762 km) é menor do que o estado do Ceará (148.825 km) e mais populosa (atualmente com 23,9 milhões de habitantes) do que o estado de Minas Gerais (hoje com 19,8 milhões de habitantes). Será um jogo histórico. Será muito corrido, difícil e faltoso.

O Índice de Gini situa-se entre 0 e 100. Um valor de 0 representa igualdade absoluta e de 100 desigualdade absoluta. Entre os 32 países participantes da Copa do Mundo de 2010, o melhor Índice de Gini é da Dinamarca com 24,7, refletindo os altos gastos públicos em educação (7,9% do PIB dinamarquês). Enquanto o pior Índice de Gini é da África do Sul com 57,8, refletindo sua taxa de alfabetização de adultos (88,0%).

O jogo de abertura da Copa do Mundo de 2010, na cidade de Johannesburgo, na primeira fase, será entre o país mais desigual na Copa, a África do Sul com Índice de Gini de 57,8 versus o México com Índice de Gini de 48,1 (sexto mais

desigual). As duas seleções representam nações que, desde sua independência política, lutam para melhorar a qualidade de vida de seus povos.

A nação africana é um país emergente, mundialmente conhecido pelas suas belezas naturais como a Cordilheira do Karoo e as belas praias, pelas suas riquezas minerais como ouro e diamante e pelas suas reservas de animais selvagens. A África do Sul é o país mais rico do continente africano. “Estima-se que quase 4% do PIB provém dos gastos de 10 milhões de turistas que visitam o país por ano” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 11 de maio de 2010, p. H2).

Mas, a República da África do Sul tem sérios problemas sociais e econômicos. Entre eles, podemos destacar a epidemia de AIDS (de acordo com a OMS – Organização Mundial de Saúde, é o país com o maior número de portadores do vírus: um em cada cinco sul-africano é portador do HIV), o alto índice de pobreza (de acordo com o Banco Mundial, 40% da população vive com menos de US\$ 2 por dia), os altos índices de criminalidade (homicídios, roubos, furtos, estupros e sequestros) e a péssima distribuição de renda. Desde 1994 não existe o apartheid, que separava os brancos (minoridade) e os negros (maioria), e que se iniciou em 1948, com a chegada ao poder do Partido Nacional. O principal líder sul-africano para o fim do apartheid foi Nelson Mandela, Prêmio Nobel da Paz em 1993. A nação arco-íris tem um governo multirracial e será o primeiro país africano a sediar uma Copa do Mundo. São nove cidades-sede: Bloemfontein, Cidade do Cabo, Durban, Johannesburgo, Nelspruit, Polokwane, Port Elizabeth, Pretória e Rustenburgo.

Já o México é o terceiro mais rico da América do Norte e o segundo mais rico da América Latina. É um país emergente com desenvolvimento humano elevado e já sediou duas vezes a Copa do Mundo, em 1970 (ano em que o Brasil foi tricampeão mundial) e em 1986 (ano em que o Brasil implantou o primeiro dos diversos planos econômicos seguidos para derrubar a inflação – o Plano Cruzado). O México também tem sérios problemas sociais e econômicos, tais como o alto índice de desemprego e de pobreza, o elevado contingente de emigrantes para o rico vizinho, os Estados Unidos, a epidemia do vírus H1N1 (de acordo com a OMS é o país com maior número de mortos) e o elevado índice de violência oriundo das ações do narcotráfico e do crime organizado. Segundo reportagem especial intitulada México em Guerra, “O México chora os seus mortos – são 22.700 executados a bala ou na lâmina do machado desde que a guerra ao narcotráfico foi declarada, em 2007, e

mergulhou o país em um banho de sangue” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 23 de maio de 2010, p. H2).

Desde 1994 vigora o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), e o México continua com elevado volume de exportações dos seus produtos para os Estados Unidos e o Canadá. O México possui belíssimas praias como Acapulco, Cancún, Puerto Vallarta, Cozumel e Manzanillo, vistosas ruínas das milenares histórias dos maias e dos aztecas, a alegria dos mariachis caracterizados com trajes típicos tocando canções populares, e uma comida bem picante. Em 2010, o México será sede da COP-16 (Conferência do Clima), onde os líderes de 120 países debaterão as ações concretas no combate ao aquecimento global. Vamos torcer para que essa conferência produza resultados mais concretos do que a última, realizada na Dinamarca.

O jogo mais rico da primeira fase será entre os Estados Unidos e a Inglaterra, na cidade de Rustenburgo. Na disputa entre uma ex-colônia contra a ex-metrópole, a língua oficial é o inglês. Sete países dos 32 participantes da Copa têm a língua de William Shakespeare como língua oficial: Inglaterra, Estados Unidos, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Gana e Nigéria.

Já a língua espanhola é utilizada por sete países dos 32 participantes. A língua de Miguel de Cervantes é falada por Espanha, México, Uruguai, Argentina, Paraguai, Honduras e Chile.

Já a língua francesa, do filósofo Jean-Paul Sartre, é falada por três países participantes, França, Costa do Marfim e Camarões.

Dois países falam oficialmente o alemão, Alemanha e Suíça. Dois países falam oficialmente o coreano, Coreia do Sul e Coreia do Norte. As duas Coreias disputarão, pela primeira vez, uma mesma Copa do Mundo. Existem vários países cujo idioma oficial é exclusivo. São os casos de Dinamarca (dinamarquês), Argélia (árabe), Eslováquia (eslovaco), Japão (japonês), Holanda (holandês), Sérvia (sérvio), Grécia (grego), Eslovênia (esloveno) e Itália (italiano).

Para nós brasileiros, o jogo mais importante no dia 25 de junho de 2010, será entre o Brasil e Portugal, na cidade de Durban. Novamente, teremos, frente a frente, uma ex-colônia e a antiga metrópole. A classificação para as oitavas de final poderá ser decidida nesta histórica partida, embora o Brasil esteja sendo indicado favorito pela maior parte dos analistas, tanto nacionais quanto estrangeiros. Favoritismo à parte, vamos torcer para que não se repita o ocorrido em 1966, quando a seleção

portuguesa nos venceu por 3 a 0 num estádio em que, como agora, a maioria de torcedores era de língua inglesa.

Outro jogo bastante interessante na primeira fase será no Grupo H, entre Honduras e Espanha, na cidade de Johannesburgo. Mais uma vez estarão medindo forças uma metrópole e uma ex-colônia. Único país da América Central a se classificar para a Copa, Honduras é o mais pobre entre os 32 participantes, com apenas US\$ 27,0 bilhões PPC. Nesse dia, enfrentará um país europeu e rico com o PIB total de US\$ 1,416 trilhão PPC, embora, atualmente, a situação econômica da Espanha seja motivo de grandes preocupações.

Entre os 32 países que disputam a Copa do Mundo de 2010, os Estados Unidos, com 308,7 milhões de habitantes, é o país mais populoso. Enquanto a nação menos populosa é a Eslovênia, com apenas dois milhões de habitantes. Um jogo muito importante no Grupo F será entre a Itália com 59,3 milhões de pessoas e a Nova Zelândia com apenas 4,2 milhões de pessoas.

Outro flagrante contraste na primeira fase será no Grupo D, no jogo entre Austrália e Gana. Um país rico, com esperança de vida ao nascer de 81,4 anos, versus um país pobre, com expectativa de vida ao nascer de 56,5 anos, ou seja, um australiano vive 24,9 anos a mais do que um ganense.

Pela nova tabela da Copa do Mundo, a Austrália se classificaria tranquilamente para as oitavas de final. No entanto, os analistas dão o favoritismo à seleção africana, que é o segundo maior produtor mundial de cacau e um dos maiores exportadores mundiais de ouro, diamante, manganês e bauxita.

Entre os 32 países da Copa do Mundo, os Estados Unidos tem o maior PIB per capita com US\$ 45.592 PPC, enquanto Gana tem a menor renda per capita, com apenas US\$ 1.334 PPC.

O Grupo E também terá um jogo entre seleções de países com acentuadas diferenças socioeconômicas, Holanda versus Camarões. A primeira seleção é de um país europeu, rico, com desenvolvimento muito elevado e com o PIB per capita de US\$ 38.694 PPC. Já a segunda seleção é um país africano, pobre, com desenvolvimento humano médio e com o PIB per capita de apenas US\$ 2.128 PPC.

Pelo critério da riqueza, na nova tabela da Copa do Mundo o campeão são os Estados Unidos, o vice-campeão, o Japão, e o terceiro lugar, a Alemanha. Vale salientar que vários países ricos como Canadá, Bélgica e Suécia como também vários países emergentes como China, Índia e Rússia foram eliminados nas



eliminatórias da Copa do Mundo de 2010. Destaque-se a ausência da China, atualmente, a terceira economia do mundo, e com projeções para ocupar o primeiro lugar antes de 2050.

Nós, brasileiros, continuamos tendo pela frente um enorme desafio. Precisamos investir milhões de reais nos próximos anos para oferecer uma educação de qualidade às nossas crianças e jovens, porque, em termos de resultados, os nossos indicadores são extremamente preocupantes. Se em termos quantitativos, verificou-se uma melhora acentuada nos últimos dezesseis anos, já que 97% das crianças brasileiras têm acesso ao ensino básico, em termos qualitativos a situação é bem diferente, como atestam as péssimas colocações de nossos estudantes nos testes comparativos internacionais envolvendo questões de ciências e matemática.

A torcida verde e amarela que transformar o Brasil num país desenvolvido e de desenvolvimento humano muito elevado. O Brasil é um país membro do BRIC (iniciais em inglês de *Brazil, Russia, India and China*) e será a quinta economia do mundo em 2030 pela consultoria PricewaterhouseCoopers. Mas para se transformar num país de desenvolvimento muito elevado antes de 2050, o maior desafio reside na oferta de uma educação de qualidade.

Não resta muita dúvida nos dias de hoje sobre a força da educação como fator de mudança. É consenso mundial que sem investimentos em educação um país não promove o desenvolvimento. Parafraseando (e adaptando) o grande escritor brasileiro Monteiro Lobato: “Um país se faz com homens e mulheres, livros e computadores”. O Brasil é o BRIC da vez, conquistando o direito de ser sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Se com o Plano Real, em 1994, conquistamos a estabilidade econômica, precisamos nos esforçar para produzir um Plano Nacional de Educação de Qualidade, a fim de que conquistemos a estabilidade social. Somando-se a estabilidade econômica com a estabilidade social, teremos plenas condições para dar início a um ciclo sustentado de crescimento econômico e de desenvolvimento humano.

A Argélia é o único país árabe a participar da Copa do Mundo. A exemplo de muitos outros países árabes, os indicadores sociais da Argélia ainda se acham muito distantes dos observados em países de desenvolvimento muito elevado. E também em muitos deles a educação se constitui num dos maiores desafios. Por essa razão, consideramos oportuno destacar a declaração da rainha da Jordânia – que não

participará da Copa do Mundo de 2010. Num evento realizado em dezembro de 2009 na sede da FIFA, em Zurique, na Suíça, a rainha Rania Al Abdullah declarou:

Acredito profundamente que a educação deve ser a nossa prioridade número um. Ela pode realmente nos ajudar a mudar muitas coisas que causam dor no mundo, e pode nos dar mais estabilidade. Dar às crianças a chance de uma educação nos dá muito mais esperança para o futuro. É por isso que acredito muito sinceramente, do fundo do meu coração, que a educação deveria ser a tarefa que colocamos mais ênfase. Temos que acreditar no poder enorme que esta causa tem.

Infelizmente, em nosso país estamos enfrentando sérios problemas nas salas de aula e fora delas. A grande maioria dos nossos alunos tem enorme dificuldade com a própria língua pátria e, obviamente, são pouquíssimos os que falam dois ou três idiomas fluentemente. Muitos dos nossos professores recebem salários baixos. Parcela considerável de alunos e professores não possui computadores nem notebooks. Mas, apesar de tudo isso continuou liderando as apostas como o grande favorito para conquistar a Copa do Mundo e levantar a taça feita em ouro 18 quilates, com 36,8 cm de altura e pesando 6,175 kg no dia 11 de julho de 2010. E, junto com ela, o prêmio inédito de US\$ 35 milhões!

Para concluir, alguma curiosidade a respeito do nosso país, eterno candidato a campeão mundial de futebol: O Brasil concentra 12% de toda água doce do planeta Terra. Mas é o campeão mundial no desperdício de água: de cada 100 litros captados pelas companhias estaduais e municipais de água e esgoto do País, somente 40% chegam às torneiras dos consumidores brasileiros.

O Brasil é um dos maiores exportadores de aviões, açúcar, café, carne bovina, carne de frango, suco de laranja e soja do mundo, tendo, portanto, potencial econômico muito grande.

O Brasil é um país de belezas naturais reconhecidas por todos os que têm o privilégio de conhecê-las. O povo é alegre. O samba, o frevo, o forró, o axé e outros ritmos regionais contagiam os 190 milhões de torcedores. O otimismo e a confiança contaminam os brasileiros em frente à televisão.

Concluimos o artigo alertando para o fato de que ter um PIB alto não significa qualidade de vida do povo. O Brasil está repleto de problemas sociais como a violência urbana, a acentuada desigualdade, uma educação que ainda deixa muito a desejar e um número cada vez maior de cidades invadidas pelos viciados e traficantes de drogas, sobretudo do crack.

Os indicadores e índices apresentados na nova tabela da Copa do Mundo são demonstrações claras de que o Brasil depende de maciços investimentos em educação de qualidade para conseguir aliar a eficiência econômica à justiça social e, assim, ascender cada vez mais no *ranking* da economia global.

Enfim, o Brasil é a grande potência mundial do futebol. E é também reconhecido como uma grande potência emergente. Precisamos fazer com que nossos futuros craques peguem nos livros e nos computadores com a mesma vontade e o mesmo gosto com que chutam uma bola de futebol.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo**: um olhar inesperado sobre a globalização. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GIANNETTI, Eduardo. **Ética e inflação**. O Estado de São Paulo, 14 de julho de 1992, p. 2.

MACHADO, Luiz Alberto. **A dança dos números**. São Paulo: Instituto Liberal, Série Ideias Liberais, Ano 5, Nº 87, 1998.

## REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

MACHADO, Luiz Alberto. **Entendendo a Economia: Desenvolvimento X Crescimento Econômico**. Disponível em: [www.portalcafebrasil.com.br/iscas-antigas](http://www.portalcafebrasil.com.br/iscas-antigas). Acesso em: 13 de maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **A Copa do Desempate**. Disponível em [www.portalcafebrasil.com.br/iscas-antigas](http://www.portalcafebrasil.com.br/iscas-antigas). Acesso em: 13 de maio de 2010.

## Referências cinematográficas

Título: **Invictus**. Direção: Clint Eastwood.

Elenco: Morgan Freeman, Matt Damon, Tony Kgoroge e Matt Stern.

Roteiro: Anthony Peckham, baseado em livro de John Carlin.

Produção: Clint Eastwood, Robert Lorenz, Lori McCreary e Mace Neufeld.

Música: Kyle Eastwood e Michael Stevens. Ano de produção: 2009.

Gênero: Drama. Duração: 134 min.

## O Papel do Estado na Intervenção da Economia Capitalista

Paulo Galvão Júnior<sup>9</sup>  
Marcus Eduardo de Oliveira<sup>10</sup>

**RESUMO:** O fito deste trabalho é discutir laconicamente a regulação e a estrutura de mercados, avaliando, de antemão, o papel que cabe ao Estado quando esse passa a intervir diretamente na economia de tipo capitalista. Ao conceituarmos a regulação e enumerarmos as estruturas de mercado, notar-se-á que alguns conceitos e características se apresentam com oportunidade ímpar para se pensar nos caminhos que poderão conduzir o país rumo ao desenvolvimento econômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regulação, Estruturas de Mercados, Agências Reguladoras.

### 1 INTRODUÇÃO

Longe da pretensão em avaliarmos minuciosamente a questão em torno da regulação e estrutura de mercados, este trabalho se prende, apenas e tão somente, a refletir sobre o papel do Estado quando em atuação na economia tipo capitalista. Para tanto, deve-se enaltecer o papel de cada pessoa, junto à funcionalidade do Estado, como sendo corresponsáveis pelas estratégias em se promover alternativas visando consolidar uma economia mais rica, justa, igual, sustentável, e na essência, mais solidária.

Um bom início de conversa, para tanto, é debatermos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estabelecido pelo governo brasileiro na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

É mister salientar que o PAC, lançado em 28 de janeiro de 2007, beneficiará os três setores da economia, sobretudo, o setor secundário, destacando-se as empresas públicas e privadas do setor de infraestrutura. Todavia, cumpre apontar que o PAC, até o presente momento, sofre com a excessiva burocracia. Várias obras de infraestrutura estão paralisadas e, sobretudo atrasadas, pela incidência de aspectos puramente burocráticos.

Conquanto, alguns pontos em torno deste amplo programa econômico estabelecido pelo governo brasileiro merecem destaque.

---

<sup>9</sup>Economista brasileiro e especialista em Gestão de RH. Autor do Livro Digital de Economia intitulado RBCAI.

<sup>10</sup>Economista brasileiro e especialista em Política Internacional. Autor dos livros "Conversando sobre Economia", "Pensando como um Economista" e "Provocações Econômicas" (no prelo). Autor do Coluna, "Conversando sobre Economia" no Zwela Angola.

Vejamos que, de acordo com o Anuário Exame de Infraestrutura 2007-2008 (nov./2007, p. 12), temos que:

Com o PAC, o governo resgata a cultura do planejamento estratégico, cria uma agenda de crescimento e reconhece a importância crucial dos investimentos em infraestrutura para tirar o país do marasmo econômico. Só falta colocar a teoria em prática.

Em termos de valores, o PAC prevê investimentos de 503,9 bilhões de reais em infraestrutura até o final do corrente ano (2010). Com o PAC, a União retoma o papel do Estado na intervenção direta na economia. Entretanto, entendemos que os volumes de ações desse Programa ainda são insuficientes para se recuperar décadas de atraso econômico e, por conseguinte, serem resolvidos os principais gargalos que apontam para as graves deficiências de infraestrutura que norteiam a situação brasileira.

Cabe ainda reiterar que de acordo com o Anuário Exame de Infraestrutura 2008-2009 (dez./2008, p. 8):

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento criou a expectativa no país que o setor de infraestrutura poderia, enfim, entrar na relação de prioridades nacionais. Um ano após o início dos trabalhos, porém, o maior projeto do atual governo passa por um período crítico. O cronograma de boa parte das obras vem sofrendo atrasos em razão da burocracia e dos entraves ambientais.

Outrossim, é forçoso ressaltar que pouco tem sido comentado a respeito de se popularizar os conceitos, as características e as vantagens implícitas no ato de se regular os mercados. Tal tarefa, infelizmente, tem escapado até mesmo dos debates e das salas de aulas dos cursos de Teoria Econômica. Isso faz com que os nossos jovens estudantes de economia desconheçam os pormenores de uma regulação, bem como, da estrutura de mercados. Entendemos ser isso um crime contra a inteligência. Em geral, a população acadêmica não debate o papel do Estado na intervenção da economia capitalista. Não é comum, conquanto, ler nos jornais, nas páginas dedicadas à economia, argumentações a favor ou mesmo contra o processo de regulação da economia.

Para tanto, visando resgatar essa temática, o presente trabalho se inscreve com a finalidade de responder a uma pergunta simples: Qual é, de fato, o verdadeiro papel do Estado numa economia de tipo capitalista?

Ademais, para esmiuçarmos esse debate, cabe retomar um pouco a história da Ciência Econômica. Em sua obra clássica e seminal *A Riqueza das Nações*, publicada em março de 1776, o escocês Adam Smith (1723–1790) demonstra que os agentes econômicos, buscando satisfazer seus interesses individuais, espontaneamente, organizam a economia capitalista de forma eficiente.

De acordo com Smith (1983, p. 379):

(...) como cada indivíduo tenta, tanto quanto possível, aplicar o seu capital no apoio à indústria interna e, por consequência, dirigir essa indústria de modo a que a sua produção tenha o máximo valor, cada um trabalha necessariamente para o crédito anual da sociedade seja o maior possível. Na realidade, ele não pretende, normalmente, promover o bem público, nem sabe até que ponto o está a fazer. Ao preferir apoiar a indústria interna em vez da externa, só está a pensar na sua segurança; e, ao dirigir essa indústria de modo que a sua produção adquira o máximo valor, só está a pensar no seu próprio ganho, e neste, como em muitos outros casos, está a ser guiado por uma mão invisível a atingir um fim que não fazia parte de suas intenções”.

A mão invisível – termo econômico descritor por Smith – serviu para apontar como numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comum, a interação dos indivíduos parece sempre resultar numa determinada ordem que os orientasse. Essa mão invisível, contudo, corresponde ao conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para satisfazer os desejos individuais, ou seja, realizar as necessidades de venda (oferta) e de compra (demanda).

Em pleno século XVIII, Smith viu na formação de monopólio, ou seja, a concentração de poder do mercado nas mãos de apenas um produtor e apoiado por um Estado intervencionista, um dos perigos ao funcionamento da economia de mercado.

Nesse pormenor, Smith argumentou que:

Não cabe dúvida de que foi o espírito de monopólio que originalmente inventou e propagou essa teoria; e os primeiros que a ensinaram de forma alguma eram tão insensatos como os que nela acreditam. Em cada país, sempre é e deve ser de interesse do grande conjunto da população comprar tudo o que quiser, daqueles que vendem a preço mais baixo. A proposição é de tal evidência, que parece ridículo empenhar-se em demonstrá-la; e ela jamais poderia ter sido questionada, se os sofismas interesseiros dos comerciantes e dos fabricantes não tivessem confundido o senso comum da humanidade. Sob este aspecto, o interesse deles é diretamente oposto ao do grande conjunto da população (SMITH, 1983, p. 409).

Para o economista alemão Karl Marx (1818-1883), em sua obra revolucionária *O Capital*, de 1867, é enfatizado que na sociedade capitalista existe a classe dominante (burguesia) que controla direta ou indiretamente o Estado e explora a classe dominada (proletariado). Marx, a esse respeito, previu o surgimento da sociedade comunista, no qual desapareceriam as classes sociais.

Para Karl Marx, os livres mercados levam, inevitavelmente, a ciclos de negócios recorrentes e ao progressivo empobrecimento das massas. O economista alemão sustentou ainda que a economia de uma nação teria um desempenho melhor se a propriedade privada fosse confiscada e gerida pelo Estado no interesse do proletariado.

A esse respeito, de acordo com Yolanda Vieira de Abreu (1999):

Na visão de Marx, a concorrência tende a decrescer com o desenvolvimento capitalista, a batalha da concorrência é produzida pelo barateamento dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e esta da escala de produção: os grandes capitais esmagam os pequenos.

A concorrência acirra-se, então, na razão direta do número e na inversa da magnitude dos capitais que se rivalizam. Na concepção de concorrência de Marx, é a busca de maior apropriação de mais-valia que motiva os capitais a se moverem no sentido de procurarem desenvolver atividades, produtos e processos novos. O capital, visando sua máxima desvalorização, de acordo com o que lhe seja conveniente ou necessário, busca adequar através de novos mercados, ampliação das escalas de produção (concentração do capital), centralização do capital e a busca no exterior de novos espaços para sua valorização (internacionalização do capital).

Em sua revolucionária obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, o economista inglês John Maynard Keynes (1883–1946) conclui diferentemente de Adam Smith e de Karl Marx. Para Keynes, um dos mais hábeis economistas do século XX, árduo defensor da concorrência e da igualdade de oportunidades, o Estado é capaz de arbitrar a concorrência e controlar as variáveis econômicas mais relevantes, como as taxas de desemprego e da inflação. Keynes, em seu estilo didático, propõe a constituição de um Estado forte, capaz de dirigir a economia capitalista.

Nesse pormenor, em nossa análise, apontamos que a concorrência é necessária porque torna o capitalismo dinâmico e revolucionário pelo estímulo à inovação, além de estabelecer, na medida do possível, justas remunerações. No entanto, reiteramos que devem existir, para seu bom funcionamento, regras claras, bem definidas e oportunas para o estabelecimento efetivo de uma estrutura de concorrência sadia.

Todavia, é importante evitar – sempre que possível – a eliminação dos pequenos (e dos mais fracos) na briga com os grandes (e mais fortes). É forçoso ressaltar, nesse pormenor, que o objetivo ímpar da concorrência deve ser a redução de custos, de preços e, acima de tudo, ver a qualidade assegurada dos bens e serviços. A concorrência não pode, em hipótese alguma, provocar o desaparecimento dos menores, pela falta de competição, correm o risco de serem alijados do mercado. Isso facilitaria, na base, o surgimento de estruturas monopólicas ou mesmo oligopólicas.

Baseando-nos sobre os postulados de Keynes, julgamos oportuno apontar que o economista britânico ressaltava a importância do Estado na economia capitalista de forma incontestável, principalmente em razão de seu insubstituível papel de provedor de um ambiente institucional capaz de conduzir à eficiência econômica do mercado. Keynes defendeu – enfaticamente – a intervenção e o papel regulatório do Estado na economia capitalista, através de medidas de política monetária e fiscal, para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos. É ilustrativa a passagem keynesiana que descrevemos a seguir:

Assim sendo, o peso da minha crítica é dirigido contra a inadequação das bases teóricas da doutrina do laissez-faire, que me foi ensinada e que eu ensinei durante muitos anos; contra a ideia de que a taxa de juros e o volume de investimentos se ajustam automaticamente ao nível ótimo (KEYNES, 1983, p. 232).

Para o economista estadunidense Milton Friedman (1912-2006), Prêmio Nobel de Economia, em 1976, o Estado não deve intervir na economia capitalista. De acordo com Friedman, um combatente da liberdade econômica, ao analisar o comportamento da moeda na economia, as intervenções do Estado na vida econômica de um país podem e devem ser substituídas pelo controle da evolução da massa da moeda em circulação. Quanto menos regulamentação do governo e a



introdução de um sistema de auto-regulação dos agentes econômicos melhor será o ambiente econômico.

Ferrenho adversário acadêmico das teses keynesianas, Friedman argumentou, especificamente, sobre a origem do dinheiro para os gastos governamentais (pressuposto keynesiano) que:

Se a oferta da moeda permanece constante e o governo gasta dinheiro, alguém deve ter menos dinheiro para gastar. Se o governo toma dinheiro vendendo títulos do tesouro ao público, elevando as taxas de juros, as empresas não têm condições de competir com o governo e tomar os empréstimos para investimentos (FRIEDMAN, 1976).

Indiscutivelmente, ainda que pese consideráveis diferenças entre ambos, ao lado de Keynes, Friedman é considerado um dos maiores economistas do século XX. Acima de tudo, Friedman é um economista liberal, defensor do laissez-faire das forças espontâneas do mercado para se atingir um estado de equilíbrio.

Ainda sobre a importante questão monetária, retomando a Teoria Quantitativa da Moeda de Irving Fisher, Friedman contesta a visão monetária derivada de Keynes: a inflação é sempre um fenômeno monetário. Nessa perspectiva, um banco central, deve, sempre, vincular a criação monetária ao aumento do volume da produção nacional. Por outro lado, ele aponta a existência de um desemprego natural, que não pode (e não deve) ser reduzido por políticas de incentivo governamental, pois isso levaria a um aumento da inflação.

Nessa linha de contextualização, cabe apontar que o Estado não substitui o mercado, mas, antes, deve ser visto como um complemento indispensável às leis que regulam, em primeira instância, a atuação do mercado. O que se discute são as atuações do Estado: deve esse fazer o papel de “empresário”, de direcionador de fluxos de investimento ou apenas de simples regulador?

O Estado, em nossa análise, tem uma função preponderante a desempenhar quando se colocar a empreender esforços para a eliminação ou mesmo redução das chamadas falhas de mercado. Nem sempre, contudo, as forças de mercado conduzem a uma alocação ótima de recursos na economia, e o Estado então, por sua vez, deve exercer sua interferência regulatória. Destarte, como essa interferência quase sempre determina um custo adicional imposto aos agentes econômicos, deve-se pesar, nessa escolha, os benefícios com os custos da regulação estatal.

O Estado deve atuar em conjunto com os agentes econômicos no papel importante de promover o desenvolvimento da economia capitalista. Embora seja um dos principais países emergentes do mundo e com um sistema democrático muito bem enraizado, o Brasil continua, no entanto, a exibir elevados riscos para os agentes econômicos no tocante ao sistema regulatório em uma estrutura que se convencionou chamar de concorrência imperfeita.

A autonomia das agências reguladoras, nesse ínterim, é indispensável para resguardar os agentes econômicos da interferência burocratizada do Estado. Precisamos, todavia, para um bom desempenho do aparelho estatal, o surgimento de um Estado brasileiro que se coloque afirmativamente como parceiro das indústrias. Para tanto, é desnecessário afirmar que o surgimento e o crescimento (expansão) das indústrias (do parque industrial como um todo) são de suma importância para o próprio desenvolvimento econômico da economia capitalista.

Por fim, ainda a título de linhas introdutórias deste ensaio, isso é o que tínhamos, a priori, a afirmar. Doravante, ressaltamos que o presente trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, são apresentados, de modo claro e acessível, os conceitos de regulação de mercados. Na segunda parte, são mostradas as estruturas de mercados na economia capitalista. Na terceira, tratamos didaticamente de comentar uma breve pesquisa sobre as principais agências reguladoras brasileiras. Em seguida, são apresentados os principais indicadores do setor de infraestrutura do Brasil e do mundo. E, por fim, tecemos nossas considerações finais.

## **2 A REGULAÇÃO DE MERCADOS**

Neste ponto de análise, partimos do pressuposto inicial de que o mercado deve ser visto sempre como uma espécie de “ator” fazendo um intercâmbio entre vendedores e compradores. É sabido que no mercado ocorre a realização de vendas e compras de bens e serviços, baseado no sistema de preços. Essa é, por sua vez, também uma espécie de “regulação”. Recorrendo a etimologia, vamos encontrar no Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005 (nov./2005, p. 56) que: “A palavra ‘regulação’, provavelmente traduzida do inglês *regulation* ou do francês *régulation*, começou a ficar conhecida entre nós a partir dos anos 90, na esteira da

privatização. Antes, havia ‘regulamentação’, que eram normas para o cumprimento de leis”.

Acrescenta-se, entretanto, que a regulação pública dos mercados se constitui de um conjunto de normas e de controles administrativos exercidos por órgãos do Estado que afetam o funcionamento das empresas e dos mercados, intervindo na eficiência econômica e no bem-estar social. A regulação de mercados, nesse sentido, foi incorporada à agenda política brasileira com a Constituição Federal (CF) de outubro de 1998. Na CF, está inscrita o papel do Estado na intervenção da economia brasileira.

Ainda na mencionada Carta Magna está abrigada a fundamentação normativa da regulação pública dos mercados, contido no Artigo 170 e Inciso IV – referindo-se à livre concorrência, ou seja, sobre um dos princípios reguladores da ordem econômica e financeira. É forçoso concluir, todavia, que ao assegurar-se a livre concorrência, o Estado empreende esforços notadamente para garantir a igualdade de todos. E faz mais: ao incentivar essa disputa sadia, o Estado acaba por conferir regras a este jogo mercadológico, a fim de que toda a coletividade seja beneficiada e saia desse processo fortalecida.

Pode-se observar ainda, pela Carta Magna, no Artigo 174, que ao Estado incumbe regular, como agente normativo, a atividade econômica. A descrição dessa passagem é a seguinte:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Isso nos leva a refletir que o papel do Estado na intervenção da economia de tipo capitalista passa ainda por criar condições para que o mercado, em sentido lato, possa funcionar e fornecer bens e serviços a contento. Tal dissonância decorre da figura de um Estado ideal pretendido pelo legislador constituinte que afixou a Carta Magna de outubro de 1988. De fato, como a sociedade brasileira tem por característica para a aquisição e consumo de bens e serviços, não adianta as letras frias da Constituição Federal receitar algumas medidas, sem que haja uma fiscalização, controle, incentivos, regulação, e mesmo punição para os casos que se

fizerem plausíveis. Não à toa, a cada ano é comum notar-se o aumento dos casos de cartéis, trustes, dumpings pelas cinco regiões do País.

As razões para a regulação de atividades econômicas pelo Estado estão relacionadas à existência das chamadas falhas de mercado, que se manifestam sob três formas: externalidades, informação imperfeita e poder de mercado.

Por Externalidades entendemos uma situação em que uma ação privada tem efeitos colaterais ou externos sobre um impacto importante que recai em outras pessoas (ou empresas). Nesse caso, convencionou-se dizer que houve uma Externalidade Negativa. Exemplos disso: Empresas que poluem os rios; os automóveis e indústrias que poluem a atmosfera. Há solução? Sim! Basta criar-se impostos, licenças e multas.

No entanto, há também as chamadas Externalidades Positivas. Exemplos: Quando o subproduto de uma atividade ou serviço beneficia terceiros, em vez de prejudicá-los. São exemplos ilustrativos disso a melhoria da infraestrutura. Nesse caso, os investimentos em infraestrutura são fundamentais para aumentar o Produto Interno Bruto (PIB), além de melhorar, substancialmente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – ainda uma medida de relevo considerada pelo PNUD (Programa das Nações para o Desenvolvimento).

Para lutar contra a ineficiência econômica derivada das externalidades negativas os governos podem estabelecer controles diretos e incentivos econômicos. Conforme o Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005 (nov./2005, p. 57):

A regulação governamental é um reconhecido instrumento para evitar decisões privadas prejudiciais ao interesse público. Seu objetivo é suprir as chamadas falhas de mercado, como é caso do poder de um monopólio. Em grande parte dos casos, regula monopólios naturais nos quais o maior nível de eficiência é obtido com uma única empresa. A regulação também objetiva melhorar o funcionamento dos mercados e assim contribuir, com regras estáveis, para estimular o investimento privado.

### **3 AS ESTRUTURAS DE MERCADO**

Especificamente sobre as estruturas de mercado temos a comentar que essas são modelos que captam aspectos de como os mercados estão organizados numa economia de tipo capitalista. É oportuno observar que cada estrutura de mercado destaca aspectos essenciais da interação da oferta e da demanda, baseando-se em características apuradas em mercados existentes.

As estruturas básicas de mercados analisadas, observadas no Quadro 1, são: concorrência perfeita, concorrência imperfeita, concorrência monopolista, monopólio, oligopólio, monopsônio e oligopsônio.

Estrutura de Mercado	Nº. de Vendedores	Nº. de Compradores	Dificuldade de Entrada no Mercado	Grau de Diferenciação do Produto	Quem Determina o Preço
Concorrência Perfeita	Muitos	Muitos	Nenhuma	Produtos Homogêneos	Mercado
Concorrência Imperfeita	Muitos	Muitos	Nenhuma	Produtos Diferenciados	Vendedor
Concorrência Monopolista	Muitos	Muitos	Fácil	Diferenciados	Vendedor
Monopólio	Um	Muitos	Total	Não há Substitutos Próximos	Vendedor
Oligopólio	Poucos	Muitos	Grande	Idênticos ou Semelhantes	Vendedor
Monopsônio	Muitos	Um	Total	Produtos Estratégicos	Comprador
Oligopsônio	Muitos	Poucos	Grande	Padronizados ou Diferenciados	Comprador

**Quadro 1.** Tipos de Estrutura de Mercado na Economia Capitalista.

**Fonte:** Microeconomia, Sandoval et al.

Na discussão dos problemas da estrutura de mercados dos dias atuais é fundamental observar a ponderação feita por Paulo Sandroni (2008, p. 172) quando aponta em sua obra Dicionário de economia do século XXI: discorrendo sobre a Concorrência Perfeita que esse é um:

Modelo, criado pela economia clássica, da forma que assumiria um mercado se fossem satisfeitas as seguintes condições: 1) existência de grande número de vendedores, cada um dos quais incapaz de forçar a baixa nos preços por não poder fornecer uma quantidade maior de produtos do que os demais; 2) todos os compradores e vendedores com o mais completo conhecimento dos preços e disponibilidades do mercado local e de outras praças; 3) inexistência de significativas economias de escala, de modo a nenhum vendedor poder crescer a ponto de dominar o mercado; 4) inexistência de barreiras à livre movimentação de fatores de produção e dos empresários. (...) O conceito de concorrência perfeita é usado apenas por seu valor analítico, pois não existe na prática.

É mister salientar, contudo, que na concorrência perfeita ou pura os produtos são homogêneos, isto é, são substitutos perfeitos entre si. Nesse pormenor,

tomamos a famosa lei da oferta e da demanda, segundo os economistas Aníbal Pinto, Carlos Prades e Luiz Claudio Marinho (1980, p. 87):

Somente funciona em um mercado de concorrência perfeita. Isto é, mercado em que os elementos ofertantes e demandantes compareçam em condições da mais absoluta liberdade. Não há, portanto, intervenção estatal fixadora de preços, estimuladora de certos consumos ou desestimuladora de outros. (...) Como está claro, um mercado assim inexistente, praticamente, em qualquer lugar da Terra.

Ainda de acordo com Sandroni (2008, p. 172) recorreremos agora ao conceito de Concorrência Imperfeita. Sua conceituação trata de afirmar que é uma:

Situação de mercado entre a concorrência perfeita e o monopólio absoluto – e que, na prática, corresponde à grande maioria das situações reais. Caracteriza-se, sobretudo pela possibilidade de os vendedores influenciarem a demanda e os preços por vários meios como diferenciação de produtos, publicidade, dumping etc.

Portanto, o vendedor influencia os preços por publicidade. Segundo o Prof. Edgar Aquino Rocha (1969, p. 132), “O dumping é um processo comercial que consiste em vender as mercadorias por preço abaixo do custo, a fim de ganhar a concorrência, a preferência da clientela e introduzir artigos no mercado”.

Sobre esse ponto, assim se expressa o Prof. Paulo Sandroni (2008, p. 172):

Concorrência Monopolista. Situação de mercado caracterizada pela existência de duas ou mais empresas cujos produtos são muito semelhantes sem serem substitutos perfeitos um do outro, de forma tal que cada empresa pode manter certo grau de controle dos preços. Na concorrência monopolista – que é um caso de concorrência imperfeita –, existem elementos tanto de concorrência quanto do monopólio.

Uma vez mais nos embasamos nas argumentações de Sandroni (2008, p. 574) quando esse atribui grande relevância ao conceito de Monopólio. Vejamos o que diz Sandroni sobre isso:

Forma de organização de mercado nas economias capitalistas, em que uma empresa domina a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto. O monopólio puro é raro, sendo mais comum o oligopólio, no qual um pequeno grupo de empresas detém a oferta de preços de produtos e serviços, ou a concorrência imperfeita, na qual uma ou mais características de monopólio estão sempre presentes. (...) A legislação da maioria dos países proíbe o monopólio, com exceção daqueles exercidos pelo Estado – produtos estratégicos (como petróleo, gás natural e energia elétrica) e serviços públicos (correios e telecomunicações) – e dos

monopólios temporários garantidos pela posse de patentes e direitos autorais.

Por sua vez, Aníbal Pinto et al (1980, p. 88) pontuam que: “Mas não é só o Estado que pode alterar a lei da oferta e da procura: os produtores também. E uma das maneiras mais conhecidas de fazê-lo é mediante os monopólios”. Esses autores contextualizam ainda que:

As formas monopolísticas (trustes, cartéis, *pools*) reúnem várias empresas ou acertam acordos entre elas para impor preços, qualidades, volumes de produção, etc. Literalmente, monopólio significa um só vendedor – e na prática tem este mesmo sentido. Assim, é certo falar-se em monopólio quando o Estado reserva para si, em caráter absoluto, os serviços de Correios ou a produção petrolífera (PINTO; et al, 1980, p. 88).

Segundo a Constituição Federal de 1988, no Art. 177. Constituem Monopólio da União:

- I. a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural outros hidrocarbonetos fluidos;
- II. a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
- III. a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;
- IV. o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;
- V. a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão.

Pinto et al (1980, p. 88), apontam que:

O monopólio privado, entretanto, é constituído justamente para obter o máximo lucro possível. Este é o fim inarredável do monopólio privado e dele geram seus efeitos nocivos à vida econômica nacional: chega o momento em que para conseguir mais lucros é necessário conter o aumento da produção.

Já para Edgar Aquino Rocha (1969, p. 130), “O tipo das concentrações comerciais chama-se cartéis, palavra de origem alemã: *Kartell*; apareceu em 1873, na indústria siderúrgica desse país”.

Em outra passagem, esse mesmo autor (1969, p. 130) atesta que:

O tipo da concentração de natureza industrial são os trustes. (...) termo americano, *trust*, que significa proteção, garantia, confiança. O critério que os diferencia dos cartéis, se baseia no fato de não serem exclusivamente comerciais, mas estenderem-se ao campo industrial, reduzindo a produção do monopólio.

Segundo o Prof. Rocha (1969, p. 130-131):

O truste pode ser horizontal ou vertical. O horizontal é constituído por empresas que se dedicam à produção de uma mesma riqueza (truste de petróleo, de grãos, de carnes). O vertical, de introdução recente, constitui formidável centralização das empresas que representam os sucessivos estádios da mesma indústria, desde a matéria-prima até o produto acabado.

Ao citar a empresa norte-americana Standard Oil Trust, Rocha (1969, p.131) comenta que:

Um dos maiores trustes norte-americanos, construiu dezenas de pipe-lines (transporte do óleo por via tubular: oleoduto), de centenas de quilômetros cada um, para levar o petróleo bruto dos poços até os portos de embarque, sem perigo algum e com muito maior economia.

Paulo Sandroni (2008, p. 669-670), ao contextualizar sobre Pool, aponta que se trata de:

Reunião temporária de duas ou mais empresas com fins especulativos. É justamente o caráter de manipulação de preços que diferencia o pool do consórcio, este regulamentado normalmente. O pool forma estoques de ações ou mercadorias comercializadas em Bolsas (cereais, café, açúcar, etc.), procura forçar a elevação dos preços e, então, vende com lucros elevados.

Por outro lado, de forma bem ilustrativa, os economistas Pinto, Prades e Marinho (1980, p. 89) resumem afirmando que:

Os efeitos perturbadores dos monopólios levaram os Estados capitalistas a verem-se na necessidade de criar uma legislação anti-monopolística, muito severa em países como os Estados Unidos e os da Europa Ocidental, embora não tenha conseguido impedir que prosseguisse o processo de concentração em empresas cada vez mais gigantescas e com raio de ação gerador de verdadeiros impérios supranacionais.

Ainda na opinião dos autores citados acima (1980, p. 89), é interessante ressaltar o que segue:



Entre nós o monopólio é uma condição inerente à realidade da economia, e o problema não consiste em como fazê-lo desaparecer (...) ele é uma realidade com que teremos de conviver, futuramente e pensar em eliminar os núcleos produtivos termina sendo uma fórmula utópica.

Ao tratar de oligopólio, Sandroni (2008, p. 602) diz que é:

Tipo de estrutura de mercado, nas economias capitalistas, em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado. O oligopólio é uma tendência que reflete a concentração da propriedade em poucas empresas de grande porte, pela fusão entre elas, incorporação ou mesmo eliminação das pequenas empresas. (...) Um dos melhores exemplos de oligopólio, tanto na economia brasileira quanto na norte-americana, é a indústria automobilística. (...) nos Estados Unidos apenas três empresas (GM, FORD e CHRYSLER) detêm mais de 90% do mercado.

De acordo com o Prof. Rocha (1980, p. 133):

Oligopólio. A palavra vem do grego e significa mais ou menos poucos vendedores. Há oligopólio quando duas ou mais firmas produzem bens idênticos ou semelhantes. A característica básica do oligopólio é a habilidade dessas firmas individuais em influenciarem o preço. Se, por exemplo, três firmas produzem todo o aço para a indústria, uma delas querendo vender mais, pode alterar o preço do aço. Essa decisão pode levar as outras firmas a fazer o mesmo, mas com preço diferente ou até mais baixo.

No que se refere à Monopsônio, Sandroni (2008, p. 574) reconhece ser isso uma:

Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma mercadoria (em geral, matéria-prima ou produto primário). Nesse caso, mesmo quando vários produtores fortes oferecem o produto, os preços não são determinados pelos vendedores, mas pelo único comprador. O monopsônio puro é muito raro e costuma ocorrer principalmente em empresas estatais que garantem a compra de determinados produtos estratégicos, como o petróleo.

Sobre o Oligopsônio, o insigne Paulo Sandroni (2008, p. 603) pontua que:

Oligopsônio. Tipo de estrutura de mercado em que poucas empresas, de grande porte, são as compradoras de determinada matéria-prima ou produto primário. O oligopsônio pode ter duas formas: 1) um mercado comprador muito concentrado, com poucas e grandes empresas que negociam com muitos pequenos produtores; 2) um mercado consumidor também concentrado e um mercado vendedor também concentrado, com poucos e grandes produtores. Este último caso, também chamado de oligopsônio bilateral, ocorre quando indústrias vendem a indústrias (siderúrgicas e automobilísticas, por exemplo) ou a grandes distribuidores.

## 4 AGÊNCIAS REGULADORAS BRASILEIRAS

Desde o início dos anos 90 o Consenso de Washington, ao defender uma agenda do Estado Mínimo, dominou o pensamento econômico na América Latina até fins de 2008. Especificamente no Brasil, o livre funcionamento dos mercados, com eliminação de regulamentos e intervenções governamentais dominou o Estado e freou os avanços da regulação, sobretudo, quando da criação de Agências Reguladoras.

No imprescindível Dicionário de economia do século XXI, do qual baseamos a exaustão para a elaboração deste texto, não encontramos uma definição específica das palavras regulação, agência reguladora, bem como as siglas das principais agências reguladoras brasileiras no setor de infraestrutura, que são: ANA (Agência Nacional de Águas); ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica); ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações); ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil); ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários); ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres); ANTF (Agência Nacional dos Transportes Ferroviários); ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

As principais funções das agências reguladoras no Brasil são as seguintes: (i) ANA: regular e fiscalizar as empresas de saneamento básico; (ii) ANEEL: regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia; (iii) ANATEL: regular e fiscalizar as telecomunicações; (iv) ANAC: regular e fiscalizar as empresas aéreas; (v) ANTAQ: regular e fiscalizar os portos e os transportes aquaviários; (vi) ANTT: regular e supervisionar o transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e de cargas, além da fiscalização das concessionárias de ferrovias e de rodovias; (vii) ANTF: regular e supervisionar o transporte ferroviário de passageiros e de cargas; (viii) ANP: regular, contratar e fiscalizar a indústria de petróleo, de gás e de biocombustíveis.

As intervenções do Estado na economia capitalista busca o lucro para os capitalistas. O lucro acontecerá na concorrência monopolista. A concepção de um novo papel do Estado passa pelos serviços de regulador do desenvolvimento da economia capitalista.

Na realidade, o papel das Agências Reguladoras no desenvolvimento econômico da economia brasileira é muito importante. Portanto, deve-se ressaltar

maior atenção para as leis que regulamentam as áreas de energia, petróleo, saneamento, telefonia e transporte. Vejamos, nesse pormenor que:

Lei nº. 9.427/1996 – Institui a ANEEL e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.

Lei nº. 9.478/1997 – Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional de Política Energética e a ANP. Esta lei institui a quebra do monopólio do petróleo, mas a Petrobras continua sendo monopolista, de fato, na área de refino.

Lei nº. 10.233/2001 – Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a ANTT, a ANTAQ e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Segundo o economista Gesner Oliveira (nov./2006, p. 40):

(...) as agências têm um papel fundamental na redução do risco regulatório de um país. A ausência de regras claras, estáveis e harmônicas, a politização desses órgãos e o enfraquecimento de suas funções são fatores que inibem os investimentos e, conseqüentemente, o crescimento sustentado do país.

Para Oliveira, presidente da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo): “Uma agência reguladora deve ser órgão de Estado, e não de governo”. Ainda o economista Gesner Oliveira (nov./2006, p. 41), “Em segundo lugar, a atuação da agência deve ser pautada pela máxima transparência e pela sistemática prestação de contas à sociedade”. Em seguida, Oliveira que foi presidente do CADE (nov./2006, p. 41) defende que:

Os reguladores devem se preocupar em criar incentivos à concorrência e trabalhar nesse sentido com as autoridades antitruste, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria Especial de Acompanhamento Econômico (SEAE).

Uma vez mais nos baseamos em Sandroni (2008, p. 105) para dele colher que o:

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Órgão criado em 1962 cuja finalidade é a defesa da concorrência e a vigilância, prevenção e repressão aos abusos do poder econômico, exercendo papel tutelador da prevenção e repressão do mesmo. Foi transformado, em 1994, em autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, tendo suas atribuições previstas na Lei nº. 8.883, de 11 de junho de 1994. O Cade é a última instância, na esfera administrativa, responsável pela decisão final sobre a matéria concorrencial. Assim, após receber os pareceres das duas secretarias (Seae e SDE), o Cade tem a tarefa de julgar os processos. O

órgão desempenha, a princípio, três papéis: a) preventivo; b) repressivo; e c) educativo.

Em reportagem publicada pela Revista Exame, intitulada “O Brasil mudou. O Cade também” constatamos, que o Cade, o principal órgão governamental antitruste do País aplicou recentemente uma multa de 353 milhões de reais a empresa de bebidas AmBev, acusada de agir no mercado para restringir a venda de produtos da concorrente Schincariol. Em setembro de 2005, o Cade multou em 150 milhões de dólares as siderúrgicas Gerdau, Barra Mansa e Belgo-Mineira por formação de cartel na venda de vergalhões de aço.

Para o advogado Marcelo Calliari (12.ago./2009, p. 57), “Essas decisões mostram que os órgãos brasileiros antitruste estão se fortalecendo, e isso é um sinal de que o país está evoluindo nos estágios do capitalismo”. De acordo com o atual presidente do Cade, o advogado Arthur Badin, (12.ago./2009, p. 57), “Funcionamos como zeladores do capitalismo e, para isso, temos de agir para que exista competição, e não deixar que ela seja extinta. (...) A falta de concorrência gera acomodação e, inevitavelmente, leva o aumento de preços para o consumidor”.

Outro órgão de defesa da concorrência muito importante é a SDE. “A SDE é a peça-chave para o avanço do sistema de defesa da concorrência no país”, disse a jornalista Roberta Paduan da Revista Exame na página 58. O Prof. Paulo Sandroni também não cita a SDE como verbete do “Dicionário de Economia do Século XXI”. Fica aqui, todavia, uma sugestão para inclusão desse verbete nas próximas revisões do léxico econômico.

Consultando, uma vez mais, o Anuário Exame de Infraestrutura 2006-2007 (nov./2006, p. 8), encontramos que:

Poucas coisas mudam tanto a vida de um brasileiro (pobre ou rico; instruído ou não) como uma obra de infraestrutura. Fala-se muito nos programas de distribuição de renda como forma de inclusão social. Pois determinadas obras de infraestrutura são muito mais eficazes neste sentido do que o mero repasse de recursos.

É mister, contudo, afirmar que o Brasil encontra-se em 69º lugar no *ranking* de desigualdade social comparando com mais de 180 países do mundo analisados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Conquanto, em pese as desigualdades sociais vigentes nos 5.565 municípios brasileiros de que

dispõe o território nacional, essa poderá ser sensivelmente atenuada com grandes investimentos em infraestrutura.

Para tanto, vejamos que, de acordo com o Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005 (nov./2005, p. 9):

Os investimentos realizados em infraestrutura são os mais caros que o Brasil pode fazer, mas também os mais preciosos e duradouros. Convencionou-se chamar de infraestrutura os setores que desempenham nos países função semelhante à do sistema circulatório, de oxigenar e irrigar as diversas partes do organismo. São eles: energia, petróleo e gás, saneamento básico, telefonia e transportes – áreas nas quais não se pode parar de investir nunca.

Precisamos, contudo, construir mais hidrelétricas, termelétricas a gás natural, parques eólicos, painéis solares, plataformas de petróleo, redes de esgoto, portos, aeroportos, rodovias e ferrovias no País. Sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes contribuições do Estado é uma discussão ampla das características positivas da infraestrutura na economia.

## 5 OS PRINCIPAIS INDICADORES DE INFRAESTRUTURA DO BRASIL E DO MUNDO

Entendemos ser de extrema importância analisar os principais indicadores do setor de infraestrutura do Brasil e do mundo, a fim de se conhecer melhor a situação em que se encontram certas economias. Os dados estatísticos e as informações de qualidade, apresentadas a seguir, foram coletados nos Anuários Exame de Infraestrutura.

Pais	Quantidade de energia produzida*	Participação Mundial	Ranking Mundial
Estados Unidos	4.004	26,0%	1º
China	1.356	8,8%	2º
Japão	1.082	7,0%	3º
Rússia	876	5,7%	4º
Canadá	605	3,9%	5º
Alemanha	567	3,7%	6º
Índia	542	3,5%	7º
França	536	3,5%	8º
Reino Unido	372	2,4%	9º
<b>Brasil</b>	<b>349</b>	<b>2,3%</b>	<b>10º</b>
Demais países	5.090	33,2%	-
Total mundial	15.379	100%	-

**Quadro 2.** Principais produtores de eletricidade do mundo.

**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005.

**Obs.:** (\*) tWh significa Terawatt-hora.

No Quadro 2 observamos que o país mais rico do mundo – os Estados Unidos da América (EUA) – é o maior produtor de eletricidade do mundo, com 4.004 tWh. Em segundo lugar vem à República Popular da China com 8,8% de participação mundial na produção de eletricidade. Recentemente, a China construiu a maior hidrelétrica do mundo, as Três Gargantas. A obra da hidrelétrica de Três Gargantas tem como função principal a geração de energia elétrica, desempenhando um importante papel no desenvolvimento socioeconômico da China.

Hoje, o Brasil tem a segunda maior hidrelétrica do mundo, a famosa Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Em 2008, a Usina de Itaipu atingiu um recorde histórico de produção de energia, com a geração de 94.684.781 megawatts-hora (MWh). Essa usina faz parte da lista das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, elaborada em 1995 pela revista americana Popular Mechanics. O Brasil ocupa décimo lugar na produção mundial de energia com 349 tWh.

Pais	População Atendida	Ranking Mundial
Finlândia	100%	1º
Estados Unidos	100%	2º
Canadá	100%	3º
Turquia	97%	4º
África do Sul	93%	5º
Argentina	89%	6º
México	85%	7º
<b>Brasil</b>	<b>72%</b>	<b>8º</b>
China	69%	9º
Índia	61%	10º

**Quadro 3.** População urbana com acesso a condições sanitárias mínimas.

**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005.

Outro dado que chama a atenção e que me merece de nossa parte algumas ponderações, diz respeito ao acesso da população urbana a condições sanitárias. A compreensão da importância do acesso a condições sanitárias mínimas é fundamental para interpretar os dados estatísticos que consta no Quadro 3, tomado do Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005. No quadro encontramos, por

exemplo, que a Finlândia, os EUA e o Canadá possuem 100% da população urbana com acesso a condições sanitárias mínimas. Tal abordagem corrobora com os apontamentos de que não há dúvidas que grandes investimentos em saneamento básico provocam crescimento econômico e facilitam, por conseguinte, o caminho para o desenvolvimento humano.

No referido Quadro, nota-se que três países membros do BRIC (sigla em inglês de *Brazil, Russia, India and China*) são também analisados: Brasil, China e Índia. A má performance no acesso ao saneamento revela, contudo, os problemas e os desdobramentos posteriores da falta de saúde. No Brasil, como na Índia, a população de mais baixa renda, sofre com o não acesso às condições sanitárias mínimas em pleno desenrolar de século XXI.

País	Malha Ferroviária	Ranking
	(em km)	Mundial
Estados Unidos	228.464	1º
Rússia	87.157	2º
China	70.058	3º
Índia	63.140	4º
Canadá	48.909	5º
Alemanha	46.039	6º
Austrália	44.015	7º
Argentina	34.091	8º
França	32.175	9º
<b>Brasil</b>	<b>29.798</b>	<b>10º</b>

**Quadro 4.** Principais países com malha ferroviária no mundo.  
**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005.

No Quadro 4, observamos outro ponto de destaque: a malha ferroviária. Dos países integrantes do BRIC, conforme destacamos anteriormente nota-se que a Federação Russa, com 87.157 km de ferrovias, ocupa posição proeminente. A China, com 70.058 km de ferrovias e, a Índia, com 63.140 km de ferrovias são dois outros países bem posicionados nesse quesito. Já o Brasil, conta com apenas 29.798 km de malha ferroviária distribuídas nas cinco regiões que formam o país.

É preciso salientar que o capitalismo monopolista instalado na República Federativa do Brasil impede, grosso modo, o forte crescimento das ferrovias. Existem enormes dificuldades em se resolver os problemas existentes do transporte ferroviário. Acresce-se também o fato do monopólio do setor rodoviário que obstaculiza, sobremaneira, o desempenho do setor ferroviário.

Conquanto, entendemos ser fundamental uma definição clara do papel do Estado brasileiro nesse importantíssimo meio de transporte. O Estado deve, assim entendemos, assumir os processos de modernização e ampliação da malha ferroviária num país continental como o Brasil. Para tanto, deve enfrentar o poder do monopólio que domina os interesses rodoviários.

País	Malha Rodoviária	Ranking
	(em km)	Mundial
Estados Unidos	6.406.296	1º
Índia	3.319.644	2º
<b>Brasil</b>	<b>1.744.433</b>	<b>3º</b>
Canadá	1.408.800	4º
China	1.402.698	5º
Japão	1.161.894	6º
França	894.000	7º
Austrália	811.603	8º
Espanha	663.795	9º
Rússia	532.393	10º

**Quadro 5.** Principais países com malha rodoviária no mundo.  
**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005.

No Quadro 5, que cobra a malha rodoviária, observamos que entre os BRICs, a Índia se destaca com 3.319.644 km de rodovias. Em terceiro lugar encontramos o Brasil com 1.744.433 km de rodovias. Já a China apresenta 1.402.698 km de malha rodoviária ocupando o 5º lugar. A Rússia, o maior país do mundo em extensão territorial, tem apenas 532.393 km de rodovias.



O Brasil representa uma gigantesca tentativa do capitalismo monopolista do Estado de evitar uma discussão geral sobre o papel do Estado nas melhorias das rodovias federais e estaduais. É um grande absurdo quando se verifica o elevado número de mortes e de feridos nas péssimas condições apresentadas pelas estradas brasileiras, em sua grande maioria.

Pais	Água Potável	Saneamento
Austrália	100%	100%
Canadá	100%	100%
Estados Unidos	100%	100%
Japão	100%	100%
Rússia	96%	87%
México	81%	77%
<b>Brasil</b>	<b>89%</b>	<b>75%</b>
Índia	86%	30%
China	77%	40%

**Quadro 6.** População das maiores economias com acesso a água potável e a condições adequadas de saneamento.

**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2006-2007.

É indiscutível a importância do acesso a água potável em pleno aquecimento global. Na verdade, a ANA – a principal agência reguladora do Brasil – visto que a água é, indiscutivelmente, o “ouro” do século XXI, pontua que os 6,5 bilhões de habitantes necessitam diariamente de água limpa e pura.

Já a questão do saneamento é outro tema de intensa preocupação. Observando o Quadro 6, cabe destacar que 25% da população brasileira não têm acesso às condições adequadas de saneamento.

Pais	Telefone Fixo (em milhões)	Celular (em milhões)	Total (em milhões)
China	350,4	393,4	743,8
EUA	192,5	201,6	394,1
Rússia	40,1	120,0	160,1
Japão	58,7	94,7	153,4
Alemanha	55,0	79,2	134,2
<b>Brasil</b>	<b>42,3</b>	<b>91,7</b>	<b>134,0</b>
Índia	48,8	76,0	124,8
Itália	25,0	71,5	96,5
Reino Unido	33,7	61,0	94,7
França	35,7	48,0	83,7

**Quadro 7.** Os 10 maiores mercados de telefones do mundo.  
**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2006-2007.

A China, nesse pormenor, aparece como a líder mundial no mercado de telefones. Na República Popular da China são 743,8 milhões de telefones, sendo 350,4 milhões de telefones fixos e 393,4 milhões de celulares.

Observamos, ainda, no Quadro 7, que o Brasil tem 42,3 milhões de telefones fixos e 91,7 milhões de celulares. Com a privatização do setor de telecomunicações e a regulamentação através da ANATEL, o número de telefones fixos e, sobretudo, de celulares, cresceu muito desde 1998.

País	Produção	Ranking	Consumo	Ranking
Arábia Saudita	9.475.000	1º	1.845.000	14º
Rússia	9.400.000	2º	2.500.000	6º
Estados Unidos	7.610.000	3º	20.730.000	1º
Irã	3.979.000	4º	1.510.000	17º
China	3.631.000	5º	6.634.000	3º
México	3.420.000	6º	1.970.000	11º
Noruega	3.220.000	7º	244.300	46º
Canadá	3.135.000	8º	2.294.000	8º
União Européia	3.115.000	9º	14.680.000	2º
Venezuela	3.081.000	10º	560.000	26º
Emirados Árabes Unidos	2.640.000	11º	400.000	32º
Nigéria	2.451.000	12º	290.000	39º
Kuwait	2.418.000	13º	335.000	36º
Iraque	2.130.000	14º	377.000	33º
Reino Unido	2.075.000	15º	1.827.000	14º
Líbia	1.720.000	16º	237.000	48º
Angola	1.600.000	17º	48.000	94º
<b>Brasil</b>	<b>1.590.000</b>	<b>18º</b>	<b>2.100.000</b>	<b>10º</b>
Argélia	1.373.000	19º	233.000	50º
Cazaquistão	1.300.000	20º	222.000	53º
Indonésia	1.136.000	21º	1.168.000	17º
Catar	790.000	22º	80.000	80º
Índia	785.000	23º	2.450.000	7º
Malásia	770.000	24º	515.000	27º
Argentina	745.000	25º	470.000	29º
Omã	740.000	26º	60.000	89º
Egito	700.000	27º	590.000	25º
Austrália	630.000	28º	877.300	21º
Colômbia	512.400	29º	269.000	43º
Equador	493.200	30º	148.000	64º

**Quadro 8.** Indicadores mundiais do setor petrolífero em barris por dia.

**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2007-2008.

**Obs.:** Dados de 16/08/2007.

No Quadro 8, observamos a influência mundial no setor petrolífero dos 12 países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), que são: Arábia Saudita, Irã, Venezuela, Emirados Árabes Unidos, Nigéria, Kuwait, Iraque, Líbia, Angola, Argélia, Catar e Equador. A OPEP, certamente, é o exemplo mais vivo e conhecido do que representa a constituição de um cartel. A missão da OPEP é coordenar e unificar as políticas de petróleo desses 12 países membros, visando assegurar a estabilização de mercados de petróleo para afiançar uma provisão eficiente, econômica e regular desse produto junto aos consumidores, além de prover uma renda fixa para os produtores e um retorno justo em capital para esses países que investem na indústria de petróleo.

Atualmente, o Brasil é auto-suficiente em petróleo e possui uma das maiores reservas desse produto do mundo. A estatal Petrobras é a maior empresa do Brasil.

A estatal BR Petrobras é a maior companhia distribuidora de combustíveis no País. Constatamos que o Brasil está produzindo mais petróleo que três fortes países membros da OPEP: Argélia, Catar e Equador. Nesse sentido, o Brasil tem produzido 1,590 milhões de barris de petróleo por dia.

As relações comerciais do País com os países árabes, a pujança da Petrobras e, sobretudo, as descobertas realizadas na província petrolífera “Pré-Sal”, fez o governo Lula pensar na possibilidade de cogitar o ingresso do Brasil no cartel que é a OPEP, tal qual fez Angola, em 2007. É preciso, no entanto, refletir muito sobre tal possibilidade, pois isso implica em tratativas de amplitude que ainda desconhecemos, pois nos faltam argumentos para uma efetiva opinião a esse respeito.

País	Milhões de pessoas	Ranking
EUA	209	1º
China	123	2º
Japão	86	3º
Alemanha	51	4º
Índia	40	5º
Reino Unido	38	6º
Coreia do Sul	34	7º
Itália	31	8º
França	30	9º
<b>Brasil</b>	<b>19</b>	<b>10º</b>

**Quadro 9.** *Ranking* mundial de acesso à Internet.  
**Fonte:** Anuário Exame de Infraestrutura 2007-2008.

No século XXI a produção do conhecimento mundial tem sido largamente divulgada pela rede Internet. Aqueles que têm o acesso facilitado obtêm boas vantagens a esse conhecimento. Lideram folgadoamente à frente esse acesso os

EUA, de acordo com o que está referenciado no Quadro 9. Em números absolutos, isso representa o que segue: 209 milhões de americanos acessando *sites*, *blogs*, *Orkuts*, *twitters*, *MSNs* e *e-mails* diariamente.

Na segunda posição vem a China, com apenas 123 milhões de usuários conectados à Internet, num universo de 1,3 bilhão de chineses. O baixíssimo contingente de chineses com acesso à rede Internet nas escolas, universidades, cybercafés e locais públicos são de inteira responsabilidade do Partido Comunista Chinês. Segundo a maior agência internacional de notícias e multimídia do mundo, a Reuters (14.ago./2009):

O governo da China usa os controles sobre a internet para prevenir o acesso de seus cidadãos a informações online que considera licenciosas ou politicamente delicadas, além de controlar tendências potencialmente desestabilizadoras, como um nacionalismo fervoroso.

No Brasil, o acesso à rede Internet é livre, porém, não é sempre gratuito. De acordo com os dados que constam no Quadro 9, são apenas 19 milhões de pessoas com acesso à Internet, num contingente populacional de mais de 193 milhões de brasileiros.

Todavia, esforços têm sido empreendidos pelo governo federal na atual administração Lula. Para isso, Administração Federal criou o “Programa Farol Digital”, que facilita o acesso à Internet. Algumas prefeituras, como exemplo a de João Pessoa, no estado da Paraíba, implantou o “Jampa Digital”, que promove à inclusão digital. Entretanto, precisamos que todas instituições públicas e privadas do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior sejam “capacitadas” ao acesso amplo, gratuito, rápido e irrestrito à rede mundial de computadores.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reflexão aqui insurgida sobre o papel do Estado na economia capitalista pretendeu destacar, grosso modo, a imprescindível necessidade de garantir a livre concorrência, conforme reza o Art. 170 da Constituição Federal brasileira de 1988.

Destarte, longe de sermos enfadonho e de tornarmos o presente trabalho cansativo, em rápidas palavras, a título de considerações finais, temos a dizer que pela livre concorrência, praticada em sua plenitude, concluímos que poderemos

alçar voos maiores, caso a intenção seja, de fato, pontuar a efetiva e adequada participação do Estado nos processos que levam a intervenção desse em economias do tipo capitalista. Qualquer conotação contrária a esse, se resguarda ao direito de ver malograr os esforços de se construir um país com dinamismo próprio.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Yolanda V. **Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro**. Disponível em [www.eumed.net/libros](http://www.eumed.net/libros). Acesso em 28. ago. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 20ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1998.

EXAME, Revista. **Anuário Exame de Infraestrutura 2004-2005**. São Paulo: Abril, nov./2005.

\_\_\_\_\_. **Anuário Exame de Infraestrutura 2006-2007**. São Paulo: Abril, nov./2006.

\_\_\_\_\_. **Anuário Exame de Infraestrutura 2007-2008**. São Paulo: Abril, nov./2007.

\_\_\_\_\_. **Anuário Exame de Infraestrutura 2008-2009**. São Paulo: Abril, dez./2008.

\_\_\_\_\_. **O Brasil mudou. O Cade também**. Ed. 949, Ano 43, São Paulo: Abril, 12. ago. 2009, p. 56-59.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PINTO, Aníbal; et al. **Curso de Economia**. 8ª ed. Rio de Janeiro: UNILIVROS, 1980.

REUTERS. **China recua oficialmente em planos de filtro para Internet**. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/internetNews/idBRSPE57D0KC20090814>. Acesso em 28. ago. 2009.

ROCHA, Edgar Aquino. **Princípios de Economia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Os Economistas. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

## Reflexões sobre os 220 anos de Adam Smith

Paulo Galvão Júnior<sup>11</sup>

Hoje faz 220 anos da morte do Pai da Economia. O grande filósofo e economista escocês Adam Smith morreu em 17 de julho de 1790, aos 67 anos de idade, na cidade de Edimburgo, na Escócia.

Com o célebre livro *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações), publicado em 09 de março de 1776, Adam Smith tornou-se um dos economistas mais importantes do mundo.

Nós, os economistas, aprendemos com Smith sobre a divisão do trabalho. Smith usou o famoso exemplo dos trabalhadores em uma pequena fábrica de alfinetes para descrever os benefícios criados pela divisão do trabalho. Eram 18 tarefas que cabiam até a elaboração de um simples alfinete. Com Smith entendemos a origem e o uso do dinheiro. Com Smith compreendemos os conceitos de preço real, preço nominal e preço natural das mercadorias, como também, as noções sobre os salários do trabalho, os lucros do capital e a renda da terra.

Em plena Revolução Industrial, Adam Smith defendeu que toda intervenção do Estado na economia capitalista é completamente condenável. No final do século XVIII, Smith procurou a resposta para uma pergunta bastante atual: Por que alguns países são ricos, e outros não?

Se definirmos como Adam Smith, a palavra “riqueza”, preliminarmente, entenderemos que a riqueza de um país depende da acumulação de capital. Pois, a acumulação de capital leva ao crescimento econômico. Para Smith, no entanto, o ponto principal que causa o crescimento econômico é a especialização e a divisão do trabalho.

Smith sustenta que a riqueza de uma nação depende da produtividade do trabalho e da proporção de trabalhadores que se empregam de maneira produtiva. De acordo com o Livro Primeiro, Capítulo I, do Volume I de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1983, p. 43):

---

<sup>11</sup>Economista brasileiro e especialista em Gestão de RH. Autor do Livro Digital de Economia intitulado RBCAI.



Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas.

Adam Smith dividiu o capital entre fixo e flutuante. Dividiu também o trabalho entre produtivo e improdutivo. O cidadão comum ao procurar o seu próprio interesse (*self-interest*), automaticamente promove o interesse da sociedade em geral. Conforme Smith (1983, p. 50):

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhe falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.

Assim acreditava que a iniciativa privada deveria agir livremente. Enfatizamos que os atuais economistas quando estudantes foram encaminhados em sala de aula a estudar as ideias de Smith. Todos já ouviram ou leram sobre a mão invisível, a divisão do trabalho, a livre concorrência, a acumulação de capital ou a propensão do homem à troca. Adam Smith, na segunda metade do século XVIII, esclareceu os significados de valor de uso, valor de troca e valor natural, como também, de demanda efetiva e demanda absoluta.

Segundo o Prof. do Departamento de Economia da FAC-FITO (Faculdade de Ciências da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco), o economista Marcus Eduardo de Oliveira (2010, p. 22), em seu livro digital intitulado *Pensando como um Economista: Síntese de Reflexões*:

O VALOR DE USO de um bem está ligado à sua utilidade. O VALOR DE TROCA se baseia na capacidade de seu detentor obter outros bens no mercado. Para Smith, não há necessariamente uma relação entre valor de uso e valor de troca. Usando o Paradoxo da Água e do Diamante ele ressalta: A água é útil, portanto, tem valor de uso, no entanto, não tem valor de troca. Já o diamante, não tem valor de uso, mas com ele se pode obter muitas outras coisas em troca. O valor de troca de um produto é essencialmente definido pela quantidade de trabalho necessário para sua realização.

Para Smith (1983, p. 65): “Sempre e em toda parte valeu este princípio: é caro o que é difícil de se conseguir, ou aquilo que custa muito trabalho para adquirir, e é barato aquilo que pode ser conseguido facilmente ou com muito pouco trabalho”. Em sua teoria do valor-trabalho, Smith admitiu que o trabalho constituía a única base reguladora do valor. Uma teoria que explicava o nível geral dos preços. Smith (1983, p. 93-94) disse: “O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu salário deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção.

Destacamos que após uma estada de dois anos na França, entre 1764 e 1766, Smith realizou inúmeros contatos com os fisiocratas franceses e leu as suas principais obras. Os livros como *Tableau Économique* (Quadro Econômico) de Quesnay, e os pensamentos fisiocráticos como o direito à propriedade privada influenciaram Adam Smith.

Os fisiocratas franceses Quesnay, Turgot, Mirabeau e Du Pont eram os grandes defensores da mais ampla liberdade econômica e propagavam em pleno século XVIII: “*laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même*” (deixar fazer, deixar passar, o mundo caminha por ele mesmo). Entre 1750 e 1780, os fisiocratas liderados por François Quesnay ligavam a ideia de riqueza à terra, já Adam Smith considerava o trabalho, como a causa da riqueza. Para os fisiocratas a origem da riqueza está na agricultura. O Estado devia seguir uma política de *laissez-faire*. Surge com Smith e, na continuidade com os demais economistas clássicos, as ideias dos fisiocratas sobre a riqueza são refutadas.

As viagens a Suíça e, sobretudo, as reflexões com Voltaire influenciaram no pensamento de Smith. Quando ele voltou à Escócia, intensificou os capítulos do famoso livro *A Riqueza das Nações*, que lhe custou dez anos de pesquisa em sua biblioteca particular de mais de três mil volumes.

Adam Smith entendeu a importância da livre-concorrência para o desenvolvimento do capitalismo, porém com regras e leis claras, como por exemplo, para o comércio exterior. Em 1773, viaja para Londres e recebe o título de *Fellow* da *Royal Society of London*, e em 1776, na capital da Grã-Bretanha, termina e publica a sua obra-prima *A Riqueza das Nações*.

Num artigo digital intitulado *Grandes Economistas VIII: Adam Smith e a riqueza das nações*, o economista e vice-diretor da Faculdade de Economia da FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), Prof. Luiz Alberto Machado, enfatiza que:

Por isso, muito do que se fala ou se escreve a respeito de Smith e de outros grandes pensadores não é exatamente o que eles pensaram ou escreveram, mas sim a interpretação, nem sempre precisa, de uma terceira pessoa. Daí a recomendação, contida também na introdução já mencionada de Winston Fritsch, de que 'no estudo da história do pensamento econômico, nada substitui o original'.

Em seguida, o Prof. Luiz Machado comenta que:

O número de ideias extraordinárias contidas em A riqueza das nações é enorme. Dividido em 5 partes (ou livros) a obra começa pelo entendimento do funcionamento da economia (livros 1 a 3) para depois apresentar reflexões sobre a economia (livros 4 e 5), incluindo no livro 5 uma discussão acerca do papel do Estado na economia.

Estima-se que Adam Smith nasceu em 05 de junho de 1723, em Kirkcaldy, uma pequena cidade portuária no Mar do Norte, no Condado de Fife, na Escócia. Smith foi o grande defensor da plena liberdade de concorrência e contra qualquer tipo de monopólio. Para Smith as leis naturais do mercado são importantes para o crescimento econômico, sem a intervenção do Estado. Para Smith o Estado se limitava às funções públicas de manutenção da ordem, da propriedade privada e da Justiça.

Adam Smith criticou os pensamentos protecionistas e alfandegários dos economistas mercantilistas como Thomas Mun e Antoine de Montchrestien. O termo "Mercantilismo" foi criado por Smith em 1776, a partir da palavra latina *mercari*, que significa "gerir um comércio" de mercadorias. Smith defendeu a liberdade do comércio internacional. Essa força do mercado livre (*free market*) ficou conhecida como a mão invisível (*invisible hand*). Em toda A Riqueza das Nações, há apenas duas vezes a menção sobre a mão invisível.

Mas, Adam Smith fracassou ou triunfou? Adam Smith estava equivocado ou correto? O que dizer de Smith em plena crise econômica mundial? O que Smith pregaria para países desenvolvidos como os Estados Unidos e a Espanha que enfrentam o desemprego elevado e o déficit fiscal muito alto? Para outro grande economista britânico, John Maynard Keynes (1883-1946), o Estado tem que estimular a economia capitalista quando os agentes econômicos privados se recusarem a fazê-lo em curto prazo.

Segundo a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), nos Estados Unidos, a taxa de desemprego foi de 9,7% da PEA

(População Economicamente Ativa) em maio de 2010. Já na Espanha, a taxa de desemprego foi de 19,9% da PEA. O déficit fiscal da Espanha foi 11,2% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2009. Desde setembro de 2008, vários desempregados espanhóis pedem esmola nas ruas (*Tengo Hambre!*). O desemprego atinge quatro milhões de trabalhadores.

Segundo Smith: "A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes". No Capítulo XI, do Livro Primeiro, de *A Riqueza das Nações*, Smith (1983, p. 193) aborda os países ibéricos:

Espanha e Portugal, ao contrário, parece haverem retrocedido. Entretanto, Portugal representa uma parte mínima da Europa, e o declínio da Espanha talvez não seja tão grande quanto geralmente se imagina. No início do século XVI, a Espanha era um país muito pobre, mesmo em comparação com a França, que tanto evoluiu desde essa época. O imperador Carlos V, que com tanta frequência viajava pelos dois países, fez a conhecida observação de que na França tudo se encontrava com fartura, ao passo que na Espanha havia falta de tudo.

Adam Smith é leitura importante em ano de Eleições Diretas no Brasil. Recentemente, o jornalista Guzzo, da conceituada revista *Veja*, escreveu um artigo intitulado *Para o bem de todos*, no qual aborda o famoso economista escocês (07.julho/2010, p. 142):

(...) Adam Smith – ele mesmo, no capítulo X do primeiro livro de *A Riqueza das Nações*, a obra de 1776 que funciona como uma espécie de marco zero para o entendimento do capitalismo. Ali se sustenta que a busca do lucro através da iniciativa individual é a mais possante força de transformação ao alcance dos seres humanos; é dela que vem, no fim das contas, a criação das riquezas e, como resultado de sua inevitável distribuição, o progresso, a libertação das pessoas e o avanço do bem-estar comum.

Para Smith o trabalho é única fonte de riqueza e defende o livre jogo dos mecanismos naturais da lei da oferta e da demanda. Citando novamente o jornalista Guzzo (07.julho/2010, p. 142), "Sabia que a procura da riqueza mudava o mundo para melhor, mas não tornava os ricos mais virtuosos ou bem-intencionados – e nem era preciso, pois o seu valor para a sociedade não está nas virtudes ou intenções que têm, e sim no efeitos dos atos que praticam".

Adam Smith (1983, p. 194) no Volume I da obra *A Riqueza das Nações* cita várias vezes a maior e mais rica colônia portuguesa do século XVIII, o Brasil:

A Nova Granada, o Iucatã, o Paraguai e os Brasis, antes de serem descobertos pelos europeus, eram habitados por nações selvagens, que não possuíam nem artes nem agricultura. Entrementes, todos esses países já evoluíram muito sob este aspecto.

Mestre Smith, graças à divisão do trabalho e à especialização, atualmente, o Brasil é uma das maiores potências agrícolas do mundo. De acordo com a Revista Exame, na edição de Melhores e Maiores 2010 (julho/2010, p. 129-130):

Graças ao potencial de crescimento de algumas áreas do agronegócio e do papel estratégico do Brasil como grande fornecedor mundial de commodities agrícolas (de acordo com um relatório recente da ONU, o país será o maior produtor de alimentos e energia renovável do mundo até 2012), o movimento de fusões e aquisições deve manter um ritmo acelerado.

Adam Smith (1983, p. 198) chama atenção para o altíssimo valor da importação de Portugal (na época, a metrópole) das riquezas do Brasil (naquela época, a colônia):

Informa-nos também que, se avaliássemos a quantidade de ouro anualmente importada dos Brasis para Lisboa com base na soma total dos impostos pagos ao rei de Portugal – que parece ser 1/5 do metal-padrão – poderíamos avaliá-la em 18 milhões de cruzados, isto é, 45 milhões de libras francesas, equivalendo mais ou menos a 2 milhões de libras esterlinas.

Mestre Smith, graças à livre concorrência e à liberdade de comércio internacional, hoje, o Brasil (ex-colônia) é sete vezes mais rico do que Portugal (ex-metrópole). O Brasil é a oitava economia do mundo, com o PIB nominal de US\$ 1,481 trilhão em 2009, segundo o Fundo Monetário Internacional(FMI).

A visão portuguesa era administrar a colônia para gerar riquezas para a metrópole, através do regime de monopólio comercial. Para Smith (1983, p. 201):

Uma vez computadas todas as despesas, ao que parece, a quantidade total de ouro não pode, no mercado espanhol, ser vendida com tanta vantagem como a quantidade total de prata. Com efeito, o imposto do rei de Portugal sobre o ouro dos Brasis é o mesmo que o antigo imposto do rei da Espanha sobre a prata do México e do Peru, ou seja, 1/5 do metal-padrão.

Uma nova citação do Brasil colonial por Smith (1983, p. 314):

Tenham as mercadorias sido compradas com o ouro do Brasil ou com a prata do Peru, esse ouro e essa prata, como o fumo da Virgínia, devem,

por sua vez, ter sido comprados com um produto interno do país ou com alguma outra coisa anteriormente comprada com produtos do país.

Smith de novo citou o Brasil colonial (1983, p. 364):

Quando a quantidade de ouro e prata importada em um país supera a demanda efetiva, não há vigilância ou controle do Governo que consiga impedir sua exploração. Nem mesmo todas as leis sanguinárias da Espanha e de Portugal são capazes de evitar a evasão do ouro e da prata excelentes desses países. As contínuas importações, feitas do Peru e do Brasil, ultrapassam a demanda efetiva da Espanha e Portugal, fazendo com que o preço desses metais naquelas países desça abaixo do vigente nos países vizinhos.

Com seus princípios liberais livre-cambistas, outra citação de Smith (1983, p. 407) do Brasil:

Sem dúvida, seria mais vantajoso para a Inglaterra se ela pudesse comprar os vinhos da França com suas próprias ferragens e tecidos grosseiros do que com o fumo da Virgínia ou com o ouro e prata do Brasil e do Peru. Um comércio exterior direto de bens de consumo sempre traz vantagem maior do que um comércio indireto.

Hoje, salientamos que a pujança da economia brasileira é visível, mas a participação do Brasil no comércio mundial foi de apenas 1,2% em 2007, segundo dados da OMC (Organização Mundial do Comércio).

No Volume II de *A Riqueza das Nações*, Adam Smith (1983, p. 41) expôs que: “Portugal recebe anualmente do Brasil quantidade de ouro superior àquela que pode utilizar em seu comércio interno, seja em forma de moeda ou de baixelas de ouro ou prata”. Posteriormente, Smith (1983, p. 41) comentou:

O Sr. Baretto foi informado de que o pacote traz à Inglaterra, uma semana por outra, mais de 50 mil libras de ouro. Essa soma provavelmente foi exagerada. Ela corresponderia provavelmente a mais de 2,6 milhões de libras por ano, o que supera o que o Brasil supostamente fornece.

Aqui novamente retorna-se a questão em torno das colônias, Adam Smith (1983, p. 58) relatou que:

Depois das colônias dos espanhóis, a dos portugueses no Brasil é a mais velha colônia de qualquer nação europeia na América. Entretanto, uma vez que durante longo período depois da primeira descoberta não se encontraram no Brasil minas de ouro nem de prata, e pelo fato de, em razão disso, ela proporcionar pouca ou nenhuma renda à Coroa, a colônia

foi por muito tempo bastante negligenciada; e, durante esse tempo de incúria, ela se desenvolveu, tornando-se uma colônia grande e poderosa. Durante o período em que Portugal estava sob o domínio da Espanha, o Brasil foi atacado pelos holandeses, que tomaram posse de sete das catorze províncias em que estava dividido.

Adam Smith distinguiu os artigos de necessidade ou artigos de luxo. Adam Smith (1983, p. 164) enfatizou que: “Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos”.

Smith (1983, p. 216) enfatizou também que:

O Estado pode impor à quase totalidade da população a obrigatoriedade de adquirir tais elementos mais essenciais da educação, obrigando cada um a submeter-se a um exame ou período de experiência em relação aos menos, antes que ele possa obter a liberdade em qualquer cooperação ou poder exercer qualquer atividade, seja em uma aldeia, seja em uma cidade corporativa.

Adam Smith teve uma preocupação muito grande com a educação. Como Professor de Filosofia Moral e posteriormente Reitor da Universidade de Glasgow, capital da Escócia (lá existe uma estátua dele), defendeu a liberdade de pensamento.

Citando novamente o Prof. Luiz Machado:

No livro 5 da Riqueza das Nações, ele discutiu as três funções básicas nas quais o exercício da autoridade política é imprescindível –segurança externa, administração da justiça e provisão de bens públicos – e defendeu, ainda, uma maior participação do setor público na educação popular, com o intuito de compensar, ao menos parcialmente, o empobrecimento existencial, ético e intelectual ("alienação") provocado pela crescente especialização das funções fabris mediante a divisão interna do trabalho.

Mestre Smith, segundo a Revista Exame, na edição de Melhores e Maiores 2010 (julho/2010, p. 42), “O Brasil apresenta os piores rendimentos nas provas do Programa Internacional de Avaliação (Pisa), que mede a qualidade do ensino em 57 países”. O Brasil no *ranking* encontra-se no 54º lugar em Matemática, em Ciências na 52ª posição e em Leitura na 49ª colocação.

Nos dias de hoje, quais são os leitores de Adam Smith? Em 17 de julho de 2010 temos que ler Adam Smith! Com certeza absoluta, o(a) leitor(a) encontrará um exemplar para leitura na biblioteca de uma universidade particular ou pública que oferece o Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

No Capítulo III do Volume II do célebre livro *A Riqueza das Nações*, Smith (1983, p. 324) relatou que:

A população ressepte-se imediatamente, com intensidade maior ou menor, de cada novo imposto. Este sempre desperta comentários e encontra alguma oposição. Quanto mais se tiver multiplicado os impostos, quando mais altos tiverem sido sobre cada item de taxaço, tanto mais alto a população gritará contra cada novo imposto, tanto mais difícil se tornará encontrar novos itens a serem tributados, ou então aumentar muito os tributos antigos.

Mestre Smith, a carga tributária brasileira foi de 34,7% do PIB em 2009, de acordo com os dados da Receita Federal. A taxa de desemprego no Brasil, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi de 8,1% da PEA em 2009. Enfatizo que, com menor carga tributária, maior geração de emprego nas cinco regiões do País.

Qual foi o grande legado de Adam Smith? Ele influenciou diretamente economistas como Milton Friedman (1912-2006) e não economistas como Frederick Winslow Taylor (1856-1955) no estudo e na prática da Economia. O segundo formulou os seus princípios da Administração Científica adotando a divisão do trabalho, a especialização, a capacitação para passar de um tipo de trabalho para outro, como também, as preocupações com as tarefas para evitar o tempo parado desnecessário. O primeiro advogou com o pensamento do *laissez-faire*, do liberalismo econômico e da redução das funções do Estado frente ao domínio do mercado livre, com suas recomendações monetaristas.

O filósofo e economista alemão Karl Marx foi um dos maiores críticos do filósofo e economista escocês Adam Smith. Marx, em pleno século XIX, faz uma ácida crítica a ideia da divisão do trabalho, pois, para os preceitos marxistas, essa divisão, à medida que, de fato, leva ao crescimento da economia, torna a mão de obra totalmente descartável. O homem seria, nesse caso, facilmente trocável. Marx chama isso de “apêndice de carne humana”. O homem seria um simples apêndice da máquina. Com isso, Marx condena radicalmente a divisão do trabalho por “reduzir” a atividade operária e torná-la facilmente substituível; embora, reconheça que essa divisão proporciona o crescimento econômico.

Adam Smith figura nas atuais notas de £ 20 (vinte libras esterlinas) do Reino Unido. A libra esterlina é considerada atualmente como a mais valorizada das



moedas, superando o dólar americano e o euro. Adam Smith (1983, p. 261) no Volume I enfatizou que:

Toda pessoa que tem um crédito de tal gênero, com um desses bancos, e, por exemplo, toma dele um empréstimo de 1000 libras, pode reembolsar esta soma gradualmente em prestações, em 20 e 30 libras por vez, sendo que o banco desconta uma parte proporcional dos juros da soma total desde o dia em que cada parcela é paga, até que o pagamento total seja reembolsado.

Há exatos 220 anos, Adam Smith era vítima de uma grave doença. Em Edimburgo, o Pai do Liberalismo Econômico, foi cremado e sepultado. O grande iluminista escocês morreu um ano e três dias depois do início oficial da Revolução Francesa.

Enfatizamos que a visão de Smith como economista clássico era de confiança no desenvolvimento da economia capitalista, principalmente, se os países adotassem as medidas econômicas para promover a riqueza de uma nação. Enfim, para Smith, “Nenhuma sociedade pode florescer e ser feliz se a maioria dos seus membros é pobre e miserável”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EXAME, Revista. **Melhores e Maiores 2010**. As 1000 maiores empresas do Brasil. 37ª Edição. São Paulo: Editora Abril, julho/2010.

GUZZO, J. R. **Para o bem de todos**. Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, edição 2.172, ano 43, nº. 27, de 07 de julho de 2010, p. 142.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Volume I. Introdução de Edwin Cannan. Apresentação de Winston Fritsh. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **A Riqueza das Nações**: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Volume II. Introdução de Edwin Cannan. Apresentação de Winston Fritsh. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983, (Os Economistas).

## REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

DE OLIVEIRA, Marcus Eduardo. **Pensando como um Economista**: Síntese de Reflexões. Disponível em: [http://www.oeconomista.com.br/arquivos/pensando\\_como\\_um\\_economista.pdf](http://www.oeconomista.com.br/arquivos/pensando_como_um_economista.pdf). Acesso em 17 de julho de 2010.

MACHADO, Luiz Alberto. **Grandes Economistas VIII**: Adam Smith e a riqueza das nações. Disponível

em:[http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=840&Itemid=114](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=840&Itemid=114). Acesso em 17 de julho de 2010.

**Obs.:** *Meus sinceros agradecimentos pela revisão aos Professores Luiz Alberto Machado (FAAP) e Marcus Eduardo de Oliveira (FAC-FITO).*

## A Classe D no Brasil

Paulo Galvão Júnior<sup>12</sup>

Meu novo artigo de Economia tem como finalidade ressaltar a importância das famílias brasileiras que fazem parte da Classe D.

Segundo dados de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Classe D no Brasil tem um contingente formado por 44,4 milhões de brasileiros, isso corresponde quase à população total da Espanha, com 44,9 milhões de habitantes.

Os cidadãos da Classe D estão aptos e dispostos a comprar bens e serviços de consumo. Entretanto, existem empresas privadas que ainda não colocaram a Classe D em suas metas, porque estão focadas na Classe C.

Mas a empresa privada que aposta no futuro com resultado azul tem que prever os rumos das pessoas que compõem esta Classe Econômica. Por exemplo, a Classe D vai responder por 33% de todos os computadores que serão vendidos no Brasil em 2010. A Classe D está chamando cada vez mais à atenção de empresas de telecomunicações, devido às projeções de aumento significativo no acesso à internet.

A Classe D no Brasil é importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento humano do País. Atualmente, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é de US\$ 1,4 trilhão em 2009. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil é de 0,813 em 2007.

Os consumidores da Classe D estão ansiosos para consumir, para comprar bens como televisores, geladeiras, freezers, fogões, DVDs, computadores, *notebooks*, celulares, carros e motos, como também, para pagar serviços de plano de saúde, de plano odontológico, de educação privada, de escola de idiomas e de informática, como também, serviços de turismo.

A pesquisa intitulada A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres, da Fundação Getulio Vargas (FGV), que tomou como base os dados da PNAD do IBGE, aborda aspectos das cinco Classes Econômicas no Brasil.

---

<sup>12</sup>Economista brasileiro e especialista em Gestão de RH. Autor do Livro Digital de Economia intitulado RBCAI.

O estudo foi coordenado pelo economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais (CPS) da FGV. Nesta pesquisa observamos claramente o contingente populacional das Classes Econômicas (A, B, C, D e E) no Brasil entre 2003 e 2009.

Hoje, destacamos a mobilidade das Classes Econômicas e as oportunidades de negócios com as Classes C e D, sobretudo a classe emergente D.

Classe Econômica	Contingente Populacional (2003)	Participação Anual (2003)	Contingente Populacional (2009)	Participação Anual (2009)	Diferença Populacional (2009-2003)
<b>Brasil</b>	<b>175.398.020</b>	<b>100%</b>	<b>188.194.383</b>	<b>100%</b>	<b>12.796.363</b>
Classe A	6.345.080	3,6%	9.598.716	5,1%	3.253.636
Classe B	6.977.329	4,0%	10.369.023	5,5%	3.391.694
Classe C	65.871.283	37,6%	94.934.828	50,5%	29.063.545
<b>Classe D</b>	<b>46.884.477</b>	<b>26,7%</b>	<b>44.453.034</b>	<b>23,6%</b>	<b>-2.431.443</b>
Classe E	49.319.851	28,1%	28.838.782	15,3%	-20.481.069

**Quadro 1.** As Classes Econômicas no Brasil entre 2003 e 2009.

**Fonte:** CPS/FGV a partir dos dados da PNAD/IBGE.

De acordo com a FGV, em 2009, a chamada Elite, Classe A, com renda familiar mensal acima de R\$ 6.329, apresentava 9,5 milhões de brasileiros, ou seja, 5,1% da população brasileira.

Ascenderam à classe dos mais ricos 3,2 milhões de brasileiros nesses últimos seis anos, cujo número registrado em 2003 foi de 6,3 milhões de pessoas, ou seja, 3,6% da população total.

A Classe B, com renda familiar de R\$ 4.854 até R\$ 6.329 mensais, corresponde 10,3 milhões de brasileiros, ou seja, 5,5% da população do Brasil no ano de 2009. As Classes A e B juntas têm 19,9 milhões de brasileiros, ou seja, as elites econômicas representam 10,6% da população.

O número de pessoas que pertencem a Classe C totalizava 65,8 milhões em 2003. As pessoas da Classe C, com renda familiar de R\$ 1.126 até R\$ 4.854 por mês, passaram de 37,6% para 50,5% da população brasileira, totalizando 94,9 milhões de pessoas em 2009.

No período de 2003 a 2009, 22,9 milhões de pessoas deixaram as Classes E e D e ingressaram na Classe C, a classe média no Brasil.

Houve uma redução significativa no número de pessoas pertencentes às Classes E e D. Na Classe D houve uma redução de 2,4 milhões de pessoas enquanto que na Classe E foi de 20,5 milhões de pessoas. Pela metodologia da FGV, as pessoas pertencentes à Classe E são classificadas como pobres.

Destacando novamente, que em 2009, haviam 44,4 milhões de pessoas pertencendo à Classe D no Brasil. Em 2009, 61,1% dos brasileiros estão no rol dos consumidores das Classes A, B e C, segundo dados da FGV.

A Classe E era de 28,1% em 2003 e caiu para 15,3% da população total. Já a Classe D no Brasil era 26,7% em 2003, caindo para 23,6% em 2009. Isto se deve à maior capacidade de compra, ocasionada pelo aumento real do salário mínimo, pelos programas de distribuição de renda como o Programa Bolsa Família e pelo acesso ao crédito.

Já à Classe C, juntamente com a Classe D, passaram a consumir itens que eram próprios aos mais ricos, como computadores, eletrodomésticos e automóveis (no ano passado, a indústria brasileira comercializou três milhões de automóveis).

É preciso enfatizar que a partir de 01 de julho de 1994, com a implantação do Plano Real, podemos explicar a estabilidade econômica vigente no Brasil, que foi obtido com o controle da inflação e fortaleceu as Classes C e D, que passaram a ter acesso a bens de consumo, no qual há 16 anos atrás não tinham.

Neste período tivemos um aumento na geração de emprego, o que afeta diretamente na renda da população. Além disso, tanto o salário mínimo, quanto a média salarial cresceu acima da inflação no período de 2003 a 2009.

É preciso destacar a queda do número de pessoas da Classe D no País, foi de 2,4 milhões, passando de 46,8 milhões de pessoas em 2003 para 44,4 milhões em 2009. Estas pessoas, em sua maioria, migraram para a Classe Econômica C.

A possibilidade de financiamento em diversas parcelas, em uma economia com baixa taxa de inflação, compõe um cenário propício ao crescimento econômico, refletido na aquisição de bens de consumo a que grande parte da população não

tinha acesso. A oferta de crédito hoje é muito grande e quase todos podem ter um cartão de crédito compatível com sua renda.

Hoje, praticamente todas as Classes Econômicas têm acesso aos bens de consumo duráveis, como geladeira, computador, rádio e máquina de lavar, graças à política nacional de venda a crédito.

Em 2003, 49,3 milhões de brasileiros faziam parte da Classe E. Em 2009, segundo a FGV, no Brasil, 28,8 milhões de pessoas ainda estão na pobreza, isto é, renda mensal de zero a R\$ 705.

Em termos relativos, as Classes A e B passaram de 7,6%, em 2003, para 10,6%, em 2009. As Classes D e E representam 38,9% da população brasileira. De 2003 a 2009, o crescimento da população brasileira foi de 7,30%, passando de 175,3 milhões para 188,1 milhões de habitantes, respectivamente.

De acordo com a FGV, a Nova Classe Média, a Classe C, concentra 50,5% da população do País, sendo o maior contingente populacional do Brasil em 2009.

A Classe Média é responsável pelo crescimento econômico de quatro países emergentes, os famosos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), porque reproduz os padrões de consumo dos países ricos, sobretudo, das nações ricas do G-7 (Grupo dos Sete), formado pelos EUA, Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

As Classes C e D, juntas, representam 74,1% do total de consumidores brasileiros, ou seja, 139,4 milhões de pessoas em 2009, sendo um pouco menor do que a população total da Federação Russa com 140,9 milhões de habitantes.

As Classes C e D tem um consumo alto, e nisto está à importância destas Classes para o crescimento. No Brasil, aumentou o consumo de cerveja pela Classe C. É importante chamar a atenção para a Classe D no Brasil. A Classe D é o segundo grupo econômico com maior contingente populacional no País.

O consumo aumentou nos últimos seis anos e deve continuar crescendo nos próximos cinco anos. Enquanto a economia estiver estabilizada, com os salários crescendo mais que a inflação, todos vão consumir cada vez mais, principalmente a Classe D, que está adquirindo produtos que há alguns anos não pensava que poderia ter em seus domicílios.

Mas, quem é o cidadão da Classe D? O que deseja comprar o cidadão da Classe D? O que ler um jovem cidadão da Classe D? É uma brasileira que tinha acesso ao fogão, mas não tinha uma máquina de lavar roupa e agora pôde comprar

sua primeira lavadora. É um brasileiro que tem acesso a TV aberto, mas não tem TV por assinatura e agora pôde assinar sua TV a cabo.

Categoria	Posição na ocupação
Sem emprego	7,19%
Inativo	43,56%
Empregado Agrícola	4,49%
Empregado Doméstico	5,95%
Empregado com carteira	11,77%
Empregado sem carteira	6,68%
Conta-própria	11,00%
Empregador	0,55%
Funcionário Público	3,19%
Não-remunerado	5,62%

**Quadro 2.** Perfil da Classe D no Brasil em 2009.

**Fonte:** FGV.

Os dados de 2009 da FGV revelam a fotografia mais atual do status da ocupação da população da Classe D. A grande maioria das pessoas da Classe D encontram-se na ocupação de inativo, com 43,56% do total. Já os brasileiros empregadores participam de apenas 0,55% da Classe D.

Pode-se afirmar, a contratação do empregado com carteira assinada passará por grande expansão no Brasil em 2010, pelo fortalecimento do mercado interno e o aumento do faturamento nos segmentos de turismo. Antes, durante e após a Copa do Mundo na África do Sul, por exemplo, aumentou o consumo de televisores, sobretudo TV LCD.

Analisando o perfil da Classe D no Brasil em 2009, observa-se claramente que a ocupação de empregado com carteira é importante, são 11,77% do total. Na Classe D, 5,62% são empregados não-remunerados.

A Classe D apresentou 7,19% de pessoas sem emprego, devido à falta de qualificação da mão de obra. A capacitação desta mão de obra é fundamental para aumentar o contingente de trabalhadores no mercado de trabalho formal.

Os trabalhadores que fazem parte da Classe D, que reúne as famílias com rendas mensais de R\$ 705 a R\$ 1.126, tem uma renda média de R\$ 1 mil, trabalhando em sua grande maioria como inativo.

Concordo com a opinião de vários economistas, ao evidenciar o poder de compra que os recursos do Programa Bolsa Família concedem aos beneficiários, a grande maioria encontra-se na Classe D, e sobretudo, na Região Nordeste do Brasil.

Esses benefícios contribuem para manter o nível de consumo e são muito importantes para a economia brasileira, principalmente nas cidades do interior ou nas periferias das capitais brasileiras.

Apesar do crescimento do número de pessoas das Classes A e B, eles já têm praticamente tudo o que precisam, ao contrário das pessoas da Classe D, que estão ganhando poder de compra e querem consumir cada vez mais. No ano passado, em função da crise econômica mundial aliada à incidência do vírus H1N1 ocorreu uma redução no consumo global e conseqüentemente, brasileiro.

Para conquistar a Nova Classe Média, mercados específicos estão surgindo para atendê-la. Produtos como, eletrodomésticos e artigos de informática, são almejados pela Classe C. Em breve, os integrantes da Classe D poderão comprar um computador barato e pagarão menos pelo acesso à Internet banda larga.

Bens de Consumo	2003	2009
Celular	38,57%	81,55%
Computador com Internet	11,10%	28,46%
Geladeira	86,57%	93,85%
Máquina de Lavar Roupas	33,46%	44,37%
Televisão	90,37%	96,45%

**Quadro 3.** Domicílios com Bens de Consumo no Brasil entre 2003 e 2009.

**Fonte:** FGV.



A Classe Média é o segmento que mais investe na casa própria no Brasil, logo é o segmento que mais demanda celular, computador com internet, geladeira, máquina de lavar roupas, televisão, entre outros produtos.

Os produtos da linha branca deram um impulso à economia brasileira no ano passado e foram alguns dos itens mais consumidos pelas Classes C e D, devido à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre eletrodomésticos, que terminou em janeiro deste ano.

A Classe D no Brasil consome também os produtos de beleza, higiene e limpeza e aumenta a cada ano o seu consumo de pães, queijo, iogurte, carne de frango, café, leite em pó, leite condensado, sorvete, chocolate, pizza, refrigerante, entre outros produtos. A televisão é o bem de consumo mais presente nos domicílios de todas as classes econômicas brasileiras, com 96,45%.

Na fotografia mais atual, apenas 28,46% do total de domicílios particulares no Brasil possui computador com internet. O preço da banda larga no Brasil é um dos mais caros do mundo. Estima-se que existam mais de 33 milhões de pessoas com acesso à Internet, pagando em média R\$ 162 pelo serviço prestado. A redução do preço aumentará as compras on-line de bens de consumo duráveis em todo o País.

O cidadão da Classe D defende que os Governos Federal, Estadual e Municipal façam mais no setor de educação, de saúde, de segurança e de infraestrutura. É extremamente favorável à intervenção do Estado na economia.

A oferta de crédito é um dos fatores apontados, pela boa fase da economia brasileira, mas entre as famílias da Classe D, os programas de transferência de renda têm um papel importante.

No Brasil, em dezembro de 2009, mais 12 milhões de famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome.

Segundo informações da FGV, o aparelho celular é o bem mais consumido entre as pessoas das Classes C e D, além dos aparelhos de TV e os de som. Entretanto, os principais itens de consumo da Classe D são os bens alimentícios. Eles passaram a consumir produtos alimentícios com mais qualidade e diversificação.

De acordo com a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), são 169,8 milhões de usuários de celular no Brasil, por isso destacamos que 81,55% da

população brasileira possui celular. Já as pessoas das Classes A e B aproveitam as promoções para comprar celulares a cada ano.

Enxergamos no setor cultural, sobretudo nas Artes Plásticas, um potencial muito grande para o crescimento nas vendas. Precisamos desenvolver estratégias de divulgação digital para as Classes C e D comprarem as belas pinturas de óleo dos artistas plásticos e decorarem os seus lares ou empresas.

Aliando a renda familiar com o crédito disponível, muitas famílias aproveitam para complementar a alimentação e até para comprar computador e televisão. Em 2010, o crédito da economia brasileira poderá atingir a marca de R\$ 1,7 trilhão, segundo projeções do Banco Central do Brasil.

A expectativa é de uma taxa de crescimento do PIB na faixa de 7% ao ano em 2010. A tendência é de uma taxa de inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 4,5% ao ano. Tudo azul no céu brasileiro! Porém, o grau de endividamento é muito alto nas Classes C e D.

No Brasil, o percentual de famílias endividadas atingiu 59,2% em setembro de 2010, conforme pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Os integrantes da Classe D devem controlar os seus gastos mensais, procurando poupar dez por cento do que recebem por mês. Os integrantes desta classe emergente precisa evitar compras no cartão de crédito, porque os juros são altíssimos.

As Classes Econômicas no Brasil irão consumir mais em 2010. As perspectivas para 2010 são que mais de dois milhões de brasileiros deixaram a Classe E para ingressar na Classe D.

Enfim, a Classe D nas cinco regiões do País irá demonstrar maior capacidade de manter os carrinhos de supermercado cheios, e ao mesmo tempo, maior renda familiar para adquirir os bens de consumo duráveis necessários para melhorar sua qualidade de vida.

## Uma Breve Análise dos Principais Indicadores da Paraíba

Paulo Galvão Júnior<sup>13</sup>  
Rebeca Nóbrega de Sousa<sup>14</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A Paraíba possui 223 municípios distribuídos em 4 mesorregiões (Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano) e 23 microrregiões geográficas (Brejo Paraibano, Cajazeiras, Campina Grande, Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Catolé do Rocha, Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Litoral Norte, Litoral Sul, Patos, Piancó, Sapé, Seridó Ocidental Paraibano, Seridó Oriental Paraibano, Serra do Teixeira, Sousa e Umbuzeiro).

O presente artigo além desta breve introdução, é composto por duas secções. A primeira secção analisa os principais indicadores da Paraíba na atualidade. A segunda secção cita os órgãos públicos que realizam pesquisa no estado. E por último, as nossas considerações finais.

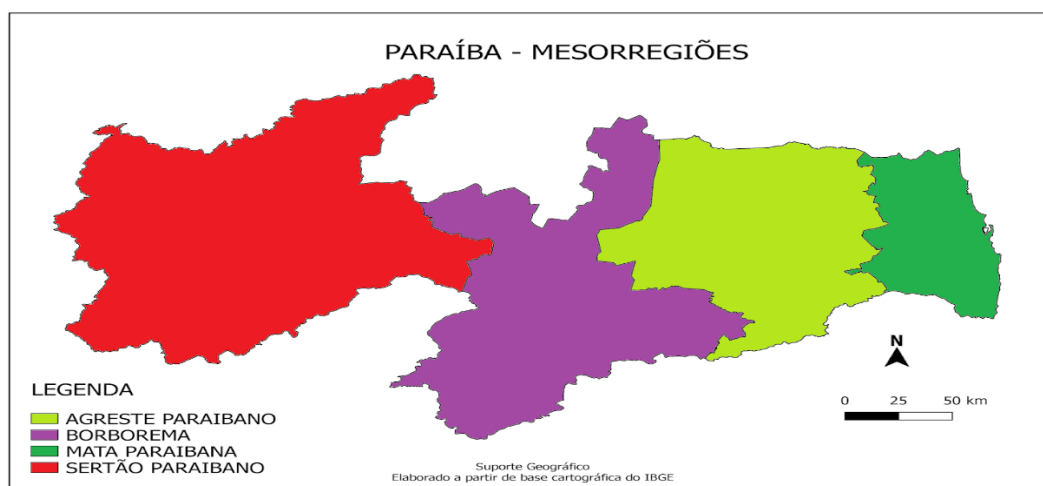


Figura 1: Mapa da Paraíba.

<sup>13</sup>Economista paraibano, especialista em Gestão de RH. Autor do livro digital de Economia RBCAI e de vários artigos de Economia no Brasil e no exterior, com destaque no site em português do jornal russo Pravda. E-mail: [paulogalvaojunior@gmail.com](mailto:paulogalvaojunior@gmail.com)

<sup>14</sup>Economista paraibana, autora de vários artigos de economia, dentre eles o mais recente sobre a Profissão do Economista “O Profissional do Futuro: economistas até no nome”. Citações e textos sobre o Economista (organizador o economista Celso Mangueira, Presidente do CORECON-PB). E-mail: [rebecanobrega@bol.com.br](mailto:rebecanobrega@bol.com.br)

Fonte: <https://suportegeografico77.blogspot.com/2019/07/mapa-mesorregioes-da-paraiba.html>.

### Principais indicadores da Paraíba na atualidade

Estados	PIB	Ranking	Ranking	Participação no	Ranking	Participação no	Ranking	PIB	Ranking	Ranking
	(R\$ bilhões)	brasileiro	nordestino	(%)	brasileiro	(%)	nordestino	per capita (R\$)	brasileiro	nordestino
BAHIA	109.652	6º	1º	4,1	6º	31,53	1º	7.787	19º	2º
PERNAMBUCO	62.256	10º	2º	2,3	10º	17,90	2º	7.337	21º	4º
CEARÁ	50.331	12º	3º	1,9	12º	14,47	3º	6.149	23º	5º
MARANHÃO	31.606	16º	4º	1,2	16º	9,09	4º	5.165	26º	8º
RIO GRANDE DO NORTE	22.926	18º	5º	0,9	18º	6,59	5º	7.607	20º	3º
<b>PARAÍBA</b>	<b>22.202</b>	<b>19º</b>	<b>6º</b>	<b>0,8</b>	<b>19º</b>	<b>6,38</b>	<b>6º</b>	<b>6.097</b>	<b>24º</b>	<b>6º</b>
ALAGOAS	17.793	20º	7º	0,7	20º	5,12	7º	5.858	25º	7º
SERGIPE	16.896	21º	8º	0,6	21º	4,86	8º	8.712	17º	1º
PIAUI	14.136	23º	9º	0,5	23º	4,06	9º	4.662	27º	9º

**Quadro 1.** Principais indicadores econômicos da Paraíba em 2007.

Fonte: IBGE.

Olhando os números do Quadro 1, verificamos que a Paraíba encontra-se em 19º lugar no *ranking* do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro e na 6ª posição em relação aos PIBs dos estados do Nordeste.

O PIB do estado da Paraíba foi de R\$ 22,2 bilhões em 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na pesquisa intitulada Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010.

A Paraíba participa apenas de 0,8% do PIB brasileiro. O estado encontra-se em 6º lugar no *ranking* nordestino, com 6,38% do PIB do Nordeste. O *ranking* nordestino é liderado pela Bahia, que é seguido por Pernambuco e Ceará, afirma o IBGE.

O PIB per capita de R\$ 6.097 revela uma baixa renda na Paraíba. Em relação aos nove estados do Nordeste, observamos que a Paraíba ficou em 6º lugar, de acordo com os dados de 2007 do IBGE.

A Paraíba tem o 4º menor PIB per capita do Brasil, superior apenas aos estados de Alagoas (R\$ 5.858), Maranhão (R\$ 5.165) e Piauí (R\$ 4.662). Os quatro menores PIBs per capita do País estão na Região Nordeste.

O PIB per capita é obtido com a divisão do PIB pela população total. Segundo o IBGE, em 2007, o PIB paraibano atingiu R\$ 22,2 bilhões e a população total era de 3,641 milhões de habitantes, resultando no PIB per capita de R\$ 6.097.

Estados	Taxa de Mortalidade Infantil	Ranking		Esperança de Vida ao Nascer	Ranking		Taxa de Analfabetismo de Adultos	Ranking	
	(por mil nascidos vivos)	brasileiro	nordestino	(em anos)	brasileiro	nordestino	(em %)	brasileiro	nordestino
BAHIA	32,4	21º	7º	72,3	12º	1º	17,3	20º	8º
PERNAMBUCO	37,1	25º	3º	68,7	25º	7º	17,9	21º	7º
CEARÁ	28,6	19º	8º	70,6	21º	4º	19,1	22º	6º
MARANHÃO	37,9	26º	2º	68,0	26º	8º	19,5	23º	5º
RIO G. DO NORTE	33,5	23º	5º	70,8	19º	3º	20,0	24º	4º
<b>PARAÍBA</b>	<b>36,5</b>	<b>24º</b>	<b>4º</b>	<b>69,4</b>	<b>23º</b>	<b>5º</b>	<b>23,5</b>	<b>25º</b>	<b>3º</b>
ALAGOAS	48,2	27º	1º	67,2	27º	9º	25,7	27º	1º
SERGIPE	32,6	22º	6º	71,3	18º	2º	16,9	19º	9º
PIAUI	27,2	18º	9º	69,3	24º	6º	24,3	26º	2º

**Quadro 2.** Principais indicadores sociais da Paraíba em 2008.

**Fonte:** IBGE.

Um grave problema social persiste no estado da Paraíba, sua alta taxa de mortalidade infantil, com 36,5 óbitos por cada mil nascidos vivos, de acordo com os dados de 2008 do IBGE. O estado do Piauí apresenta a menor taxa de mortalidade infantil da Região Nordeste com 27,2 por mil nascidos vivos.

A Paraíba ocupa 24ª colocação no *ranking* brasileiro e o 4º lugar no nordestino (no critério do valor maior para o valor menor), em outras palavras, temos a 4º maior taxa de mortalidade infantil do Brasil e do Nordeste.

A esperança de vida ao nascer dos paraibanos é de 69,4 anos. A Paraíba encontra-se em 23º lugar no *ranking* brasileiro e na 5ª posição no *ranking* nordestino. A Paraíba está ganhando apenas do Piauí (69,3 anos), Pernambuco (68,7 anos), Maranhão (68,0 anos) e Alagoas (67,2 anos) no Nordeste.

Segundo os dados de 2008 do IBGE, 23,5% das pessoas acima de 15 anos ainda são analfabetas na Paraíba. Ficando em sua posição no *ranking* nordestino em 7º lugar e no *ranking* brasileiro em 25ª posição, ou seja, a terceira pior no Brasil e no Nordeste, pois somente as taxas de analfabetismo de adultos dos estados de

Alagoas (25,7%) e do Piauí (24,3%) são superiores. Sergipe tem a menor taxa de analfabetismo do Nordeste com 16,9% da população adulta.

Muitos paraibanos não sabem ler nem escrever, e ao mesmo tempo eles moram na terra de grandes escritores como José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Augusto dos Anjos, Ariano Suassuna e Celso Furtado.

Nós, os economistas, estamos aptos e dispostos a mudar esta realidade. Podemos prevê a economia paraibana num ritmo mais veloz de crescimento nos próximos dez anos, se a tarefa de erradicar o analfabetismo for realizada como prioridade número um.

Estados	IDH	Ranking brasileiro	Ranking nordestino
BAHIA	0,742	19º	1º
PERNAMBUCO	0,718	23º	5º
CEARÁ	0,723	22º	4º
MARANHÃO	0,683	26º	8º
RIO GRANDE DO NORTE	0,738	21º	3º
<b>PARAÍBA</b>	<b>0,718</b>	<b>24º</b>	<b>6º</b>
ALAGOAS	0,677	27º	9º
SERGIPE	0,742	20º	2º
PIAUI	0,703	25º	7º

**Quadro 3.** Índice de Desenvolvimento Humano na Paraíba em 2005.

**Fonte:** PNUD.

De acordo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o princípio que norteia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera outras dimensões que não exclusivamente econômicas quando se trata de medir o desenvolvimento de uma população. Além de computar o PIB per capita em dólares ajustado na paridade do poder de compra (PPC), leva em conta a longevidade e a educação.

Com IDH de 0,718 em 2005, a Paraíba ocupa o 24º lugar no *ranking* dos estados brasileiros, ou seja, detém o quarto menor IDH do país. No *ranking* nordestino, a Paraíba ocupa a 6ª posição.

De acordo os dados do PNUD, o estado da Paraíba tem médio desenvolvimento humano, porque se enquadra na categoria de IDH cujos valores estão entre 0,500 e 0,799.

Estados	Índice de Gini	Ranking brasileiro	Ranking nordestino
BAHIA	0,534	7º	6º
PERNAMBUCO	0,538	6º	5º
CEARÁ	0,533	8º	7º
MARANHÃO	0,507	18º	9º
RIO GRANDE DO NORTE	0,543	5º	4º
PARAÍBA	0,570	3º	2º
ALAGOAS	0,544	4º	3º
SERGIPE	0,522	12º	8º
PIAUI	0,579	2º	1º

**Quadro 4.** Índice de Gini na Paraíba em 2008.  
**Fonte:** IBGE.

O Índice de Gini foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini (1884-1965) para medir a igualdade ou desigualdade da distribuição de renda de um país. O Índice de Gini varia de 0 a 1. Quando é zero significa que a distribuição de renda é absolutamente perfeita. Quando é igual a 1, a distribuição de renda é absolutamente imperfeita.

O Índice de Gini é a medida de desigualdade de renda mais usada e conhecida pelos economistas. De acordo com os dados de 2008 do IBGE o estado da Paraíba apresenta a segunda pior desigualdade de renda da Região Nordeste e a terceira pior do Brasil. O Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento na Paraíba, foi 0,570 em 2008. Destacamos que o menor Índice de Gini no Nordeste encontra-se no estado do Maranhão com 0,507.

Estados	Exportações	Ranking	Ranking
	(US\$ 1.000 FOB)	brasileiro	nordestino
BAHIA	7.010.800	8º	1º
PERNAMBUCO	823.972	16º	5º
CEARÁ	1.080.166	14º	3º
MARANHÃO	1.232.814	13º	2º
RIO GRANDE DO NORTE	258.104	19º	6º
<b>PARAÍBA</b>	<b>158.201</b>	<b>24º</b>	<b>8º</b>
ALAGOAS	824.053	15º	4º
SERGIPE	60.730	25º	9º
PIAUÍ	167.466	20º	7º

**Quadro 5.** Valor das exportações na Paraíba em 2009.

**Fonte:** MDIC.

De acordo com os dados de 2009 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o estado da Paraíba exportou US\$ 158,2 milhões FOB (*Free on Board*). A Paraíba encontra-se em 24º lugar no *ranking* brasileiro e na 8ª posição do *ranking* nordestino.

Os cinco produtos mais exportados pela Paraíba em 2009 foram: calçados de borracha, roupas de toucador, tecido atoalhado de algodão cru, álcool etílico e cordéis de sisal.

As principais indústrias exportadoras foram: Coteminas, São Paulo Alpargatas, Companhia Sisal do Brasil, Agroval e Cambuci. Os principais destinos das exportações paraibanas foram: Estados Unidos, Holanda, Argentina, Rússia e Portugal.

A Paraíba tem um enorme potencial para aumentar as suas exportações de produtos agrícolas e de produtos industrializados para os países membros do grupo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) nos próximos anos.



Estados	Importações	Ranking	Ranking
	(US\$ 1.000 FOB)	brasileiro	nordestino
BAHIA	4.635.952	9º	1º
PERNAMBUCO	1.980.524	13º	3º
CEARÁ	1.230.384	14º	4º
MARANHÃO	1.993.436	12º	2º
RIO GRANDE DO NORTE	149.907	21º	6º
PARAÍBA	433.726	18º	5º
ALAGOAS	112.432	23º	8º
SERGIPE	153.310	20º	7º
PIAUI	68.477	24º	9º

**Quadro 6.** Valor das importações na Paraíba em 2009.

**Fonte:** MDIC.

As importações da Paraíba no ano de 2009 chegaram ao valor de US\$ 433,7 milhões FOB. O estado da Paraíba encontra-se na 18ª posição no *ranking* brasileiro e em 5º lugar no *ranking* nordestino, segundo dados do MDIC.

Os cinco produtos que tiveram um maior destaque na pauta de importações da Paraíba foram: coque de petróleo, trigo, tecido atalhado, outras máquinas e aparelhos de impressão para offset e calçados para esportes.

Os principais países de origem das importações foram: China, Argentina, Estados Unidos, Turquia e Alemanha. E as principais empresas importadoras foram: São Paulo Alpargatas, Coteminas, Comercial e Industrial de Ferro e Aço, TECOP – Terminal de Combustíveis da Paraíba e Moinho Dias Branco S.A. Indústria e Comércio.

Mesorregiões	Área (Km²)	Microrregiões (Qtd.)	Municípios (Qtd.)
Mata Paraibana	5.232,4	4	30
Agreste Paraibano	12.914,3	8	66
Borborema	15.572,9	4	44
Sertão Paraibano	22.720,3	7	83
Paraíba	56.439,8	23	223

**Quadro 7.** Área Territorial nas Mesorregiões da Paraíba em 2009.

**Fonte:** IBGE.

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado da Paraíba possui extensão territorial de 56.439,8 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), dividido em quatro mesorregiões: Mata Paraibana (5.232,4 km<sup>2</sup>), Agreste Paraibano (12.914,3 km<sup>2</sup>), Borborema (15.572,9 km<sup>2</sup>) e Sertão Paraibano (22.720,3km<sup>2</sup>).

A Mata Paraibana tem 4 microrregiões e 30 municípios. O Agreste Paraibano tem 8 microrregiões e 66 municípios. A Borborema tem 4 microrregiões e 44 municípios. O Sertão Paraibano tem 7 microrregiões e 83 municípios.

Mesorregiões	População Total (n°. de hab.)	Área Territorial (Km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab./Km <sup>2</sup> )
Mata Paraibana	1.366.469	5.232,4	261,15
Agreste Paraibano	1.226.226	12.914,3	94,95
Borborema	301.641	15.572,9	19,37
Sertão Paraibano	875.641	22.720,3	38,54
Paraíba	3.769.977	56.439,8	66,80

**Quadro 8.** População, Área e Densidade nas Mesorregiões em 2009.

**Fonte:** IBGE.

Conforme contagem populacional, realizada em 2009, pelo IBGE, a população paraibana totalizava 3.769.977 habitantes. Esse contingente populacional foi distribuído nas quatro mesorregiões: Mata Paraibana com 1.366.469 habitantes; Agreste Paraibano com 1.226.226 habitantes; Borborema com 301.641 habitantes; e Sertão Paraibano com 875.641 habitantes.

A maior densidade demográfica encontra-se na mesorregião da Mata Paraibana com 261,15 hab./km<sup>2</sup> e a menor densidade demográfica verifica-se na Borborema, com apenas 19,37 hab./km<sup>2</sup>.

Ranking	Município	Mesorregião	População	Ranking	Município	Mesorregião	População
1	João Pessoa	Mata Paraibana	702.235	11	Mamanguape	Mata Paraibana	41.677
2	Campina Grande	Agreste Paraibano	383.764	12	Queimadas	Agreste Paraibano	40.323
3	Santa Rita	Mata Paraibana	126.775	13	Pombal	Sertão Paraibano	32.443
4	Patos	Sertão Paraibano	100.732	14	Monteiro	Borborema	31.100
5	Bayeux	Mata Paraibana	96.198	15	Esperança	Agreste Paraibano	30.855
6	Sousa	Sertão Paraibano	65.930	16	São Bento	Sertão Paraibano	30.453
7	Cajazeiras	Sertão Paraibano	57.875	17	Catolé do Rocha	Sertão Paraibano	28.468
8	Guarabira	Agreste Paraibano	56.136	18	Alagoa Grande	Agreste Paraibano	28.126
9	Cabedelo	Mata Paraibana	51.865	19	Solânea	Agreste Paraibano	27.951
10	Sapé	Mata Paraibana	47.682	20	Pedras de Fogo	Mata Paraibana	27.116

**Quadro 9.** Os 20 Municípios mais populosos da Paraíba em 2009.

**Fonte:** IBGE.

Localizada na mesorregião da Mata Paraibana, João Pessoa, capital da Paraíba, é a cidade mais populosa do estado, com 702.235 habitantes, segundo o IBGE.

Outras nove cidades paraibanas apresentam grande concentração populacional: Campina Grande (383.764 hab.), Santa Rita (126.775 hab.), Patos (100.732 hab.), Bayers (96.198 hab.), Sousa (65.930 hab.), Cajazeiras (57.875 hab.), Guarabira (56.136 hab.), Cabedelo (51.865 hab.) e Sapé (47.682 hab.).

Entre a 11<sup>a</sup> e a 20<sup>a</sup> cidade mais populosa da Paraíba encontramos as seguintes cidades: Mamanguape, Queimadas, Pombal, Monteiro, Esperança, São Bento, Catolé do Rocha, Alagoa Grande, Solânea e Pedras de Fogo.

O município de João Pessoa é o mais populoso da mesorregião da Mata Paraibana com 702.235 hab., enquanto Riachão do Poço é o menos populoso desta mesorregião com apenas 4.417 habitantes.

Segundo dados do IBGE, a cidade de Santa Rita é a segunda mais populosa da Mata Paraibana com 126.755 hab., já a cidade de Capim com 5.458 hab. é a penúltima no *ranking* da população total desta mesorregião.

Observamos de 2000 para 2009 o contingente populacional da Mata Paraibana cresceu 169.875 hab. nos últimos 10 anos, ou seja, um acréscimo de 14,20%.

Verificamos que entre 2000 e 2009 o contingente populacional na mesorregião do Agreste Paraibano cresceu em 75.151 hab., ou seja, um crescimento de 6,53% nos últimos dez anos.

O município mais populoso é Campina Grande com 383.764 habitantes, segundo dados de 2009 do IBGE. Enquanto o município menos populoso desta mesorregião é Sossêgo com apenas 3.089 habitantes.

O segundo município mais populoso do Agreste Paraibano é Guarabira com 56.136 hab., enquanto em penúltimo lugar no *ranking* encontra-se a cidade de Serra da Raiz com 3.198 habitantes.

A Borborema como a terceira maior mesorregião paraibana, cresceu apenas 8,8% nos últimos dez anos. De acordo com os dados do IBGE, a Borborema aumentou em 24.585 hab. entre 2000 e 2009.

O município mais populoso da Borborema é Monteiro com 31.100 habitantes. Já o menos populoso desta mesorregião é a cidade de Parari com apenas 1.266 habitantes.

O segundo mais populoso é a cidade de Picuí com 19.359 hab., enquanto o município de Riacho de Santo Antônio encontra-se no penúltimo lugar com 1.588 habitantes.

A cidade mais populosa do Sertão Paraibano é Patos com 100.732 hab., de acordo com os dados de 2009 do IBGE. Enquanto o município de Quixaba com apenas 1.988 hab. é o menos populoso desta mesorregião.

O segundo município mais populoso é a cidade de Sousa com 65.930 habitantes, e o penúltimo lugar encontra-se a cidade de São José do Brejo com apenas 1.707 habitantes.

O Sertão Paraibano cresceu no número de habitantes em 56.601, segundo dados do IBGE. Entre 2000 e 2009 o aumento foi de 6,9%.

### **Os órgãos públicos que realizam pesquisa no estado da Paraíba**

Não diferentemente de outros estados, a Paraíba, suas estatísticas sociais, econômicas e demográficas usadas para construção dos indicadores são

produzidas, compiladas e disseminadas por diferentes agências, situadas em âmbito federal ou estadual.

Através de uma rede capilarizada pelo território nacional, com delegacias estaduais e agências municipais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cumpre seu papel de agente coordenador do Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, como produtor de dados primários, compilador de informação proveniente de ministérios e como agente disseminador de estatísticas.

As agências estaduais, a exemplo aqui na Paraíba do IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba) que contribui efetivamente com a experiência do seu corpo técnico na elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável Locais, Planos Diretores e ações voltadas para o investimento público em infraestrutura econômica e social viabilizadoras de emprego e renda de estatística também compilam uma ampla variedade de dados administrativos produzidos pelas secretarias de Estado e, em alguns casos, também produzem dados primários provenientes de pesquisas amostrais. É que podemos fazer Disseminação de Estatísticas Públicas em nosso estado.

Recentemente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) inaugurou um escritório na capital paraibana para realizar estudos e tendências dos principais indicadores do Nordeste.

Os dados estatísticos da Paraíba são analisados pelos técnicos do IPEA. Eles analisaram os principais indicadores e chegaram as mesmas conclusões, a Paraíba está estagnada ou é marcante o atraso socioeconômico estadual.

O subdesenvolvimento paraibano é fruto da desigualdade muita alta no estado. Na nossa visão, os estudos empíricos revelam que avançou muito pouco na redução da desigualdade de renda.

De acordo com os dados de 2009 do IBGE, na Síntese dos Indicadores Sociais, a média de rendimento dos 10% mais ricos é 54,5 vezes maior que a dos 10% mais pobres do estado da Paraíba.

Um dos grandes desafios da Paraíba é reduzir o persistente cenário de empobrecimento. Recentemente o IPEA divulgou que, na Paraíba, 51,9% das famílias ganham até meio salário mínimo. Outros 23,2% recebem até 1/4 do salário mínimo.

A Paraíba é o segundo estado brasileiro que mais depende das transferências de renda. As transferências previdenciárias e assistenciais na Paraíba correspondem a 27,5% da renda das famílias paraibanas. A Paraíba só perde para o estado do Piauí com 31,2%.

O objetivo geral desse artigo recaiu sobre este tema, haja vista, que engloba os gestores públicos, membros de entidades de classe, pesquisadores e estudantes, de um conjunto de informações e dados estatísticos a respeito das condições de vida da população paraibana descrita nos principais indicadores socioeconômicos da atualidade.

Seguramente a Paraíba mudará os seus rumos econômicos e sociais nos próximos 40 anos. Um novo caminho, um caminho independente dentro do Brasil. Precisamos mudar a economia paraibana, mas não se muda uma economia do dia para a noite.

Indicadores	Paraíba	Ranking Brasileiro
Área Total (2009)	56.439,838 km <sup>2</sup>	21 <sup>º</sup>
População Total (2009)	3.769.977 hab.	13 <sup>º</sup>
Densidade Demográfica (2009)	66,80 hab./km <sup>2</sup>	8 <sup>º</sup>
PIB nominal (2007)	R\$ 22,2 bilhões	19 <sup>º</sup>
PIB per capita (2007)	R\$ 6.097	24 <sup>º</sup>
Exportações (2009)	US\$ 158,2 milhões FOB	24 <sup>º</sup>
Importações (2009)	US\$ 433,7 milhões FOB	18 <sup>º</sup>
Esperança de Vida ao Nascer (2008)	69,4 anos	23 <sup>º</sup>
Taxa de Mortalidade Infantil (2008)	36,5 por cada mil nascidos	24 <sup>º</sup>
Taxa de Analfabetismo de Adultos (2008)	23,5%	25 <sup>º</sup>
IDH (2005)	0,718	24 <sup>º</sup>
Índice de Gini (2008)	0,570	25 <sup>º</sup>

**Quadro 10.** Principais Indicadores da Paraíba na Atualidade.

**Fontes:** IBGE e PNUD.

A Paraíba, na atualidade, tem dois índices que relatam esse crítico quadro socioeconômico vigente, o alto Índice de Gini e o médio IDH.

Os investimentos em educação influenciam na qualidade de vida e proporcionam aumento na esperança de vida ao nascer do povo paraibano. O investimento em educação eleva a renda do trabalhador.

É importante salientar que os problemas sociais persistentes (miséria, pobreza e desigualdade) se intensificam. Temos sérios problemas educacionais, como exemplo podemos citar a baixa cobertura do ensino médio, a alta distorção entre a idade e a série adequada cursada ao jovem e a baixa mobilidade social.

Até os dias atuais, a Paraíba não erradicou o analfabetismo, nem tão pouco colocou a maioria dos seus jovens na universidade. O atraso educacional da Paraíba é visível dentro e fora das salas de aula. A Paraíba precisa investir mais em educação. É consenso entre os economistas da Terra de Celso Furtado, que a educação de qualidade para todos é condição essencial para promover o desenvolvimento econômico do estado.

O crescimento econômico lento foi o responsável pelo grande contingente de paraibanos que viajaram para os estados da Região Sudeste, sobretudo para São Paulo. A Paraíba não tem emprego nas pequenas cidades, principalmente, na mesorregião do Sertão Paraibano.

A taxa de crescimento econômico da Paraíba é pequena (2,2% em 2007) e insuficiente para atender todas às necessidades sociais da sua população.

A despeito do crescimento do PIB, persistem altos os níveis de pobreza e acentuam-se as desigualdades sociais. O crescimento econômico não é por si só, condição suficiente para garantir o desenvolvimento humano.

Um grande salto a Paraíba precisa dar a partir 2011. A meta é gerar acima do PIB de 2007 no mínimo cerca de R\$ 10 bilhões para alcançar a 4ª posição no *ranking* nordestino, assim superando o Maranhão.

Historicamente o estado da Paraíba era a quarta maior economia do Nordeste, atrás apenas da Bahia, Pernambuco e Ceará. Mas fomos ultrapassados nos últimos vinte anos por Maranhão e Rio Grande do Norte.

Em comemoração alusiva aos 30 anos do Conselho Regional de Economia da Paraíba (CORECON-PB), nós economistas paraibanos e paraibanas, estamos aptos e dispostos a colaborar no processo de reflexões críticas da situação socioeconômica da Paraíba, pois o estado só terá um futuro melhor se a educação de qualidade for prioridade.

Nós vivemos num estado com graves problemas socioeconômicos, mas não é o crescimento populacional que estimula o desenvolvimento econômico, mas o aumento do poder aquisitivo das classes econômicas.

Estamos convencidos de que o subdesenvolvimento vigente, o atraso socioeconômico atual, só poderão ser superados com grandes investimentos em educação de qualidade.



## Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Paraíba

Paulo Galvão Júnior<sup>15</sup>

### Crescimento Populacional

Recentemente, um empresário australiano, Dick Smith, disse que paga um milhão de dólares australianos por uma ideia, com ampla repercussão na mídia, que estabilize a população mundial. O inédito prêmio será dado a qualquer pessoa de até 30 anos de idade com uma ideia capaz de impedir que o crescimento populacional e o consumismo levem a economia mundial a um grande colapso.

O milionário Dick Smith ao lado de cinco lindas modelos – cada uma usando uma camisa branca com a seguinte frase “*CONSTANT GROWTH = DOOM*”, ou seja, CRESCIMENTO CONSTANTE = COLAPSO – busca uma pessoa jovem e corajosa para realizar um trabalho ou estudo bem sucedido com objetivo de manter o crescimento da economia de maneira sustentável.

Segundo dados de 2009 do Fundo das Nações Unidas para a População (Fnuap), o planeta Terra tem 6,8 bilhões de habitantes. De acordo com as projeções da Organização das Nações Unidas (ONU), a Terra terá 9 bilhões de habitantes em 2050. Em outras palavras, o planeta terá 2,2 bilhões de habitantes a mais em 41 anos.

De acordo com as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil terá uma população total de 259 milhões de habitantes em 2050. Em 2009, a população brasileira era de 193,7 milhões de pessoas. Em outras palavras, o Brasil terá 65,3 milhões de brasileiros a mais nos próximos 41 anos.

### Os Oito ODM

A menor expectativa de vida ao nascer do mundo é do Afeganistão com apenas 44,1 anos, segundo dados de 2009 da Fnuap. Já a maior esperança de vida ao nascer do planeta é do Japão com 82,5 anos. Em outras palavras, um japonês vive 38,4 anos a mais do que um afegão. Enfatizo que o Afeganistão está em guerra desde 1979, enquanto o Japão está em paz há 65 anos.

---

<sup>15</sup>Economista brasileiro e especialista em Gestão de RH. Autor do Livro Digital de Economia intitulado RBCAI.

Hoje, aos 40 anos de idade, a minha ideia como economista paraibano é difundir os Oito ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) na Paraíba, sobretudo entre os estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior, para que eles possam refletir criticamente sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidas há dez anos, pela ONU.

Os oito ODM da ONU são: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade entre os gêneros e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

### **Mundo Hoje**

Segundo, a ONU, o mundo hoje:

- (a) 1,4 bilhão de pessoas sobrevivem com uma renda de menos de US\$ 1,45 por dia;
- (b) A fome atinge 19% da população mundial;
- (c) São 69 milhões de crianças fora da escola no mundo;
- (d) As mulheres são 70% das pessoas que vivem na pobreza extrema;
- (e) Oito milhões de crianças com até cinco anos de idade morrem ao ano;
- (f) Centenas de milhares de mulheres morrem anualmente por complicações na gravidez e no parto;
- (g) Apenas seis países concentram 50% das mortes das mães no mundo;
- (h) A malária mata 1 milhão de crianças na África por ano;
- (i) Apenas metade da população mundial tem acesso a saneamento básico;
- (j) Ajuda anual foi de US\$ 38 bilhões para os países pobres.

### **Paraíba Hoje**

A Paraíba, apresenta hoje, a menor taxa média de crescimento demográfico do Brasil. No período de 01 de setembro de 1991 a 01 de agosto de 2000, a taxa média geométrica de crescimento anual da população foi de 0,82%, segundo dados do IBGE.

A Paraíba, em termos relativos, tem o maior contingente de idosos da Região Nordeste e o quinto maior do Brasil. Em 2009, 11,4% da população paraibana era composta por pessoas com idade acima de 60 anos, de acordo com o IBGE.

Na Paraíba, a taxa de fecundidade total foi de 2,73 filhos por mulher, de acordo com os dados de 2008 revelados pela pesquisa intitulada Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010 do IBGE. A taxa de fecundidade total na Paraíba é a segunda maior do Brasil, sendo menor apenas que a do estado do Acre (2,91 filhos).

## **1 Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome**

A Paraíba vive um momento socioeconômico muito preocupante. Em 1991, o estado da Paraíba tinha 73% de sua população vivendo com renda familiar menor que meio salário mínimo, passando para 49% em 2008, o que significa uma redução de 24% no período de 1991 a 2008, segundo dados do IBGE.

No estado da Paraíba, segundo os dados de 2008 do IBGE, são quase dois milhões de habitantes vivendo na pobreza. A participação na renda do estado dos 20% mais pobres aumentou de 2,4% em 1991 para 3,0% no ano de 2008. A renda dos 20% mais ricos é 21 vezes maior que os dos 20% mais pobres, de acordo com o IBGE.

Segundo o economista indiano e Prêmio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, "Pobreza não é propriamente a privação de bens, ser despossuído de dinheiro e utilidades; mais radicalmente, pobreza é a espoliação da pessoa, das suas energias biológicas, psicológicas e da autoestima". A taxa de pobreza absoluta na Paraíba é de 51,9% da população, ocupando a quarta pior posição no *ranking* brasileiro.

## **2 Atingir o Ensino Básico Universal**

A educação é essencial para a redução da pobreza no estado da Paraíba. A Educação de qualidade requer muitos recursos financeiros. Este recursos são oriundos da Lei nº 1.700/2010.

Na Paraíba, os dados de 2008 do IBGE, apontam que 4% das crianças de 7 a 14 anos não estavam frequentando o ensino fundamental. Entre os jovens de 15 a

17 anos, apenas 40,7% concluíram o ensino fundamental. Destes, 37,4% frequentavam ensino médio. E 17% não concluíram o fundamental e pararam de estudar.

Na Paraíba, a taxa de analfabetismo de adultos é 23,5%, a terceira maior do Brasil, segundo os dados do IBGE. Fica muito claro que é necessário vontade política para erradicar o analfabetismo no estado da Paraíba. É preciso que haja uma democratização do acesso à Educação de qualidade, as novas tecnologias, aos livros e computadores, a fim de diminuir o contingente de adultos, com mais de 15 anos de idade, analfabetos.

### **3 Promover a Igualdade entre os Gêneros e a Autonomia das Mulheres**

Na China existe a política de um casal, um filho, de preferência do sexo masculino. Na Paraíba existe disparidade entre meninas e meninos no acesso à educação.

Jovens de 18 a 24 anos de idade em 2008, tinham em média 8,5 anos de estudo; 3,4 anos a mais do que as de geração de 1991 e 1,3 anos a mais que os jovens do sexo masculino na mesma faixa etária.

A participação das mulheres no mercado de trabalho formal diminuiu de 45,5% em 1990, para 43,3% em 2008. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino passou de 69,7% em 1990 para 92,3% em 2008.

Na Paraíba, o rendimento médio mensal nominal das mulheres de 10 anos ou mais de idade foi de R\$ 576 em 2008. A população estimada na Paraíba foi de 3,8 milhões de habitantes em 2009, sendo 1.859.000 homens (48,2%) e 1.967.000 mulheres (51,8%).

### **4 Reduzir a Mortalidade Infantil**

A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, entre 1994 e 2008, passou de 95 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas para 19,8, o que representa uma redução de 79,2%. Em 2008, 95,2% das crianças menores de um ano estavam com carteira de vacinação em dia.

A redução da mortalidade infantil contribui para que a esperança de vida ao nascer aumente na Paraíba. Em 1991, ao nascer, uma criança tinha a expectativa

de viver, em média, 58,9 anos; em 2008, subiu para 69,4 anos, de acordo com o IBGE.

Segundo o IBGE, na Paraíba, a cada mil crianças nascidas vivas, 38 morrem antes de completar um ano de idade em 2007. O estado da Paraíba ocupa a 24ª posição no *ranking* nacional da taxa de mortalidade infantil. A Paraíba é superada apenas pelos estados de Pernambuco (38,4), do Maranhão (39,2) e de Alagoas (50,0).

## **5 Melhorar a Saúde Materna**

Em 2008, a taxa de mortalidade materna no estado da Paraíba, era de 36 mortes a cada 100 mil. Uma a cada cinco crianças nascidas vivas foi concebida por mãe adolescente, em 2008, representando 21,4%.

As mulheres gestantes necessitam de mais investimentos no Programa da Saúde da Família (PSF) e de equipes do PSF motivadas e bem remuneradas. As mulheres gestantes precisam de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) como também de UTI Neonatal. E, sobretudo, as mulheres gestantes necessitam de acompanhamento qualificado e conscientização das vantagens do parto normal.

O planejamento familiar é fundamental para diminuir a mortalidade materna na Paraíba. Precisamos garantir as mulheres paraibanas ao acesso aos métodos contraceptivos nos postos de saúde.

## **6 Combater o HIV/AIDS, a Malária e Outras Doenças**

As doenças não têm fronteiras! Malária, Tuberculose e outras doenças estão matando muitos seres humanos. As pessoas infectadas pelo vírus HIV (sigla para Vírus da Imunodeficiência Humana) morrem em consequência da AIDS (sigla para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), sendo a maioria por falta de prevenção e tratamento.

Na Paraíba, segundos dados de 2009 da Secretaria de Estado de Saúde (SES), existe pelo menos um portador do vírus HIV em 170 municípios. O que significa a existência da AIDS em 76,2% dos 223 municípios paraibanos.

Segundo dados da SES, de janeiro de 1985 a agosto de 2010, foram mais de 3,5 mil casos de AIDS diagnosticados no estado da Paraíba.

Na Paraíba, em 2008, existiam mais de 2.600 estabelecimentos de saúde, com 12,5 médicos por 100 mil habitantes.

## **7 Garantir a Sustentabilidade Ambiental**

A Paraíba é o estado brasileiro que gera toneladas de resíduos sólidos por ano, mas não recicla, não reaproveita, não transformar os resíduos recicláveis em novos produtos.

O prefeito Luciano Agra da PMJP aprovou o Decreto nº 6.923, em 08 de julho de 2010, no qual institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis na cidade de João Pessoa.

Devemos sempre colocar os nossos resíduos sólidos em seus respectivos containers, Azul (Papéis), Amarelo (Metais), Verde (Vidros) e Vermelho (Plásticos), para facilitar a coleta seletiva de resíduos recicláveis.

A Paraíba precisa ter consumo consciente, pois os recursos naturais disponíveis para a economia paraibana são limitados. A questão passa de crescimento econômico para desenvolvimento sustentável.

A Paraíba precisa garantir o uso dos recursos naturais de forma ordenada e econômica e ecologicamente sustentável. Precisamos incentivar os estudantes dos Ensinos Médio e Superior a refletir criticamente sobre o futuro da Paraíba.

Na Paraíba, segundo dados de 2008 do IBGE, 77% dos domicílios são abastecidos com água e 57,9% com rede de coleta de esgoto. Precisamos investir enormes recursos no saneamento básico até 2015.

No estado da Paraíba, segundo dados de 2005 da SOS Mata Atlântica, existiam 68.763 hectares de remanescentes florestais da Mata Atlântica. O Governo Estadual precisa elaborar projetos, políticas e ações que associem crescimento econômico e preservação ambiental.

Muitos ainda não se deram conta de que a ação do homem sobre a natureza está provocando o aquecimento global. O desenvolvimento sustentável é vital para a sobrevivência da humanidade no planeta Terra.

Segundo o ex-secretário geral da ex-União Soviética, Prêmio Nobel da Paz de 1990 e presidente fundador da Green Cross International, Mikhail Gorbachev:

Conflito entre homem e natureza tem sido crescente numa medida susceptível de prejudicar os alicerces da vida na Terra. (...) Nós temos de agir, é imperativo para todos nós: independentemente do país que vivemos, independentemente da nação a qual pertencemos, independentemente da nossa cultura ou nossa religião. Hoje esta é a questão das questões.

## **8 Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento**

A demanda mundial de alimentos crescerá consideravelmente até 2015, por isso os agropecuaristas do estado da Paraíba em suas terras agricultáveis precisam aumentar a área plantada, a área colhida e a quantidade produzida nos produtos agrícolas, como também, aumentar o número de cabeças nos rebanhos nas pastagens.

Os produtos agropecuários irão abastecer o mercado interno, e colaborar no abastecimento do mercado internacional. As cadeias produtivas agropecuárias contribuirão com aumento do PIB (em R\$ 22,2 bilhões) e do IDH (0,718) paraibano.

Na Paraíba, precisamos investir em empresas verdes, pois os seus produtos ou serviços causam menor impacto na natureza. Os produtos verdes necessitam de menos recursos naturais finitos.

### **Considerações Finais**

Faltam apenas cinco anos para os 191 países signatários alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidas em setembro de 2000. Os países emergentes do BRIC, grupo que reúne Rússia, Índia e China, além do próprio Brasil, estão se mobilizando pela divulgação dos Oito ODM para sua numerosa população.

Todos nós devemos fazer conscientemente a sua parte para melhorar este mundo globalizado, pois se todos participarem das campanhas dos ODM de uma forma ou de outra teremos um mundo melhor em 2015, com menos pobreza extrema, menos fome.

De acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos, “Por outra globalização; do pensamento único à consciência universal”. É muito importante neste momento parar para refletir sobre os Oitos ODM na Paraíba.

Enfim, é necessário desenvolver projetos economicamente viáveis e políticas públicas com objetivos de eliminar a pobreza extrema e a fome, reduzir a mortalidade infantil e melhorar o padrão de vida da população paraibana.



## Novas Análises Geoeconômicas da CPLP

Paulo Galvão Júnior<sup>16</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo de Economia analisa as oito nações que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. É preciso estimular os estudantes dos Ensinos Médio e Superior, em instituições privadas e públicas, a obter mais informações, mais conhecimentos sobre a realidade geoeconômica dos países de Língua Portuguesa.

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996, em Lisboa, Portugal, na I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que reuniu Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos depois, em 20 de maio de 2002, com a conquista de sua independência política, Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da CPLP. Os oito países lusófonos estão localizados em quatro continentes, cinco países na África, um na América, um na Europa e um na Ásia. Nenhum país tem o português como idioma na Oceania.

País	População Total (Milhões de hab.)	Área Territorial (km <sup>2</sup> )	PIB (US\$ bilhões)	IDH	Taxa de Fecundidade Total (Filhos por mulher)	Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos)
<b>CPLP</b>	<b>249,1</b>	<b>10.708.871</b>	<b>1.950,9</b>	<b>0,616</b>	<b>4,05</b>	<b>61</b>
Angola	18,5	1.246.700	83,4	0,564	5,64	114
Brasil	193,7	8.514.876	1.612,5	0,813	1,83	22
Cabo Verde	0,5	4.033	1,7	0,708	2,66	24
Guiné-Bissau	1,6	36.125	0,4	0,396	5,66	111
Moçambique	22,9	799.380	9,7	0,402	4,97	86
Portugal	10,7	92.152	242,7	0,909	1,38	4
São Tomé e Príncipe	0,1	1.001	0,1	0,651	3,85	64
Timor-Leste	1,1	14.604	0,4	0,489	6,38	63

**Quadro 1.** Principais Indicadores Geoeconômicos da CPLP na atualidade.

**Fonte:** Almanaque Abril 2010.

<sup>16</sup>Economista brasileiro e especialista em Gestão de RH. Autor do Livro Digital de Economia intitulado RBCAI.

## Os principais indicadores da CPLP

É preciso analisar os principais indicadores socioeconômicos da CPLP. De modo geral, em cada nação lusófona, há suas particularidades, mas é possível extrair conclusões das análises geoeconômicas. No presente momento, escolhemos seis indicadores para viabilizar as novas análises geoeconômicas da CPLP. Portanto, os principais indicadores socioeconômicos são: a população total, a área territorial, o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a taxa de fecundidade total e a taxa de mortalidade infantil.

Observamos que o Brasil é o país mais populoso da CPLP, com 193,7 milhões de habitantes, de acordo com dados de 2009, publicados no Almanaque Abril 2010. Ressalto que o Brasil é a nação mais populosa da América Latina e a quinta nação mais populosa do mundo.

Já São Tomé e Príncipe é o país menos populoso da CPLP, com apenas 161 mil habitantes. Observamos também que duas ex-colônias portuguesas, Guiné-Bissau e Timor-Leste têm contingente populacional quase semelhante, 1,6 e 1,1 milhão de habitantes, respectivamente.

Percebemos que o Brasil é o país lusófono mais extenso, com 8.514.876 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) e ocupa 79,5% da área total da CPLP. Enfatizo que o Brasil é a maior nação da América Latina e a quinta maior nação em extensão territorial do planeta.

Já o menor país da CPLP é a menor nação da África, São Tomé e Príncipe tem apenas 1.001 km<sup>2</sup>. Na verdade, são duas ilhas separadas, a ilha de São Tomé e a outra ilha chamada Príncipe.

Encontramos também o segundo e o terceiro país lusófono mais extenso da CPLP, Angola e Moçambique, são países africanos com áreas territoriais desiguais, 1.246.700 km<sup>2</sup> e 799.380 km<sup>2</sup>, respectivamente.

Analisamos que o Brasil é o país mais rico da CPLP, com o PIB de US\$ 1,6 trilhão, de acordo com os dados de 2008 do Banco Mundial, publicados no Almanaque Abril 2010.

Hoje, a ex-colônia portuguesa representa 82,6% do PIB total da CPLP. A economia brasileira tem o PIB seis vezes maior do que o PIB da economia portuguesa, com US\$ 242,7 bilhões.

Atualmente, São Tomé e Príncipe, ex-colônia de Portugal, é a nação lusófona mais pobre, com o PIB de apenas 175 milhões de dólares. Verificamos que Portugal tem o melhor IDH da CPLP, enquanto Guiné-Bissau tem o pior IDH da CPLP, um dos piores IDHs da África e do mundo, segundo o PNUD.

Entre os países pertencentes a CPLP, baseado nos dados do IDH em 2007, indicam que apenas um país é de desenvolvimento humano muito alto, Portugal com IDH de 0,909. O Brasil com IDH de 0,813 é um país de desenvolvimento humano alto.

De acordo com os dados de 2007 do PNUD, três países são de desenvolvimento humano médio, Cabo Verde (0,708), São Tomé e Príncipe (0,651) e Angola (0,564). Já três países lusófonos são de desenvolvimento humano baixo, Timor-Leste (0,489), Moçambique (0,402) e Guiné-Bissau (0,396).

Conforme os dados da taxa de fecundidade total, o país com maior taxa é Guiné-Bissau com 5,66 filhos por mulher, seguido por Angola com 5,64 filhos por mulher e Moçambique com 4,97 filhos por mulher.

Dois países lusófonos destacam-se na baixa taxa de fecundidade total, Portugal e Brasil, com 1,38 e 1,83 filhos por mulher, respectivamente. Os países mais ricos têm menos filhos do que os países mais pobres na CPLP.

Constatamos que Portugal tem a menor taxa de mortalidade infantil da CPLP, com quatro por mil nascidos vivos em 2008. Observamos que Angola, ex-colônia portuguesa, tem a maior taxa de mortalidade infantil das oito nações lusófonas, com 114 para cada mil crianças nascidas vivas antes de completar um ano de idade.

Angola é uma nação de elevada taxa de mortalidade infantil, mas com terras ricas em petróleo, diamantes e minério de ferro. É um país-membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e maior fornecedor africano de petróleo bruto para a China.

A taxa de mortalidade infantil no Brasil foi de 22 por mil nascidos vivos. Em Moçambique, 65% da população está vivendo abaixo da linha da pobreza, por isso tem uma taxa de mortalidade infantil de 86 por mil nascidos vivos. Recentemente, os moçambicanos se mobilizaram nas ruas contra a alta no custo de vida ocasionada pela elevação dos preços de alimentos. A família moçambicana tem sérios problemas para alimentar os seus filhos.

## CONCLUSÕES

O português é a sexta língua mais falada do mundo. A língua mais falada do planeta é o mandarim; em segundo, o hindi; em terceiro, o espanhol; em quarto, o inglês; e a quinta língua, o bengali. O português é também uma língua oficial da União Europeia, do Mercosul e da União Africana.

A CPLP tem 249,1 milhões de habitantes em 2009, com 10,708 milhões de km<sup>2</sup> e um PIB total de US\$ 1,9 trilhão em 2008. Já em relação a outros indicadores, a CPLP tem um IDH médio de 0,616 em 2007, uma taxa média de fecundidade total de 4,05 filhos por mulher em 2006 e uma taxa média de mortalidade infantil de 61 por mil nascidos vivos em 2008.

Concluimos, que na CPLP, o Brasil é o país mais populoso, mais extenso, mais rico, tem o segundo melhor IDH, a segunda menor taxa de fecundidade total e a segunda menor taxa de mortalidade infantil.

## **Reflexões Socioeconômicas da Copa do Mundo de 2014 no Nordeste do Brasil**

**Paulo Galvão Júnior<sup>17</sup>**

A Região Nordeste do Brasil terá quatro cidades que sediarão jogos da Copa do Mundo de 2014. As cidades-sede são Salvador, Recife, Natal e Fortaleza.

Há 60 anos, infelizmente, o Brasil perdeu a Copa do Mundo de 1950 para o Uruguai, 2 a 1, em pleno Maracanã. Antes da final, aconteceram vários jogos, exatamente um no Nordeste, no estádio da Ilha do Retiro, em Recife. A partida foi Chile 5 a 2 nos Estados Unidos, com público de 8.000 torcedores.

Em Recife ocorrerá partidas da Copa do Mundo de 2014. Na capital pernambucana será construído pela empresa Odebrecht o Estádio Arena do Capibaribe, com capacidade máxima para mais de 45 mil pessoas, orçado em 464 milhões de reais.

Em Natal ocorrerá também jogos da Copa. Na capital potiguar o estádio Arena das Dunas será construído com capacidade para mais de 45 mil pessoas, orçado em 515 milhões de reais.

No estádio da capital pernambucana como também da capital potiguar irão ser construídos com materiais de construção e outros bens industriais para estádios de futebol, com redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Para atingir um padrão de qualidade internacional, a cidade de João Pessoa como futura sub-sede proverá a infraestrutura turística necessária para estimular a maior permanência do turista nacional e internacional antes, durante e após a Copa do Mundo de 2014 no Nordeste do Brasil.

A capital paraibana está localizada entre a capital potiguar e a capital pernambucana. A distância entre Recife e João Pessoa é de 120 km. A distância entre Natal e João Pessoa é de 185 km. Com a finalização da duplicação da BR-101 o trecho Recife-João Pessoa-Natal estará mais seguro, econômico e rápido.

O crescimento do fluxo turístico em João Pessoa será fruto do planejamento e do aumento dos investimentos em áreas como sinalização turística, infraestrutura, hotelaria e capacitação da mão de obra.

---

<sup>17</sup>Economista brasileiro e especialista em Gestão de RH. Autor do Livro Digital de Economia intitulado RBCAI.

Segundo dados da SETUR, na pesquisa intitulada Perfil do Turista de João Pessoa em 2009, a sinalização turística, as informações turísticas e a limpeza são os três maiores problemas da cidade e que precisam ser melhorados.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) realiza projetos para o aperfeiçoamento da sinalização turística, das informações turísticas e da limpeza da cidade. A Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) realiza ações de limpeza com o Projeto Praia Limpa. A SETUR pretende instalar 20 terminais digitais de turismo nos principais atrativos turísticos e shopping centers da cidade. E a SETUR almeja implantar o projeto de sinalização do extremo oriental das Américas, com a colocação de 20 placas (11 planas de orientação, 8 placas de atrativos e 1 placa especial) que beneficiará os turistas e a população em geral.

Segundo o MTur, “Entre os meses de junho e julho de 2014, o Brasil sediará a vigésima edição da Copa do Mundo de Futebol da FIFA (*Fédération Internationale de Football Association* – Federação Internacional de Futebol), um dos mais importantes eventos esportivos do mundo”. Vale ressaltar que, todas as 32 seleções necessitaram de um campo de futebol para os treinamentos.

De acordo com o MTur, “(...), os benefícios executados em uma cidade-sede exercerão influência direta nos municípios geograficamente próximos, gerando empregos, investimentos e desenvolvimento em geral”. Conforme previsões do MTur:

O Brasil espera receber 500 mil turistas estrangeiros na ocasião da Copa do Mundo e movimentar dezenas de milhões de brasileiros pelas cidades-sede, produzindo um impacto direto na atividade turística, gerando empregos e promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Os impactos socioeconômicos da Copa no Nordeste será medido pelo grau de expansão da malha aérea e da rede hoteleira. Segundo a Revista Nordeste (abril/2010, p. 37):

Para o Nordeste, que concentra quatro capitais-sede da Copa, Fortaleza (CE), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA), é esperada uma boa leva de investimentos e turistas. Entre as pretensões do Ministério do Turismo para a região, está a expansão da malha aérea e da rede hoteleira.

A oferta da rede hoteleira no Nordeste será viabilizada pela linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para reforma e construção de novos hotéis.

Como economista e chefe da DPTI da SETUR da PMJP, estudo as vantagens socioeconômicas para a cidade receber como sub-sede as seleções russa, chinesa e indiana. Precisamos de projetos e ações que possam viabilizar a cidade como local de concentração e preparação dos jogadores e comissão técnica das seleções.

A minha sugestão inicial seria instalar vários *fan parks* (espaço urbano para exibição pública dos jogos da Copa) nos principais atrativos turísticos da cidade como a Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura e Artes e o Ponto de Cem Réis.

A China, a Índia e a Rússia são considerados no Plano Aquarela 2020 da Embratur e do MTur como países brancos nas prioridades de mercado, ou seja:

Têm hoje um volume pequeno, mas podem constituir-se em oportunidades a serem consideradas. Seu desenvolvimento deve ser monitorado e, de acordo com as circunstâncias, resultar em ações pontuais de oportunidade (dez./2009, p. 43).

Na revista O Economista do Conselho Regional de Economia de São Paulo (CORECON-SP), “O estudo Brasil Sustentável – Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014, desenvolvido pela Ernest&Young em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgado recentemente, levantam números sobre a Copa do Mundo 2014. O efeito multiplicador estimado seria capaz de quintuplicar os investimentos diretos realizados no País, injetando, no total, R\$ 142,39 bilhões na economia brasileira até 2014”.

México e Cuba são os principais concorrentes do Brasil para disputar os turistas chineses, indianos e russos na América, segundo dados da OMT.

Na minha opinião, a importância dos países emergentes para a atividade turística é muito grande. A DPTI da SETUR, vem estudando os impactos socioeconômicos e resultados esperados com os turistas do BRIC.

Vem acompanhando também os estudos de consultores e especialistas em turismo. Recentemente, um consultor de turismo do SEBRAE Nacional, Diva Schmidt afirmou que:

Competitividade na rede hoteleira, melhorias do sistema de informação ao turista, cursos de idiomas básico para os trabalhadores dos setores de

gastronomia e hospedagem devem ser prioridades nas ações que visem o desenvolvimento econômico e turístico com a Copa do Mundo de 2014.

Atualmente, necessitamos atrair mais turistas dos países emergentes, sobretudo dos BRICs. Pois o número de chineses, indianos e russos que visitam o Brasil é muito pequeno.

A China é o país mais populoso do mundo, atualmente, com 1,346 bilhão de habitantes. A China já é o maior parceiro comercial do Brasil. Com dois meses de turistas chineses visitando exclusivamente o Brasil em 2010, superamos os 4,8 milhões de turistas internacionais de 2009.

Precisamos investigar o perfil do futuro turista estrangeiro oriundo dos três países emergentes que formam o BRIC – um novo nicho de mercado!

O novo presidente da EMBRATUR, Mário Moysés, recentemente afirmou que os mercados mais distantes como Oriente Médio, Leste Europeu, Rússia e China não serão esquecidos. De acordo com Mário Moysés em entrevista na PanRotas (2008):

Para investirmos nesses mercados distantes, será de extrema importância fazer parceria com nossos países vizinhos como temos, por exemplo, o escritório no Japão, junto com a Argentina, Uruguai e Paraguai. Esses países têm alto potencial, mas precisamos entender também que o custo da nossa presença nesses mercados distantes é alto. Por isso precisamos estudar a relação custo/benefício.

Precisamos incrementar os negócios internacionais com os países emergentes do BRIC e sobretudo, com a China. Segundo a consultoria Deloitte, “Os investimentos da China no Brasil podem ultrapassar US\$ 40 bilhões até 2014” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 30.ago./2010, p. 43).

A cidade de João Pessoa tem grandes gargalos para melhorar a competitividade internacional do turismo local, entre os principais destacamos três problemas: i) a baixa capacidade de leitos na rede hoteleira; 2) o aeroporto pequeno e com baixa capacidade de embarques e desembarques; e 3) mão de obra não fluente em idiomas estrangeiros.

Além disto tem o problema dos hotéis filiados ou não a ABIH-PB (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Paraíba) ainda não terem aderindo a nova matriz da classificação de meios de hospedagem, no qual atribui aos equipamentos hoteleiros número determinado de estrelas, de acordo com produtos e serviços



oferecidos ao hospede. No presente momento, o MTur adota a classificação de oito tipos de alojamentos no Brasil.

A inserção das atividades turísticas com um planejamento adequado irá trazer benefícios para a cidade sub-sede como: i) contribuir na conservação e preservação das áreas ambientais da segunda cidade mais verde do mundo; ii) fomentar a economia formal, gerando emprego e renda para a população; iii) contribuir na melhoria da economia local com maior fluxo de turistas nacionais e internacionais; iv) estimular a valorização da rica cultura da terceira cidade mais antiga do Brasil; e v) incentivar o artesanato.

A cidade de João Pessoa se promoverá e se desenvolverá com a Copa do Mundo de 2014 no Nordeste do Brasil. Enfim, a repercussão nacional e internacional do destino turístico será a sua maior vitória.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORECON-SP. **Oportunidade única.** O Economista, nº 27, São Paulo: CORECON-SP, maio/2010.

CORREIO DA PARAÍBA, Jornal. **Copa:** JP deve aproveitar oportunidades. Turismo. João Pessoa, Domingo, 05 de setembro de 2010, p. L3.

ESTADO DE SÃO PAULO, Jornal. **Chineses vão liderar investimentos no Brasil.** Especial China. Economia&Negócios. São Paulo, 30 de agosto de 2010.

MTur. **Plano Aquarela 2020.** Brasília: MTur, dez./2009.

MTur. **Caderno de Propostas Estratégicas de Organização Turística das cidades-sede da Copa do Mundo 2014.** Brasília: MTur, 2010.

NORDESTE, Revista. **Investimentos:** o pontapé inicial. Ano 4, 44ª edição, João Pessoa, abril, 2010.

SETUR. **Perfil do Turista de João Pessoa em 2009.** Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/dadosestatisticos/perfil-do-turista-2009.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2010.

## **Projeto de Sinalização e Roteirização Turística para Pedestre no Centro Histórico de João Pessoa**

Paulo Galvão Júnior<sup>18</sup>  
Juliana Ennes Jardim<sup>19</sup>  
Elzário Pereira Júnior<sup>20</sup>

O município de João Pessoa é a terceira cidade mais antiga do Brasil. Em 2007, o Centro Histórico da capital paraibana foi oficialmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural Nacional.

A cidade de João Pessoa avançou muito no turismo desde 2005. Em cinco anos, a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR) implantou vários projetos turísticos, entre os quais destacamos, no presente momento, o Projeto de Sinalização e Roteirização Turística para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa intitulado de Roteiros para Pedestre no Centro Histórico de João Pessoa.

O Projeto de Sinalização e Roteirização Turística para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa tem como objetivo a implantação de sinalização e orientação turística para que os turistas nacionais ou internacionais bem como a população local possam ter a opção de um roteiro a pé autoguiado, como processo de informação e sensibilização do patrimônio histórico, permitindo que se localizem com facilidade e realizem o maior número possível de deslocamentos a pé, em roteiro estruturado de visitação turística adquirindo informações verídicas da nossa História.

A cidade de João Pessoa, hoje, figura como um dos principais destinos turísticos da Região Nordeste. No rico conjunto arquitetônico do Centro Histórico de João Pessoa foram implantadas várias placas de sinalização turística, facilitando o visitante que deseja se integrar à cidade e conhecer os atrativos turísticos históricos culturais. A SETUR preparou dois roteiros para pedestres no Centro Histórico: Roteiro Cidade Alta e Roteiro Cidade Baixa. Neste artigo, destacamos o Roteiro Cidade Alta, com 42 placas direcionais, 21 placas externas de monumento, 22 placas internas de monumento, 02 placas de mirante e 04 placas de área tombada.

---

<sup>18</sup>Economista, Chefe da DPTI/SETUR/PMJP.

<sup>19</sup>Turismóloga, Chefe da DESATUR/SETUR/PMJP.

<sup>20</sup>Turismólogo, Secretário Executivo da SETUR/PMJP.

No Roteiro Cidade Alta os turistas como também os paraibanos acompanhados preferencialmente por um profissional de turismo cadastrado no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADASTUR) do Ministério do Turismo (MTur), poderão conhecer de forma sistemática a capital paraibana.

É um percurso com placas direcionais e interpretativas que possibilitam um passeio autoguiado e/ou acompanhados por guias de turismo pelos 22 (vinte e dois) belos monumentos do Centro Histórico, citados pela nova ordem alfabética da língua portuguesa: Academia de Comércio Epitácio Pessoa; Academia Paraibana de Letras; Antiga Casa dos Padres; Antigo Colégio dos Jesuítas; Antigo Colégio de Nossa Senhora das Neves; Arquidiocese da Paraíba; Biblioteca Pública Estadual; Casa da Pólvora; Casarão 34; Casarão dos Azulejos; Casa Sobrado de Peregrino de Carvalho; Catedral Basílica Nossa Senhora das Neves; Conjunto Franciscano; Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo; Igreja de Nossa Senhora do Carmo; Igreja e Mosteiro de São Bento; Igreja da Misericórdia; Loja Maçônica Branca Dias; Palácio da Redenção; Tribunal de Justiça; Sobrado de Virgínius da Gama e Mello; e Solar do Conselheiro.

A proposta principal do Roteiro Cidade Alta é despertar a consciência da importância da preservação da História do povo paraibano. Na relação das seis praças que os turistas e a população em geral poderão visitar encontram-se as seguintes praças: Praça Dom Aduvaldo; Praça São Francisco; Praça Dom Ulrico; Praça Vidal de Negreiros; Praça João Pessoa; e Praça Venâncio Neiva.

Destacamos que nos últimos cinco anos os pessoenses reaprenderam, redescobriram e retomaram um dos hábitos mais simples e populares do cotidiano da nossa cidade, voltaram a frequentar e a se divertir nas praças da segunda cidade mais verde do mundo. Destacamos também que no Roteiro da Cidade Alta duas praças foram reformadas, que são marcos da riquíssima História da cidade. A primeira, a Praça Vidal de Negreiros, popularmente conhecida como Ponto de Cem Réis; e a segunda, a Praça Venâncio Neiva, popularmente conhecida como Pavilhão do Chá. A primeira ganhou mais espaço, iluminação ornamental, adaptadas para receber grandes shows e apresentações culturais em qualquer estação do ano. A segunda praça inaugurada em 1931, foi totalmente restaurada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e entregue aos pessoenses em 06 de agosto de 2010, nas comemorações alusivas aos seus 425 anos.

Segundo os dados da pesquisa da SETUR intitulada Perfil do Turista de João Pessoa em 2009, dos atrativos turísticos em João Pessoa, o Centro Histórico foi apontado como o favorito pelos turistas entrevistados nos três Postos de Informações Turísticas (PITs), com 19,64% do total. A cidade de João Pessoa se transformou muito nestes últimos cinco anos, e os visitantes advindos de várias localidades do Brasil e do mundo, como também os cidadãos paraibanos, poderão de posse do Mapa Turístico dos Roteiros para Pedestre no Centro Histórico de João Pessoa realizar este inesquecível passeio a pé, de forma segura utilizando as calçadas e, sobretudo na faixa branca de pedestre ao atravessar as ruas e avenidas do roteiro.

Como forma de divulgação dos Roteiros para Pedestre, a SETUR, em parceria com a Confederação Brasileira de Caminhadas (Anda Brasil) e a Federação Internacional de Esportes Populares (IFVV), estará realizando no último sábado de cada mês, até dezembro de 2010, usando o sistema de “*Walking Tour*”, o Circuito Urbano Centro Histórico de João Pessoa. O objetivo do projeto é chamar a atenção da população local para a riqueza patrimonial de João Pessoa desconhecida pelos moradores e também oferecer mais uma opção de passeio para os turistas que visitam a capital paraibana.

O sistema de “*Walking Tour*” tem sido muito utilizado nos países europeus, como forma de valorização do patrimônio, permitindo uma aproximação do turista com a História da Europa.

A SETUR acredita que o sistema de “*Walking Tour*” proporcionará a valorização do Centro Histórico pelos próprios moradores, assim diminuindo o vandalismo e a depredação de monumentos dos séculos XVI a XX como também das placas de sinalização turística. Além da valorização e conservação do patrimônio público, o circuito fomentará a economia local.

Atualmente, as agências de turismo receptivo na cidade, em sua maioria apenas comercializam três roteiros: *Citytour* panorâmico com algumas paradas estratégicas no Centro Histórico, Litoral Sul e Litoral Norte. O mercado turístico ainda está resistente à comercialização do roteiro a pé.

Acreditamos, em primeiro lugar, por causa do desconhecimento do projeto da SETUR; em segundo lugar, pela falta de divulgação ao mercado consumidor; e por último, por não perceber o potencial turístico dos dois roteiros. O Roteiro Cidade Alta proporciona ao turista um passeio encantador sobre a História de João Pessoa.

E ainda, comercialização do produto é uma forma do turista permanecer mais um dia na cidade, gerando emprego e renda. O sistema de auto-guiamento não impede que agências de receptivos formem grupos de turistas interessados em conhecer o patrimônio histórico cultural da capital. O produto está pronto, falta o serviço. A SETUR produziu mapas de guiamento do produto, uma vantagem para as empresas na redução de custos. Os mapas são gratuitos, de fácil leitura e bilíngues (português e inglês).

O próximo passo será convidar os prestadores de serviços receptivos para praticar a caminhada cultural e posteriormente, os representantes dos meios de hospedagem para que possam conhecer *in loco* o projeto e aprimorar seus conhecimentos sobre a História da capital paraibana e despertar o interesse comercial pelo projeto. Pretendemos ainda, firmar parcerias com as instituições acadêmicas que possuem Curso de Turismo, oferecendo o passeio como visita técnica para que os futuros turismólogos conheçam a herança histórica e cultural da cidade de João Pessoa.

Salientamos que o Projeto de Sinalização e Roteirização Turística para Pedestres no Centro Histórico de João Pessoa foi implantado pela SETUR em parceria com IPHAN, IPHAEP, COPAC e MTur e encontra-se em fase de reavaliação para o seu aprimoramento.

Convidamos a todas às pessoas interessadas em participar da “Caminhada Cultural Anda Brasil – Circuito Urbano Centro Histórico de João Pessoa”, para se inscrever na SETUR ou através do e-mail [circuitohistorico@joaopessoa.pb.gov.br](mailto:circuitohistorico@joaopessoa.pb.gov.br). As caminhadas serão gratuitas e as vagas são limitadas em até cinquenta pessoas. A caminhada está estimada em quatro horas, e terão o acompanhamento de Guias de Turismo qualificados, bem informados e que terão muito prazer em contar e compartilhar informações, dados e conhecimentos sobre a História da secular João Pessoa.

**Obs.: Este artigo foi divulgado em 25 de setembro de 2010, na SETUR, no final da Caminhada Cultural Anda Brasil – Circuito Urbano Centro Histórico de João Pessoa.**

R B C A I



Paulo Galvão Junior

ISBN 978-855597050-4



 **iesp**  
faculdades